



MARCELO GALLETTI FERRETTI

**ONTOGÊNESE E FILOGÊNESE EM FREUD: UMA VISÃO
DE CONJUNTO**

CAMPINAS

2014



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

MARCELO GALLETTI FERRETTI

ONTOGÊNESE E FILOGÊNESE EM FREUD: UMA VISÃO DE CONJUNTO

**Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas como parte dos
requisitos exigidos para a obtenção do título
de Doutor em Filosofia**

Orientador: Prof. Dr. Luiz Roberto Monzani

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO
MARCELO GALLETTI FERRETTI E ORIENTADA
PELO PROF. DR. LUIZ ROBERTO MONZANI**

CAMPINAS

2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

F415o Ferretti, Marcelo Galletti, 1983-
Ontogênese e filogênese em Freud : uma visão de conjunto / Marcelo Galletti
Ferretti. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Luiz Roberto Monzani.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia
e Ciências Humanas.

1. Freud, Sigmund, 1856-1939. 2. Psicanálise. 3. Evolucionismo. 4.
Ontogênese. 5. Filogênese. I. Monzani, Luiz Roberto, 1946-. II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Ontogeny and phylogeny in Freud : an overview

Palavras-chave em inglês:

Freud, Sigmund 1856-1939

Psychoanalysis

Evolutionism

Ontogeny

Phylogeny

Área de concentração: Filosofia

Titulação: Doutor em Filosofia

Banca examinadora:

Luiz Roberto Monzani [Orientador]

Mario Eduardo Costa Pereira

Christian Ingo Lenz Dunker

José Francisco Miguel Henriques Bairrão

Richard Theisen Simanke

Data de defesa: 24-03-2014

Programa de Pós-Graduação: Filosofia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 24 de março de 2014, considerou o candidato MARCELO GALLETI FERRETTI aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profa. Dra. Luiz Roberto Monzani

Prof. Dr. Mario Eduardo Costa Pereira

Prof. Dr. Christian Ingo Lenz Dunker

Prof. Dr. José Francisco Miguel Henriques
Bairrão

Prof. Dr. Richard Theisen Simanke

Resumo

Neste trabalho, traçamos um panorama do desenvolvimento das noções de ontogênese e de filogênese ao longo da obra freudiana, isto é, desde os primeiros artigos publicados no final dos anos 1870 até as últimas investigações do final dos anos 1930. Numa primeira etapa, buscamos nos deter no processo de incorporação dessas noções – oriundas da biologia evolucionária – no pensamento de Freud. Numa segunda etapa, procuramos examinar o processo que as consolida na teoria psicanalítica e o sentido que elas adquirem, dando destaque aos vários estatutos conferidos à noção de filogênese em especial. Por meio desse itinerário, buscamos mostrar, em primeiro lugar, que um enfoque genético e evolucionário dos fenômenos psíquicos e culturais é um traço basal da teoria freudiana, estando nela presente desde o início; em segundo lugar, que esse enfoque se assenta sobre uma articulação entre os domínios da ontogênese e da filogênese a qual se opera por meio de uma diretriz metodológica engendrada no período inaugural da referida teoria; e, por fim, que tal enfoque deve muito à teoria darwiniana da evolução.

Palavras-Chaves: Freud, Sigmund 1856-1939; Psicanálise; Evolucionismo; Ontogênese; Filogênese.

Abstract

In this work, we trace an overview of the notions of ontogeny and phylogeny throughout Freud's work, i.e. from his first publications in the late 1870s to his final investigations in the late 1930s. Initially, we attempt to focus on the process of incorporating these notions – which originally came from evolutionary biology – into Freud's thinking. Then, we aim to examine the process that consolidates them in psychoanalytical theory and the meaning that they receive, highlighting the many statutes conferred to the notion of phylogeny particularly. Using this outline we try to show, firstly, that a genetic and evolutionary view of the mental and cultural phenomena is an essential aspect of Freud's theory from its very beginning; secondly, that this view rests on an articulation of the domains of ontogeny and phylogeny by means of a methodological guideline created at the outset of Freud's theory; and thirdly, that such a view owes much to Darwin's theory of evolution.

Key words: Freud, Sigmund 1856-1939; Psychoanalysis; Evolutionism; Ontogeny; Phylogeny.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. ONTOGÊNESE E FILOGÊNESE NAS PRIMEIRAS INVESTIGAÇÕES FREUDIANAS.....	13
O ENCONTRO COM A ABORDAGEM GENÉTICA E EVOLUCIONÁRIA E AS PRIMEIRAS INVESTIGAÇÕES	14
DISTÚRBO LOCAL E HEREDITARIEDADE MÓRBIDA	22
O REENCONTRO COM A ABORDAGEM GENÉTICA E EVOLUCIONÁRIA E O ESTUDO DAS NEUROSES.....	33
CAPÍTULO 2. A EMERGÊNCIA DE UMA DIRETRIZ METODOLÓGICA: DA ONTOGÊNESE À FILOGÊNESE	51
PROJETO DE UMA PSICOLOGIA: DO MECÂNICO AO BIOLÓGICO	52
O PROBLEMA DA REPRESSÃO E A SOLUÇÃO BIOGENÉTICA: DO PATOLÓGICO AO BIOLÓGICO	63
A DIRETRIZ METODOLÓGICA VEM A PÚBLICO	79
CAPÍTULO 3. A VALORIZAÇÃO DO RECURSO À FILOGÊNESE NA OBRA MADURA DE FREUD.....	95
PRIMEIRAS RECONSTRUÇÕES	96
OS DIFERENTES ESTATUTOS DO FILOGENÉTICO E A NATUREZA DO PSIQUISMO	107
O LASTRO DARWINIANO DAS INCURSÕES FILOGENÉTICAS FREUDIANAS	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
REFERÊNCIAS	135

*Ao meu avô, Onofre Dalvo (In memoriam),
e aos meus pais, Eynard e Cecília*

Agradecimentos

Ao CNPq e à FAPESP, pelo financiamento imprescindível concedido a esta pesquisa.

Aos Profs. Drs.: Luiz Monzani, pelas indicações bibliográficas, pelas leituras detidas e pela liberdade concedida durante a orientação deste trabalho; Richard Simanke, pela disponibilidade e pelas sugestões apuradas, que se mostraram decisivas em diversas fases da pesquisa; Christian Dunker, pelo entusiasmo e interesse formadores, desde há muito manifestados, bem como pelos comentários instigantes e capitais; Oswaldo Giacóia Jr., pela precisão de suas observações; Mário Pereira e Miguel Bairrão, pela prontidão com que aceitaram o convite para compor a banca examinadora; Ana Loffredo, que orientou a pesquisa de Iniciação Científica a qual suscitou o tema do presente trabalho, pela atuação determinante; César Ades (*in memoriam*), Marcus Sacrini e Osmyr Gabbi Jr., cujas recomendações pontuais provocaram, sem que eles soubessem, efeitos capitais; Josette Monzani, pela boa-vontade e pelo estímulo poético.

Aos funcionários da secretaria – em especial, Maria Rita, que sempre respondeu às minhas perguntas insistentes –, da diretoria e da biblioteca do IFCH-UNICAMP que me prestaram auxílio, e aos funcionários da biblioteca do IP-USP, pelo serviço de excelência.

Aos amigos Bruno Fiúza, João Jávera e Danilo Ide pelas ricas discussões, Nicolau Pergher, Rafael Lima, Antero Macedo, Luiz Eduardo Vasconcelos e Thiago Lima, pelo estímulo acadêmico, e Arthur Cortês, Bruno Rodrigues, Cássia Pereira, Clarissa Motta, Cayube Galas e Frederico Barbosa, pelo apoio em outros contextos.

A Rômulo Ferreira da Silva e, especialmente, a Maria Rita Kehl, por me porem a trabalhar.

Aos meus familiares: Eynard e Cecília Ferretti, esteio afetivo e intelectual, por viabilizarem meus projetos e pelo que deles pude tornar meu; a Cecília, ainda, pelas leituras das várias versões deste trabalho e pelas profícuas conversas freudo-lacanianas; Mariana Ferretti, pelo interesse e pela troca de saberes; Rafael Moritz, pelo empréstimo de materiais essenciais; Danilo Ferretti, pela indicação do caminho das pedras.

A Luana Sato, satélite, pela intrusão – quando eu mais precisava.

*“... ninguém tem consciência de sua própria
linhagem”*

Homero, Odisseia

*“... sempre se é filho do tempo em que se
vive, mesmo considerando-se aquilo que se
tem de mais próprio”*

Sigmund Freud, em carta a Wilhelm Fliess

Lista de abreviaturas e siglas

Para nos referirmos às edições das obras, aos trabalhos e às cartas de Freud – cujos dados bibliográficos completos constam da última seção do presente trabalho – utilizamos as seguintes siglas:

AA – *Zur Auffassung der Aphasien*: Eine kritische Studie.

AP – *Aus den Anfängen der Psychoanalyse*: Brief an Wilhelm Fliess, Abhandlungen und Notizen aus den Jahren 1887-1902.

BELF – *Briefe 1873-1939*.

BFJ – *Briefwechsel* – Sigmund Freud/C. G. Jung.

CFA – *Correspondance*: 1907-1926 – Sigmund Freud et Karl Abraham.

CFS – *As cartas de Sigmund Freud para Eduard Silberstein*.

CWF – *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess* – 1887-1904.

GW – *Gesammelte Werke*.¹

ICP – *Infantile cerebral paralysis*.

OTN – Overview of the Transference Neuroses.

SA – *Studienausgabe*.²

SE – *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*.

SH – *Studien über Hysterie*.

OCOL – Observations de la conformation de l'organe lobé de l'anguille décrit comme glande germinale male.

¹ A essa sigla, sempre se segue a indicação do volume em números romanos ou da abreviação “Nach.”, para o volume *Nachtragsband*.

² Como na *Gesammelte Werke*, à sigla SA segue-se a indicação do volume em números romanos ou da abreviação “Ergz.”, para o volume *Ergänzungsband*.

Introdução

“Estou ciente de que trato de um assunto impopular atualmente”, afirma Stephen Jay Gould (1977, p. 1) na abertura de seu provocativo livro *Ontogênese e Filogênese* (*Ontogeny and Phylogeny*). A impopularidade da temática advinha do desgosto, se não da vergonha que ela causava entre os biólogos, para os quais as ilações oitocentistas acerca do paralelo entre ontogênese e filogênese não possuíam mais qualquer validade, embora eles um dia já tivessem apostado que delas surgiriam as respostas para os enigmas da evolução. Desde o abandono dessa aposta, o desinteresse científico e, sobretudo, histórico pela temática era então patente no campo da biologia. Indo de encontro às tendências da época, Gould não somente empreendeu um resgate histórico detalhado e algo pioneiro do assunto como também buscou, em alguma medida, reabilitá-lo cientificamente ao derivar questões essenciais para a compreensão e a investigação da evolução dos organismos. Na verdade, o silêncio que então pairava sobre a questão era obsequioso. O autor dizia sentir-se como “a criança honesta defronte ao rei nu” (p. 2), já que os vários colegas aos quais informava o teor de sua pesquisa invariavelmente diziam – após o tomarem de lado, certificarem-se de que ninguém os estava ouvindo e atestarem a ausência de quaisquer dispositivos eletrônicos de escuta clandestina, ele nos conta com humor – pensar que certamente haveria de existir algo de verdadeiro naquele paralelo afinal (p. 1-2). Assim, a despeito do mutismo da comunidade científica sobre o assunto, muitos secretamente convinham em que se tratava de um tema de grande importância para a biologia evolucionária.

A investigação da temática em questão na obra de Freud parece se encontrar numa situação análoga. Apesar da vasta literatura de comentário a ele dedicada, em sua psicanálise o estatuto das noções de ontogênese e de filogênese permanece enigmático. Sabe-se que o autor não se mostrou indiferente à biologia evolucionária de seu tempo, já que, além de ter obtido uma sólida formação na área e nela ter empreendido muitas pesquisas durante a juventude, manteve um intenso diálogo com os preceitos evolucionários ao longo de toda a carreira. Em sua obra madura, a menção àquelas noções é

evidente, sobretudo a partir dos anos 1910, quando, ademais, as hipóteses filogenéticas, em especial, passaram a ganhar importância crescente na teoria psicanalítica. Contudo, os aspectos respeitantes à apropriação de tais noções, derivadas desse influxo evolucionista, e ao modo como elas se relacionaram através dos textos freudianos, constituindo um verdadeiro modelo explicativo dos fenômenos mentais e coletivos, não aparentam ter sido enfocados com a atenção que lhes é devida. Nesse sentido, a teoria freudiana vive o mesmo que a biologia do período de que nos fala Gould: a impopularidade do assunto ora em causa, conquanto a importância de examiná-lo se faça sentir.

O presente trabalho visa a contribuir para a elucidação de tais aspectos traçando o desenvolvimento da temática ao longo dos escritos de Freud. Defendemos que se trata de algo que os atravessa em toda a sua extensão de modo geral, inclusive os primeiros, fruto ainda das pesquisas de juventude do autor. Tal juízo fundamenta nosso itinerário, que parte desses estudos inaugurais rumo às investigações psicanalíticas, nas quais as noções de ontogênese e filogênese adquirem acepções diferentes daquelas que possuíam no campo de saber em que foram forjadas – isto é, na biologia. Nosso objetivo, assim, é procurar compreender os regimes de validade conferidos a tais noções ao longo trajetória intelectual do criador da psicanálise e avaliar a importância delas para a constituição de um modelo explicativo sobre o qual repousaram as reflexões psicanalíticas. Para tanto, partimos de dois pressupostos de caráter metodológico: o de determo-nos apenas nas discussões freudianas estritamente atinentes à nossa problemática, analisando-as criticamente, e o de acompanhá-las cronologicamente. Dada a natureza ampla de nosso intento, urge tanto que não nos preocupemos em resumir a vultosa obra do autor quanto que suspendamos quaisquer periodizações prévias a ela aplicadas. Enxergamos nas noções de ontogênese e de filogênese, pois, uma espécie de fio de Ariadne que pode nos permitir atravessar os labirintos das múltiplas conceituações freudianas.

Nossa investigação procede da constatação que vem sendo feita por alguns autores acerca da relativa ausência de estudos sobre o tópico que ora nos concerne. O próprio Gould (1977, p. 156) já atentava para essa ausência de alguma forma. Na verdade, tal constatação, conforme o biólogo honestamente reconhecia, devia-se às conclusões de uma pesquisa então ainda no prelo, elaborada por Frank Sulloway. Em seu erudito *Freud*,

biólogo da mente (Freud, *Biologist of the mind*), Sulloway (1979/1992, p. 259) atesta que a assunção freudiana do paralelo entre a ontogênese e a filogênese “constitui talvez a fonte menos apreciada de uma influência biológica *a priori* em toda a teoria psicanalítica”. O trabalho do historiador norte-americano demonstra o quão fundamental é esse paralelo para a teoria freudiana, o que daria a medida do influxo biológico sobre ela. Porém, parece-nos que mais grave que não reconhecer tal influxo – para o qual voltou a chamar a atenção Lucille Ritvo (1992), em seu *A influência de Darwin sobre Freud* – é ignorar a importância das próprias noções de ontogênese e de filogênese na economia do pensamento freudiano. Monzani (1990b, p. 134) destaca essa questão dentre a “série de problemas que atravessa a teoria psicanalítica e que ainda não está muito bem solucionada”, panorama que parece se manter na atualidade. O “Freud evolucionário”, dentro e fora do âmbito dos estudos psicanalíticos, é frequentemente esquecido, como nota Young (2006), e as hipóteses filogenéticas, em especial, são constantemente relegadas, como indicam Fédida (1996) e Benhaïm (2007). Esses diagnósticos apontam para uma ausência que deve ser reparada.

De fato, tal ausência é apenas o resultado mais visível de uma história de exclusão e lástima, a qual parece remontar ao juízo que se fez das teorizações de Ernst H. P. A. Haeckel, tidas como o epítome de um evolucionismo considerado ultrapassado e incômodo. Lembremos que esse autor não apenas forjou as noções que nos concernem no presente trabalho como também estabeleceu uma relação precisa entre elas. Tendo em vista suprimir a ambiguidade encerrada no termo alemão “*Entwicklungsgeschichte*”, que se referia tanto à história de desenvolvimento do organismo quanto à história evolutiva da espécie, Haeckel (1866, v. 1, p. 59-60) propôs que a primeira acepção fosse designada pelo termo “ontogênese” (*Ontogenie*) e que o termo “filogênese” (*Phylogenie*) designasse a última acepção. Para o zoólogo alemão, o liame entre os fenômenos referidos por essas noções era íntimo e crucial, e, por isso, possuía o estatuto de lei: tratava-se da lei biogenética fundamental (*biogenetisches Grundgesetz*) (também chamada de teoria da recapitulação), segundo a qual a ontogênese seria uma breve e rápida recapitulação da filogênese, isto é, o organismo, no curso de seu rápido desenvolvimento, repetiria as mudanças mais importantes sofridas por sua linhagem ao longo do vagaroso processo evolutivo (v. 2, p. 300). Como Gould (1977, p. 115-166) mostra, tal lei se espalhou para

além das fronteiras da biologia e obteve acolhida nas ciências humanas, especialmente nos campos da antropologia criminal, da psicologia infantil e da educação – além da psicanálise freudiana e da psicologia analítica junguiana. Sob a caução do paralelo entre a criança, o louco, o selvagem e o animal, tais campos julgavam poder acessar, mediante a investigação dos representantes dessas categorias, o passado remoto da humanidade. Não obstante, o ocaso da lei biogenética sobreveio: nas ciências biológicas inicialmente, no primeiro terço do século XX, e, em seguida, nas ciências humanas finalmente, ao menos desde a condenação emitida por Lévi-Strauss (1949/2003, p. 123-136), que deu provas do caráter ilusório da identidade entre o infante e o primitivo, chamada pelo autor de “ilusão arcaica”. O saldo dessa ampla aceitação seguida de rejeição foi uma espécie de embaraço retrospectivo que acabou por silenciar o assunto. Como Gould (1977, p. 2) atesta, “a lei biogenética de Haeckel foi tão extremada e seu colapso foi tão espetacular que toda a questão acabou se tornando um tabu”.

Desde então, essa lei e seu autor passaram a ser associados a uma pseudociência. Por um lado, tal lei se basearia numa suposta morfologia idealista calcada na assunção da existência de arquétipos (*Baupläne*), a partir dos quais proviriam as linhagens de organismos – daí a possibilidade de um paralelismo ou uma analogia entre os diferentes estágios de desenvolvimento destes. Por outro lado, ela se apoiaria num pretenso “lamarckismo”, por meio do qual se explicaria o fato de modificações sofridas no curso de uma vida serem transmitidas à prole – donde a possibilidade de um embrião reproduzir em seu desenvolvimento formas conquistadas por seus antepassados num período remoto. Gliboff (2008) demonstra a série de equívocos que embasam essas associações, mas o que ora nos interessa é tão somente indicar que elas selaram uma visão – propalada tanto por alguns cientistas do início do século XX quanto por vários autores que vêm se debruçando sobre a história da biologia desde então – que julga aberrante esse evolucionismo associado a Haeckel, sobretudo quando enxergado retrospectivamente com as lentes de uma biologia pautada pelos ditames do neodarwinismo e, por conseguinte, submetida a exigências epistemológicas muito diferentes das que vigoravam na biologia da virada do século.³

³ Lembremos, ainda, que Haeckel e sua lei biogenética também foram vinculados a uma ideologia racial segundo a qual as crianças das “raças superiores” passariam e suplantariam os estágios de desenvolvimento

Tal visão repercutiu nas vertentes pós-freudianas, a começar pela psicologia do ego, que procurou decantar as descobertas freudianas daquele evolucionismo tido como aberrante. Rapaport (1960/1982, p. 11, grifos meus) dá provas de tal tarefa ao declarar que, a despeito da “tendência de Freud de *misturar* o modelo darwiniano com a lei biogenética de Haeckel (a ontogenia repete a filogenia), de um lado, e com a visão lamarckiana de evolução, de outro [...]”, algumas inferências a que o criador da psicanálise fora levado a partir de tal tendência “mostraram-se férteis, úteis e *independentes dos alicerces em que elas se assentaram*”. O “modelo darwiniano” (ou “genético”) seria o núcleo profícuo e destacável de tais inferências porque teria levado à descoberta – confirmada posteriormente pelas pesquisas da etologia e da psicologia genética – da importância de componentes inatos para o desenvolvimento do indivíduo, bem como da importância das experiências da tenra infância para os comportamentos da maturidade. Efetivamente, a psicologia do ego pareceu dar destaque a esta última descoberta e, por conseguinte, privilegiar em suas investigações o domínio da ontogênese. Hartmann & Kris (1945) apontam para esse privilégio, valendo-se, aliás, de passagens da obra do próprio Freud para evidenciar que proposições ontogenéticas se adequariam melhor aos casos em que este evocara hipóteses filogenéticas (p. 21-22). Peskin (1997, p. 382) observa que os principais autores da vertente em questão, especialmente Heinz Hartmann, buscaram eliminar as conexões evolucionárias da psicanálise a fim de preservá-la, embora tenham se servido largamente da premissa evolucionária da adaptação. Notemos, assim, que tal vertente, à luz do criticismo lançado sobre o evolucionismo associado à psicanálise, separou a ganga oitocentista da porção julgada proveitosa das descobertas freudianas.

Jacques Lacan assumiu essa mesma tarefa, mas a empreendeu por caminhos opostos aos tomados pela psicologia do ego. Enquanto para esta a psicanálise seria uma psicologia genética (RAPAPORT, 1960/1982, p. 33), para o psicanalista francês esses dois domínios não poderiam ser mais irreconciliáveis. Segundo ele, a psicanálise nada tinha do incauto psicologismo abrigado pelas perspectivas genéticas, que, a exemplo de Lévy-Bruhl

finais a que os adultos das “raças inferiores” chegariam (cf. GOULD, 1977, p. 126-135). Ainda, costuma-se admitir que o zoólogo alemão teria tido decisiva influência na ideologia científica do Nacional Socialismo (cf. *ibid.*, p. 77-78). (Uma crítica a tais associações, porém, pode ser vista em GLIBOFF, 2008, p. 17-24.) Essas vinculações contribuíram ainda mais para o descrédito desse autor e de suas ideias.

e Piaget, mostraram-se sempre sujeitas à “ilusão arcaica”, isto é, a encarar como subdesenvolvidos o pensamento do primitivo e o da criança (LACAN, 1966/1998, p. 873-874). Ela também nada tinha do crédulo biologismo atestado nas especulações baseadas na ideia de uma maturação instintual e na teoria da recapitulação, as quais levaram a devaneios inconsistentes, se não a considerações francamente delirantes (LACAN, 1956/1998, p. 263). O sujeito psicanalítico deveria ser radicalmente desvinculado do indivíduo biológico e a noção de história, da de desenvolvimento. A psicanálise seria uma ciência do particular e sua matéria, o campo da fala e da linguagem. Reputando a determinados discípulos de Freud aqueles desvios, Lacan buscou salvaguardar a descoberta freudiana das especulações filogenéticas e mesmo das ontogenéticas. De acordo com o psicanalista francês, tais especulações seriam esparsas e marginais na obra freudiana, e estariam baseadas em quimeras: “essa mitologia da maturação dos instintos, *construída com trechos seletos da obra Freud*, efetivamente gera problemas espirituais cujo vapor, condensado em ideias de nuvens, por sua vez irriga com seus aguaceiros o mito original” (LACAN, 1956/1998, p. 264, grifos meus). Tão ingênuo quanto o psicologismo e o biologismo da perspectiva ontogenética seria o finalismo da perspectiva filogenética, por meio da qual já se havia acreditado poder aceder ao originário. Desfazendo as esperanças vãs quanto a tal possibilidade, Lacan interditou o acesso a esse “real que cobre a verdade” (LACAN, 1966/1998, p. 887), cuja busca seria da alçada das religiões, e não da psicanálise. Notemos, assim, que, a despeito de ir claramente de encontro à direção escolhida pelos psicólogos do ego, Lacan convinha com a necessidade de purgar a criação freudiana daquele evolucionismo aberrante aderido a ela.

Apropriações da psicanálise que fizeram escola como essas promoveram a virtual exclusão de tal evolucionismo na obra de Freud. Em certas leituras desta, as especulações freudianas assentadas em hipóteses filogenéticas foram obliteradas em proveito da ênfase nas hipóteses ontogenéticas. Esse parece ser o caso não apenas da psicologia do ego, conforme buscamos indicar, como também das vertentes que, sob maior ou menor influxo das ideias de Melanie Klein, empreenderam o que Gabbi Jr. (1994, p. 220) chamou de “leitura desenvolvimentista da teoria da libido”, segundo a qual a perda originária infantil – a do seio materno – organizaria tanto o desenvolvimento dos sistemas

de memória quanto o desejo do indivíduo, perpetuamente orientado para o reencontro com aquilo que foi perdido precocemente. Noutras leituras, a perspectiva genética e evolucionária erguida ao longo dos escritos freudianos foi inteiramente removida. Esse *tour de force* parece ter sido operado sobretudo por Lacan, cujo ensino buscou na fenomenologia, na linguística e na filosofia, dentre outras áreas, novos arrimos para a psicanálise. Seja separando as hipóteses ontogenéticas de sua contrapartida filogenética, seja afastando ambas dos domínios da psicanálise, tais apropriações, no que diz respeito exclusivamente ao aspecto que nos interessa, transformaram a obra freudiana numa espécie de compêndio *ad usum delphini*. Ciosas da reputação da psicanálise, elas pouparam-na dos “excessos” evolucionistas de seu criador.⁴

Paralelamente, frente a tais “excessos” surgiu outra atitude, cujo marco podemos situar na alentada biografia de Freud publicada por Ernest Jones na metade do século passado. Esse trabalho monumental e extremamente influente louvou as contribuições freudianas à biologia de modo geral, mas lamentou o evolucionismo a que Freud recorreu. A despeito de pautar-se pelo veredicto de Julian Huxley, um dos cardeais do neodarwinismo, para quem a lei biogenética e o “lamarckismo” – vale dizer, a herança dos caracteres adquiridos – seriam não mais que “especulações sem fundamento na realidade ou velhas superstições sob roupagem moderna” (HUXLEY *apud* JONES, 1953-1957/1980, v. 3, p. 333), Jones escandalizou-se menos com a presença daquela lei do que com a assiduidade dessa herança na obra freudiana. De fato, ele acreditava que a fórmula haeckeliana ainda então era essencialmente verdadeira (JONES, 1953-1957/1980, v. 3, p. 350). O que considerou alarmante foi a adesão duradoura de Freud ao lamarckismo, uma ideia que, julgava, teria sido mantida por este ao arrepio da ciência que seu tempo. Tentou ainda dissuadir o mestre da ideia, mas sem sucesso, ao que concluiu que a insistência nela

⁴ Nesse sentido, tais apropriações agiram da mesma forma que as outras leituras da obra freudiana das quais nos fala Monzani (1990b), isto é, aquelas preocupadas em separar o “bom” do “mau” Freud. Na verdade, parece ser um erro exigir das primeiras o mesmo que se pode exigir das últimas, que se revestiram do discurso filosófico para realizar uma leitura em profundidade dos escritos de Freud. Afigura-nos uma ingenuidade pensar que as referidas apropriações tenham se norteado pelo ideal de uma fidelidade férrea a tais escritos. Na atualidade, parece claro que elas se dedicaram menos a avaliar a obra deste do que a continuá-la – tarefa que, aliás, realizaram de modo exemplar, já que conferiram à psicanálise maior rigor teórico e clínico. Contudo, devemos reconhecer o papel determinante desempenhado por elas no processo de esquecimento do evolucionismo de Freud em detrimento do que melhor lhes convinha no pensamento desse autor.

só podia ser fruto da teimosia. Tudo parecia levar à conclusão de que o criador da psicanálise teria sido, “do início ao fim de sua vida, um partidário *obstinado* desse lamarckismo *desacreditado*” (p. 333, grifos meus). Tal juízo corresponde à síntese da atitude crítica do biógrafo relativamente ao evolucionismo nutrido pelo biografado. Jones trouxe à luz essa faceta da obra freudiana, mas imediatamente reputou-o a uma irracional pertinácia de Freud.

Nascia, assim, outra atitude relativamente à apropriação freudiana da doutrina evolucionária que também fazia escola. Como Slavet (2007, p. 40) observa, numerosos autores seguiram a via aberta por Jones, encontrando naquele lamarckismo arraigado e ultrapassado ora uma das provas da natureza acientífica da psicanálise ora algo de natureza absolutamente secundária na teoria psicanalítica e que, portanto, não afetava a integridade desta de modo algum. Tanto num caso como noutro, porém, assentiu-se em que a razão da adesão a essa ideia seria, conforme mostrara Jones, de ordem idiossincrática – ou, na melhor das hipóteses, “uma excentricidade de velhice [...]” (SLAVET, 2007, p. 40). Noutros termos, o motivo da manutenção de tal ideia foi buscado não na trama conceitual da teoria de Freud, mas nas inclinações pessoais deste. Ademais, em ambos os casos leu-se, à maneira daquele psicanalista galês, o evolucionismo do criador da psicanálise retrospectivamente, isto é, com as lentes do neodarwinismo. Ante esse evolucionismo extravagante e ultrapassado, a reação foi a lástima.

Julgamos que a problemática sobre a qual pretendemos nos debruçar ainda se ressinta desses gestos a cuja história procuramos muito grosseiramente remontar. Por um lado, tal problemática é excluída do escopo da psicanálise. À guisa de exemplo, podemos recuperar um comentário que consideramos sintomático, a respeito de um texto freudiano: “Então onde se lê *filogenia*, leia-se Campo de Outro; onde se lê *ontogenia*, diga-se constituição do sujeito. Aí podemos fazer essa equiparação e resgatar a tese de Freud” (MELLO *apud* MONZANI, 1990a, p. 105). Por detrás dessa exclusão caricata encontra-se a admissão da incapacidade de lidar com noções que foram relegadas pelo sistema conceitual das principais vertentes pós-freudianas, já que, conforme buscamos indicar, aparentemente nenhuma destas preocupou-se em promover o resgate de tais noções. As reflexões mais difundidas que o fizeram, por outro lado, não deixaram de lastimar uma

presença indesejada, apesar de romperem o silêncio obsequioso sobre a questão. Desse modo, testemunhamos Laplanche & Pontalis (1964/1988, p. 9) apressarem-se em qualificar as hipóteses filogenéticas freudianas de ingênuas e em taxarem-nas de “máscara pseudocientífica” (p. 55); Laplanche (1992) afirmar que elas não passavam de uma paixão de Freud (p. 34), “um fundamento *exógeno, extrínseco* à psicanálise” (p. 108, grifos do autor), ao qual o último recorria sempre que “a mão trem[ia] no traçado do originário [...]” (p. 39); Ritvo (1992, p. 253) contentar-se com o fato de que o uso feito por ele da teoria da recapitulação (assim como da herança dos caracteres adquiridos) não fora crucial para sua “teoria científica” e de que esse uso fora dirigido virtualmente às especulações do autor em “psicanálise aplicada”; enfim, Sulloway (1979/1992, p. xi) concluir que, de maneira geral, o endosso de “uma versão errônea e não-darwiniana da teoria evolucionária” comprometera suas hipóteses psicanalíticas desde o início. Entre o diapasão da exclusão e o da lástima, a problemática em questão permanece pouco compreendida.

Conquanto nos beneficiemos profundamente dessas reflexões hoje consagradas, acreditamos que um trabalho epistemológico sobre a problemática ainda esteja por se fazer. Secundamos a opinião de Rossi (2010, p. 149), para quem as melhores páginas sobre o tema ainda são as de Sulloway (1992).⁵ Do referido trabalho deste, extrairemos desenvolvimentos que consideramos capitais, especialmente acerca do uso inaugural de Freud da lei biogenética. O trabalho de Ritvo (1992) também nos é de grande valia, sobretudo no que diz respeito à insistência no darwinismo de Freud e na importância de Carl Claus – figura retirada do ostracismo historiográfico pela autora – para as reflexões evolucionárias iniciais do fundador da psicanálise. Todavia, ainda que tais trabalhos realizem um levantamento historiográfico primoroso, que circunda a questão que nos ocupa, julgamos que eles não a atravessam. Noutros termos, eles demonstram que a obra freudiana incorpora noções oriundas da biologia evolucionária, mas não se detêm no sentido e no papel que elas adquirem no interior dessa obra. É essa investigação de cunho epistemológico – cujas diretrizes foram delineadas por Monzani (1990b) e Mezan (2002, p. 436-519) e praticadas por Monzani (1990a), que, direta e pioneiramente, ao menos no Brasil, abordou a problemática que nos interessa – que pretendemos empreender.

⁵ Cf., em especial, SULLOWAY, 1979/1992, p. 361-392.

Para tanto, organizaremos nossa exposição em três capítulos – afora este introdutório e um último conclusivo. No primeiro, acompanharemos o período compreendido entre as primeiras investigações laboratoriais de Freud e os primeiros estudos do autor sobre a histeria buscando destacar a importância que a abordagem genética e evolucionária aprendida naquele período inicial da psicopatologia freudiana ganhou após o abandono do referencial anatômico e da hipótese da degenerescência. No segundo, partiremos daqueles estudos e seguiremos as teorizações freudianas até o início dos 1910 procurando assinalar o caráter basal que nesse período assumiu uma diretriz metodológica rascunhada ainda no *Projeto de uma psicologia* – qual seja, a de recorrer à filogênese somente após ter esgotado o poder explicativo da ontogênese. No terceiro, examinaremos o período da obra freudiana que compreende a produção de *Totem e Tabu* e a dos últimos textos escritos por Freud visando a atentar para o valor que as hipóteses filogenéticas então adquiriram, bem como para os diversos estatutos conferidos a elas, aspectos cujo exame parece apontar para a inserção da empreitada epistemológica freudiana na esteira da darwiniana.

Eis o itinerário por meio do qual buscamos fornecer essa visão de conjunto sobre a questão da ontogênese e da filogênese na obra freudiana, itinerário que é balizado por três grandes hipóteses: primeiramente, a de que uma abordagem genética e evolucionária dos fenômenos psíquicos e culturais, longe de ser algo marginal no âmbito da teoria de Freud – e muito menos uma “excentricidade de velhice” –, é um traço basal desta, estando nela presente desde o início; em segundo lugar, a de que aquela abordagem se assenta sobre uma articulação entre os domínios da ontogênese e da filogênese a qual se opera por meio de uma diretriz metodológica engendrada no período inaugural da referida teoria; e, por fim, a de que tal abordagem deve muito – e muito mais do que se reconhece geralmente – à teoria darwiniana da evolução.

De fato, com a denominação “visão de conjunto”, que constitui o subtítulo do presente trabalho, desejamos fazer referência ao termo alemão “*Übersicht*”, empregado por Freud em seu texto *Visão de conjunto sobre as neuroses de transferência (Übersicht der Übertragungsneurosen)*. Não se trata apenas de uma homenagem ao autor sobre cuja obra nos debruçaremos: trata-se de uma caracterização que julgamos designar com precisão a

natureza e, ao mesmo tempo, a limitação da pesquisa que propomos. Como nos ensina Fédida (1996, p. 239), o referido termo significa, simultaneamente, “visão de conjunto” e “cegueira”. Estamos cientes de que a natureza panorâmica do enfoque por nós escolhido nos priva da visão pormenorizada que mereceriam alguns pontos da obra freudiana, mas julgamos que este seja o modo mais adequado de principiar o exame de um aspecto que a atravessa em seu conjunto e que requer larga elucidação

Capítulo 1. Ontogênese e filogênese nas primeiras investigações freudianas

Sabe-se que, antes de se dedicar ao tratamento das neuroses, Freud foi pesquisador. Em diferentes laboratórios da Universidade de Viena, ele empreendeu investigações anatômicas, histológicas e neurológicas, tendo publicado vários artigos sob a chancela de luminares acadêmicos. Foi apenas em 1882, nove anos após ingressar na Faculdade de Medicina, que ele começou a palmilhar o caminho da prática médica ao invés de se fixar na pesquisa biológica. Os meandros dessa prática o levaram, na metade da década, a se encantar com a histeria nos corredores do hospital da Salpêtrière. Somente a partir desse momento os interesses do então jovem neurologista vienense, antes difusos e distantes da clínica, passaram a gravitar progressivamente sobre esta.

A despeito da inflexão considerável que se operou na trajetória profissional de Freud durante esses anos cruciais e, por conseguinte, da enorme diferença entre os assuntos então estudados, uma abordagem de mesma natureza, orientada pela verificação do decurso ontogenético e filogenético dos fenômenos em causa, foi mantida nesse período. Trata-se de um liame pouco reconhecido entre essas etapas distintas das investigações freudianas, embora Jones (1953-1957/1980, v. 1, p. 225) já o tenha assinalado há muito tempo:

Nas pesquisas histológicas iniciais de Freud sob a orientação de Brücke, era o aspecto filogenético que importava. Desta vez [nas pesquisas em neurologia], era o aspecto ontogenético. Esse ponto de vista se reflete de alguma forma nas suas pesquisas psicológicas posteriores. Nestas, ele também se detinha sobre o aspecto ontogenético dos dados investigados, mas, antes, tinha de encontrar um modo de alcançar as funções primitivas e arcaicas (filogenéticas), as quais, embora jazessem nas profundezas, ainda perduravam.

Cabe, então, determo-nos sobre esse período inaugural do pensamento freudiano, procurando seguir de perto, à luz do aspecto que nos interessa, o percurso um tanto sinuoso que liga as pesquisas biológicas iniciais ao estudo ulterior das neuroses. Com efeito, a abordagem genética e evolucionária de que o autor se serviu naquelas pesquisas não foi imediatamente transplantada para esse estudo. Conforme veremos, o contato com as doenças nervosas, de início, representou uma espécie de hiato, de maneira que tal

abordagem teve de ser redescoberta. Em resposta às insuficiências de um enfoque das neuroses guiado pelo desiderato da identificação da lesão e aferrado à hereditariedade, Freud avançou um modelo explicativo pautado pela recuperação da dimensão ontogenética e filogenética de tais enfermidades. Salientou-se o bastante que a contribuição freudiana residiu na introdução da ordem do sentido ao que era, até então, apenas de ordem orgânica, mas deve-se assinalar igualmente a inserção da ordem do tempo. Assim, é preciso lembrar que a *démarche* freudiana consistiu não apenas em fazer a psicologia advir lá onde antes havia apenas neurologia mas também em fazer a história do indivíduo e da espécie advirem lá onde antes havia somente a instantaneidade de um distúrbio orgânico.

O encontro com a abordagem genética e evolucionária e as primeiras investigações

Durante os anos de formação, Freud nutriu um interesse extraordinário pela biologia evolucionária. Em sua *Apresentação de si mesmo (Selbstdarstellung)*, ele atesta o poderoso fascínio que, desde o colegial (*Gymnasium*), exercia-lhe a doutrina de Charles Darwin especialmente, “a qual prometia um avanço extraordinário na compreensão do universo [...]”, relatando que decidira inscrever-se na Faculdade de Medicina da Universidade de Viena ao ouvir uma conferência popular sobre a investigação da natureza (GW, XIV, p. 34). Essa curiosidade logo se converteu em prática rigorosa e formação sólida. Freud acabou adquirindo conhecimento da doutrina evolucionária em grau muito maior do que o exigido para a formação médica, chegando a preterir a própria medicina, como ele reconheceu mais tarde: “As disciplinas verdadeiramente médicas não me atraíam – com exceção da psiquiatria. Conduzi com muito descaso [*Ich betrieb... recht nachlässig*] meus estudos médicos [...]” (p. 35). Ao invés de se dedicar a tais estudos, ele optou por se entregar a investigações pautadas por inquirições do tipo genético, quando não francamente evolucionário. Essas investigações – não tanto por seu conteúdo, mas pela metodologia nelas empregada, como veremos a seguir – deixaram marcas indeléveis no pensamento do autor.

A teoria darwiniana então já havia assistido à sua introdução no mundo germânico. Ela chegou a este em 1860, com a primeira tradução publicada de *A origem das*

espécies – vertida para o alemão pelo paleontólogo H. G. Bronn meses após o lançamento do original em inglês –, e imediatamente gerou intenso debate. Ainda que o teor das discussões tenha variado imensamente e que diversos setores do pensamento biológico e mesmo alguns setores da sociedade germânica tenham sido instigados em graus diferentes, não se pode deixar de notar a grande repercussão delas nos jovens zoólogos especialmente, os quais logo buscaram incorporar metodológica e conceitualmente os preceitos da teoria darwiniana. Entre esses especialistas estavam aqueles que se tornariam os maiores nomes da biologia evolucionária germânica do século XIX – Ernst Haeckel, August Weismann, Fritz Müller, Carl Claus – e cuja atuação, inicialmente restrita a universidades mais modestas da Alemanha, logo se espalharia pelos demais territórios germanófonos (MONTGOMERY, 1988).

Segundo Lucille Ritvo (1992), Claus foi o responsável por ensinar a Freud a teoria darwiniana. Simbolicamente – revela a autora (p. 149) –, em 1873, ano em que o último ingressava na Faculdade de Medicina de Viena, o primeiro era trazido de Göttingen para alinhar o departamento de zoologia ao paradigma darwiniano. Freud acompanhou com zelo as disciplinas (curriculares e extracurriculares) do zoólogo alemão e acabou por ser convidado a integrar o corpus de pesquisadores do Instituto de Zoologia e Anatomia Comparada em 1875. A esta altura, de acordo com Bernfeld (1951, p. 205), o então jovem estudante vienense consolidava “a transição da medicina para a biologia”, passando a maior parte de seu tempo no instituto de Claus, sob os auspícios de quem foi enviado à Estação Zoológica Marinha, em Trieste, em março e setembro de 1875, para pesquisar as gônadas das enguias. Viena já vivia parte da efervescência provocada pelas teorias de Darwin, autor que, nesse mesmo ano, era alçado ao estatuto de membro honorário da Academia de Ciências de Viena (RITVO, 1992, p. 23). Ademais, Haeckel alcançava enorme popularidade como divulgador da doutrina evolucionária no mundo germanófono, o qual então já dispunha de várias traduções das obras darwinianas (p. 22, 30). Em meio à difusão do darwinismo, Freud agarrava-se à transmissão “admiravelmente precisa e lúcida” (p. 163) das concepções de Darwin por Claus.

Paralelamente, Freud se aproximava de Ernst W. von Brücke, o qual, segundo Amacher (1965, p. 9), introduziu o primeiro ao campo da neurologia. Após acompanhar

vários cursos do grande fisiologista alemão, Freud foi convidado a participar do Instituto de Fisiologia da Universidade de Viena, no qual debutou com uma pesquisa sobre o sistema nervoso da lampreia *Petromyzon*. Nesse local, ele permaneceu por vários anos, reafirmando sua predileção pela pesquisa biológica em detrimento da prática médica. Conquanto pudesse se beneficiar do ensino de luminares da clínica médica vienense – C. A. T. Billroth, H. R. Hebra e F. von Arlt, médicos mundialmente famosos que atraíam multidões de estudantes e entusiastas (BERFELD, 1951, p. 205) –, preferiu perquirir suas investigações de histologia do sistema nervoso de animais inferiores, das quais hauriu aprendizados que lhe seriam fundamentais na passagem às investigações do sistema nervoso humano.

Interessa notar que essas pesquisas inaugurais de Freud – que resultaram nos três primeiros artigos publicados pelo autor ¹ – apostaram que a disposição dos dados obtidos sobre o eixo do tempo traria a compreensão dos fenômenos em causa. Em síntese, tomando de empréstimo a expressão de Montgomery (1988, p. 115), poderíamos dizer que tais pesquisas se serviram de uma “abordagem histórica da natureza [*historical approach to nature*]”. Essa abordagem corresponde ao legado mais imediato da assimilação do darwinismo no mundo germânico. Como acentua Montgomery (1988, p. 115, grifos meus), o maior impacto da orientação darwiniana “sobre a prática biológica germânica reside na *introdução de formas históricas de explicação para os fenômenos observáveis da natureza viva*”. Foi essa abordagem então nova que Claus transmitiu a Freud e que se fez ver nos

¹ Trata-se dos artigos *Sobre a origem das raízes nervosas anteriores da medula espinhal dos amocetes (Petromyzon Planeri)* [Über den Ursprung der hinteren Nervenwurzeln im Rückenmarke von Ammocoetes {Petromyzon Planeri}], *Observações sobre a conformação e a estrutura fina dos órgãos lobados da enguia, descritos como sendo testículos (Beobachtungen über Gestaltung und feineren Bau der als Hoden beschriebenen Lappenorgane des Aals)*, publicados em 1877, e *Sobre gânglios espinhais e medula espinhal da Petromyzon (Über Spinalganglien und Rückenmark des Petromyzon)*, publicado em 1878. Atualmente, o caminho para a obtenção de tais artigos mostra-se bastante árduo, assim como a maioria dos trabalhos pré-psicanalíticos de Freud. Apenas um resumo deles, realizado pelo próprio autor e sob o título *Sumário dos trabalhos científicos do professor conferencista Dr. Sigm. Freud, 1887-1897 (Inhaltsangaben der wissenschaftlichen Arbeiten des Privatdocenten Dr. Sigm. Freud, 1887-1897)*, consta das diferentes edições das obras completas de Freud. Contudo, Solms (1998, p. 23) diz estar preparando as edições inglesa e alemã desses trabalhos, que compreendem “mais de 200 comunicações neurocientíficas, das quais 40 são artigos originais e 6 são monografias substanciais”. Ademais, há uma tradução francesa do artigo sobre as enguias, feita recentemente, da qual nos servimos no presente trabalho.

primeiros artigos publicados por este, sob ou sem a orientação daquele, pautados por um enfoque ora ontogenético, ora filogenético do objeto estudado.

A pesquisa sobre as enguias indicou que a chave para a descoberta do sexo desses animais residiria na verificação do decurso ontogenético de seu órgão sexual – chamado lobado, em função de seu aspecto. Freud (OCOL, p. 11) mostra que a descrição anatômica desse órgão não podia “trazer nada de essencialmente novo à comunicação de [Szymon] Syrsky”, o zoólogo polonês que havia afirmado ter encontrado testículos na enguia – uma afirmação de peso, já que, durante séculos, não se pôde emitir qualquer veredicto sobre o sexo desse animal. Contudo, os dados histológicos e obtidos por meio do microscópio não corroboravam o juízo de Syrsky, de forma que, por meio de tais técnicas, Freud não pôde encontrar espermatozoides nos órgãos sexuais de qualquer um dos 400 espécimes que dissecou. Por outro lado, tampouco conseguiu obter dados a partir dos quais pudesse decidir se o órgão em questão era um testículo de fato ou um ovário modificado ao longo do desenvolvimento: faltavam “*todas as passagens entres as formas desenvolvidas do órgão lobado e do ovário*” (p. 17, grifos do autor). Uma resposta definitiva poderia ser dada apenas a partir de um conhecimento mais detalhado desses estágios. Ainda assim, como nota Ades (2001, p. 128), Freud pôde inferir que as estruturas se constituíam a partir de transformações, “num processo em que os estágios se superam uns aos outros, conservando, contudo, sinais de sua origem”. A despeito de não ter podido findar a “incessante caçada ao macho da enguia” (CFS, p. 166) – como jocosamente definiu a tarefa ao amigo Silberstein em 5 de abril de 1876 –, Freud ao menos mostrou que o busfílis da questão residia no estudo pormenorizado da ontogênese das células sexuais desse peixe.

Esse enfoque genético se verifica, por outro lado, nas pesquisas sobre a medula e os gânglios espinhais das lampreias, a partir das quais, desta vez, pôde-se auferir dados que indicavam o decurso filogenético do sistema nervoso. Após ter sido encarregado por Brücke a realizar uma investigação inicial da histologia das chamadas células de Reissner, cuja estrutura e a relação com o restante da medula espinhal permaneciam ainda enigmáticas, Freud realizou um estudo mais aprofundado dessas células, por meio do qual descobriu que, na verdade, elas eram células ganglionares em sua forma primitiva. “Essas células dispersas”, concluiu ele ao levar em conta a evolução completa dos gânglios

espinhais, “marcam o caminho que as células do gânglio espinhal percorreram evolutivamente [*entwicklungsgeschichtlich*]” (GW, I, p. 464). Além disso, o autor notou a presença de outras duas espécies de células na medula espinhal desses animais, uma das quais se supunha existir apenas em vertebrados inferiores e outra que se considerava inerente aos vertebrados superiores. Como nota Jones (1953-1957/1980, v. 1, p. 51-53), tal descoberta eliminou a distância (*gap*) que separava aqueles dois grupos de vertebrados – distância prenhe de implicações religiosas e filosóficas, candentes à época, as quais, contudo, não abalaram a fé evolucionária de Freud. As evidências morfológicas justificavam plenamente a inferência desse elo evolutivo. As células de Reissner forneciam mais uma prova da inexistência de um fosso ontológico entre os animais.

A passagem à investigação do sistema nervoso humano fez-se acompanhar da mesma aposta no poder heurístico da perspectiva genética. No início da década seguinte, após ter-se aproximado de Theodor H. Meynert e ter começado a trabalhar, sob a chefia deste, no Instituto de Anatomia Cerebral, Freud empreendeu uma série de estudos anatômicos, grande parte do quais envolvendo a medula oblonga (também denominada bulbo raquidiano). Segundo Bernfeld (1951, p. 212), muito pouco se sabia sobre essa estrutura encefálica à época, e o procedimento padrão para elucidá-la seria o mesmo que vinha sendo empregado tão entusiasticamente até o momento nas investigações sobre o encéfalo: o procedimento de seccionar esse órgão em amplas séries de lâminas a partir das quais fosse possível estudar o curso dos tratos nervosos. Freud, contudo, preferiu proceder de outra maneira, servindo-se da embriologia do sistema nervoso. Dessa forma, ao invés de utilizar encéfalos adultos, utilizou encéfalos em estágios fetais ou infantis, tendo descoberto uma série de conexões e homologias inauditas entre certos tratos nervosos.² O autor reconheceu muito depois, em sua autobiografia, ao comparar aquelas pesquisas sobre as lampreias com esses estudos acerca da medula oblonga, que se tratava de uma mesma “orientação de trabalho (*Arbeitsrichtung*)” (GW, XIV, p. 35), referindo-se ao fato de ambas as investigações gravitarem sobre o mesmo tópico (o sistema nervoso). As observações de Bernfeld (1951, p. 213), porém, permitem que notemos que o liame o qual as unia era

² Brevíssimos resumos dessas pesquisas também constam do *Sumário dos trabalhos científicos do professor conferencista Dr. Sigm. Freud, 1887-1897*, ainda que eles não valorizem a metodologia inovadora empregada sobre a qual ora nos determos (cf. GW, I, p. 467, 470-471).

muito mais íntimo: ambas partiam da assunção de que “as estruturas mais antigas persistem durante o desenvolvimento [...] nunca são enterradas; ‘nicht verschüttet’, são as exatas palavras que Freud usa em 1886”.

Todavia, ainda que ambas as investigações tenham-se mostrado norteadas por esse mesmo pressuposto metodológico, calcado na abordagem genética, não podemos deixar de notar, na transição de uma investigação a outra, certo deslocamento das preocupações evolucionárias para as que diziam respeito ao desenvolvimento do organismo. Desse modo, ao passo que as pesquisas sobre as lampreias perquiriam “o plano filogenético da evolução”, os estudos sobre a medula oblonga procediam tendo “o aspecto ontogenético em foco” (BERNFELD, 1951, p. 213). Sendo assim, parece ser possível dizer que, conquanto esses estudos não tenham deixado de tocar problemas evolucionários, estes não mais faziam parte do rol de preocupações centrais.

Com a consolidação dos interesses de Freud pelas doenças do sistema nervoso, por sua vez, a dimensão evolucionária pareceu obliterar-se por completo num primeiro momento. Frente à preocupação com a detecção das alterações morfológicas dos tecidos – as lesões – que provocavam os quadros mórbidos, o saber a respeito do decurso filogenético do organismo tornava-se supérfluo. Freud, porém, pôde ao menos testemunhar a importância do componente ontogenético especialmente na investigação das paralisias cerebrais infantis – tema a respeito do qual publicou vários estudos desde o final dos anos 1880 e em que acabou sendo considerado um especialista por seus pares já na década seguinte. Em seu último e mais abrangente trabalho sobre tal entidade clínica, o autor testemunhou a importância etiológica das paradas do desenvolvimento das regiões do sistema nervoso afetadas por lesões ocorridas geralmente durante o período fetal ou logo após o nascimento do indivíduo (ICP). Dessa forma, uma relação entre idade e severidade da doença deveria ser admitida (p. 63). Ora, os experimentos teratológicos já haviam provado que uma intervenção num óvulo em processo de segmentação trazia prejuízos muito maiores do que a mesma intervenção no organismo adulto, de forma que um determinado dano seria muito mais sério num sistema nervoso embrionário do que noutro completamente desenvolvido (p. 260-261). Assim, a consideração do estágio de desenvolvimento em que o indivíduo se encontrava quando da ocorrência da lesão era

fundamental. As considerações evolutivas, por outro lado, não tinham lugar nessas apreciações etiológicas.

Ora, é preciso compreender que o estudo médico das patologias impunha exigências epistemológicas diferentes das que operavam naquelas investigações freudianas anteriores que examinamos. O conhecimento do patológico pode prescindir do recurso à dimensão evolucionária. Na verdade, como assinala Yvette Conry (1974, p. 82), a patologia, em função de sua própria natureza, “dispõe de um olhar sobre os fenômenos que, assentando-lhes no registro do mórbido, corre o risco excluir ou bloquear o modo de compreensão filogenético, tornando-o inútil de alguma forma”. A patologia visa a identificar as alterações que provocam as enfermidades, para que seja possível ao médico intervir na causa delas, de modo que, continua a autora, “pouco importa remeter o processo a uma escala de gerações se não se provê o meio de detectar o mecanismo de produção do distúrbio a ser remediado” (p. 82). Essas considerações parecem se harmonizar com a distinção elaborada por Mayr (1961) entre os diferentes tipos de explicação que operam na biologia evolucionária e na chamada biologia funcional. Ao passo que a primeira se pauta pela pergunta (*Fragestellung*) “Por quê?”, encontrando respostas apenas mediante causas últimas, a segunda se guia pela pergunta “Como?”, servindo-se de causas próximas para respondê-la. Assim, enquanto o biólogo funcional visa a elucidar a operação e a interação entre elementos estruturais do organismo, o biólogo evolucionário visa a elucidar a história de tais elementos (MAYR, 1961, p. 1502). À luz dessa distinção, pode-se concluir que o interesse do médico pela etiologia de uma dada patologia requer primordialmente a identificação das causas próximas que a ocasionam, pois é apenas sobre elas que ele pode exercer alguma influência.

Dentro dos ditames na neuropatologia alemã, tradição na qual Freud foi formado, essa busca pelas causas próximas das enfermidades era ainda mais acentuada. A ênfase dessa tradição incidia sobre as análises de laboratório e a investigação detalhada de materiais anômicos puros (GOETZ; BONDUELLE; GELFAND, 1995, p. 73). Tal ênfase foi impressa no espírito dos médicos vienenses, que corriam ao Instituto de Anatomia Patológica assim que o paciente falecia a fim de averiguarem as causas do óbito nos exames *post mortem* (BERNFELD, 1951, p. 209). De resto, podemos ver reflexos dessa

orientação no relato autobiográfico de Freud, que se gaba dos sólidos conhecimentos em neuropatologia obtidos em Viena, os quais o permitiram efetuar diagnósticos com extrema precisão (GW, XIV, p. 36). Interessa, porém, notar que essa vocação etiológica da neuropatologia germânica, pautada pela busca das causas próximas da patologia, parecia tornar ainda mais irrelevante o recurso às causas evolutivas.

Por outro lado, a abordagem da neuropatologia francesa, com a qual Freud entrou em contato durante o estágio no hospital da Salpêtrière sob a supervisão do célebre neurologista Jean-Martin Charcot em 1885, tampouco acentuava a importância das hipóteses evolucionárias no estudo das doenças. A tradição médica francesa, diferentemente da germânica, atinha-se, antes, ao material clínico e ao amplo número de pacientes que afluíam aos hospitais (GOETZ; BONDUELLE; GELFAND, 1995, p. 73), mas com o mesmo objetivo de buscar correlacionar uma lesão a uma entidade clínica. Sob os auspícios de Charcot, várias categorias nosológicas foram erigidas pela neurologia. A observação clínica precisa e a exatidão da análise anatômica permitiram a ele evitar em larga medida o recurso a construtos teóricos ou a hipóteses puramente baseadas num acúmulo de fatos (p. 76). Nessa forma de abordagem promissora, que, portanto, prosperava devido ao sucesso na busca das causas próximas das enfermidades, as explicações evolucionárias não pareciam ganhar grande destaque – conquanto tenham sido evocadas nas reflexões sobre as causas hereditárias, conforme veremos.

Não obstante, a despeito das conquistas trazidas por tal abordagem, a abrangente categoria das neuroses e a histeria em particular, que exerceu um fascínio especial sobre Freud durante a estada em Paris, ainda impunham desafios para a neurologia. Ora, o que, desde o século XVIII, caracterizava essa categoria era justamente a ausência de alterações morfológicas verificáveis. Conquanto Charcot tenha logrado, mediante análises histológicas ao microscópio, identificar lesões em algumas afecções até então compreendidas sob a vaga rubrica de “*névroses*” (GOETZ; BONDUELLE; GELFAND, 1995, p. 76), subsumindo-as a entidades clínicas bem determinadas, a análise pormenorizada de certas enfermidades, como a histeria, não acusava qualquer distúrbio local. Mesmo assim, porém, o chefe da Salpêtrière advogava a presença de tal distúrbio, além de atribuí-lo a causas hereditárias.

É necessário que nos atenhamos a essas considerações etiológicas de Charcot, pois seria em resposta às aporias trazidas por elas, cremos, que Freud proporia um enfoque genético da afecção histérica e das neuroses em geral posteriormente, reintroduzindo em seu modelo explicativo as dimensões da ontogênese e da filogênese. Assim, para que consigamos mostrar como tal enfoque emergiu na obra freudiana, é preciso, antes, que nos detenhamos nas causas da histeria tais como Charcot as concebia. Por ora, no entanto, cabe salientar que Freud já havia se servido de um enfoque da mesma espécie em suas investigações iniciais. Desse modo, se, dentro de alguns anos, ele atinaria com uma forma de acesso ao psiquismo não mais guiada pela instantaneidade de uma intuição a respeito dos desequilíbrios orgânicos, mas, antes, pela espera de uma narração sobre as vivências do indivíduo e, a partir disso, da emergência de uma especulação sobre o arcaico no homem, essa conquista, em alguma medida, representaria o reencontro de uma abordagem exercitada na juventude do criador da psicanálise.

Distúrbio local e hereditariedade mórbida

Embora em 1886 ainda dê mostras de estar sob os efeitos inebriantes da experiência com Charcot, Freud então afirma com exatidão e sobriedade que os estudos do mestre parisiense sobre a histeria a retiraram do “caos das neuroses”, distinguiram-na de outros fenômenos mórbidos semelhantes e ordenaram sua sintomatologia multifacetada (GW, Nach., p. 41). A principal contribuição do grande neurologista francês foi precisamente a identificação, descrição e a classificação dessa antiga categoria mórbida. Noutros termos, seu feito foi de ordem sobretudo taxonômica: ele cingiu a histeria a um quadro nosográfico bem delimitado.

Desse modo, a gama de manifestações vagamente reputadas a essa afecção – uma Babel de sintomas, que iam desde paralisias, parestesias e tosses até convulsões e estados de transe – foi organizada sob a rubrica de um quadro patológico que se pretendia sólido e ordenado. Esse esforço se baseou no reconhecimento dos sintomas permanentes da doença – os chamados “estigmas histéricos”: distúrbios visuais, paralisias, anestésias, contraturas, etc. – e no estabelecimento de um modelo padrão de sua evolução –

denominado “grande histeria”. A partir da detecção dessas regularidades chegou-se a um quadro típico com base no qual se faziam os diagnósticos. Mesmo que os casos nem sempre evoluíssem rigorosamente da mesma maneira ou que os estigmas não fossem nitidamente identificáveis, seria possível àquele que possuísse esse quadro “reduzi-los a um tipo fundamental” (CHARCOT, 1887, t. 3). À guisa de farol, tal quadro guiava a descrição e a classificação da sintomatologia histérica, cuja fenomenologia variava entre esse tipo fundamental e tipos mistos – as chamadas “formas frustras” [*formes frustrés*]. Esse esteio semiológico permitiu a construção de uma verdadeira “espécie” – noção que o autor defendia explicitamente, sem medo de, com isso, “fazer ontologia” ou cometer “qualquer paralogismo” (CHARCOT, 1892, p. 52) – nosográfica.

Essa construção foi erigida por meio da aplicação à histeria do mesmo método que Charcot já havia empregado nos quadros de origem neurológica cuja descrição o haviam transformado num dos neurologistas mais eminentes de seu tempo: o método anatomoclínico. Composto por duas etapas, tal método iniciava-se com a observação clínica dos pacientes, cujos dados eram registrados de maneira exaustiva e guardados até o momento das autópsias e das análises histológicas, quando finalmente eram cotejados com os resultados desses exames *post mortem* (GOETZ; BONDUELLE; GELFAND, 1995, p. 67-69). Ao aplicar o preceito de correlacionar lesões anatômicas à observação clínica dos sintomas das doenças, Charcot provava dar continuidade à orientação da escola médica de Paris, embora tenha dado uma designação significativamente diferente a seu método: chamou-o não de anatomopatológico – denominação usada por expoentes como René Laënnec, o qual, mais que qualquer outro médico francês, desenvolvera e aplicara o método –, mas de anatomoclínico, em função da excepcional ênfase dada à observação clínica dos pacientes (p. 66, 69). Aplicar tal método aos quadros neurológicos significara, então, ter logrado correlacionar os signos clínicos desses quadros às lesões descritas nas pesquisas sobre as patologias do sistema nervoso. O fausto dessas conquistas encorajou o neurologista francês a proceder da mesma forma com a histeria, apostando que tal método deveria torná-la digna da investigação científica.

Ocorria que, diferentemente dos quadros neurológicos, os quadros histéricos não apresentavam qualquer lesão anatômica – como indicávamos –, a despeito da

semelhança sintomatológica com os primeiros: as autópsias nada acusavam. Ainda que, à luz dos preceitos da anatomoclínica, possamos imaginar o quão desconcertante era esse problema, Charcot procurou encaminhá-lo mediante o seguinte raciocínio:

Ora, essa semelhança [entre a sintomatologia da histeria e a das doenças neurológicas], a qual talvez cause desespero ao clínico, deve servir de lição ao patologista que, através da síndrome comum, *entrevê uma analogia de sede anatômica e, mutatis mutandis, localiza a lesão dinâmica de acordo com os dados fornecidos pelo exame da lesão anatômica correspondente*. E isso nos leva a reconhecer que os princípios que regem toda a patologia são aplicáveis às neuroses, e que, no exame destas também, deve-se *completar a observação clínica pensando anatômica e fisiologicamente* (CHARCOT, 1887, t. 3, p. 16, grifos meus).

Pareceu natural ao neurologista francês pensar, por analogia, que, porquanto a histeria e as doenças neurológicas possuíam a mesma sede, todas elas teriam alguma alteração em uma determinada região do sistema nervoso como causa. Essa alteração, porém, seria de outro tipo na histeria, fugidio e lábil, por isso denominada “lesão dinâmica”, provocada por alterações de ordem fisiológica provavelmente, mas não anatômica. Tratar-se-ia de um desequilíbrio funcional do sistema nervoso que, contudo, teria se dado num local preciso desse sistema. Ainda que não fosse possível apontá-lo, tal local poderia ser deduzido a partir da comparação com síndromes cuja alteração patológica fora identificada e que apresentavam um conjunto de sintomas observáveis semelhantes aos dos quadros histéricos correspondentes.

De todo modo, tal raciocínio revela que a teoria, para o mentor da escola da Salpêtrière, era somente um complemento da observação clínica. Não nos esqueçamos das anedotas que Freud conta a essa respeito: que Charcot parecia não se permitir descansar enquanto não tivesse descrito e ordenado um determinado fenômeno, mas poderia “dormir muito bem sem ter fornecido sua explicação” (GW, Nach., p. 42), e que o mestre respondia, aos pruridos teóricos de seus alunos, que “teoria é bom, mas não impede nada de existir [La théorie, c'est bon, mais ça n'empêche pas d'exister]” (GW, I, p. 24). Tais anedotas ressaltam a vocação clínica do trabalho charcotiano. Ora, como frisa Dunker (2011, p. 28), Charcot era um clínico acima de tudo. Por conseguinte, o mais importante era inquirir o paciente, examiná-lo minuciosamente e descrever detalhadamente o que se oferecia à visão,

de modo que a lesão permanecesse como um pressuposto, anunciado pelos signos clínicos da afecção histérica.

É certo que o interesse por essa abordagem médica até então inaudita a Freud provocou uma inflexão determinante em sua trajetória. O olhar apurado do baluarte da “escola de neuropatologia francesa” (GW, Nach., p. 34) rendeu ao então jovem médico vienense um exame atento de objetos (as neuroses) e técnicas (a hipnose, em especial) cujo estudo, segundo o último, não ganhara semelhante extensão no mundo germânico. Freud nos confessa, em sua *Apresentação de si mesmo*, que, antes do estágio na instituição parisiense, nada entendia acerca dos distúrbios neuróticos, relatando, à guisa de exemplo, que, certa vez, atribuiu a dor de cabeça persistente de um paciente neurótico a uma meningite crônica circunscrita (GW, XIV, p. 36). Logo após o estágio, contudo, estabeleceu-se como “médico dos nervos [*Nervenarzt*]” (ibid., p. 39) em Viena, especialidade que englobava as atividades que tanto cabem ao psiquiatra quanto ao neurologista atualmente. Desde então, progressivamente, foi-se ocupando das enfermidades neuróticas. A clínica das neuroses, afinal, revelou-se a ele mais que uma atividade temporária imposta por circunstâncias fortuitas, e o contato com quem lhe franqueou essa ocupação se mostrou mais que um encontro fugaz. Numa carta ao oftalmologista Carl Koller (18 de outubro de 1886) no ano seguinte ao estágio, ele afirma ter encontrado em Charcot um mestre (*Lehrer*), com quem havia aprendido a observar clinicamente (BELF, p. 228). A argúcia clínica do mestre deixou no espírito do aluno marcas profundas.

Todavia, sem nunca abandonar o imperativo da busca pela causa das moléstias, inculcado por seus mestres germânicos, Freud interessou-se especialmente pela etiologia da histeria. Visto ter se embrenhado nos segredos dessa neurose sob a égide da doutrina charcotiana, ele acolheu a visão dinâmica dos processos patogênicos do fenômeno histórico. Desse modo, em seu primeiro escrito de maior abrangência sobre a doença – o verbete *Histeria*, publicado num dicionário médico (*Dicionário de medicina geral [Handwörterbuch der gesamten Medizin]*) em 1888 –, então impregnado de tal doutrina, Freud constata que “a histeria se baseia *exclusivamente* [*ganz und gar*] em modificações fisiológicas do sistema nervoso [...]” (GW, Nach., p. 72, grifo meu). Ainda que, de acordo com ele, tais modificações pudessem ser subsumidas a uma fórmula que levasse em conta

as condições de excitabilidade (ou de irritabilidade: *Erregbarkeitsverhältnissen*) nas diferentes partes do sistema nervoso, “tal fórmula fisiopatológica” ainda não havia sido encontrada (p. 72). Eis um dos aspectos enigmáticos da doutrina charcoteana que capturaram o interesse de Freud pela histeria. A busca pela natureza das alterações dinâmicas de tal afecção e pela fórmula que poderia elucidá-la apossaram a mente do autor no período que se seguiu à sua estada em Paris.³

De fato, a partir de 1880, já no final de sua carreira, Charcot começou a se manifestar acerca da etiologia das síndromes neurológicas que investigava – aspecto a respeito do qual silenciara até então –, demonstrando interesse também pelas causas da histeria. Segundo Goetz, Bonduelle & Gelfand (1995, p. 258-261), o “agnosticismo” a respeito de tal aspecto foi abandonado quando da defesa da etiologia hereditária da ataxia locomotora progressiva (como era chamada pelos franceses; os alemães a chamavam de *tabes dorsal*), posição que Charcot sustentava em contraposição à concepção do neurologista alemão Wilhelm Erb, o qual, por sua vez, atribuiu a doença a uma causa infecciosa (sífilis). O neurologista francês logo estendeu essa conclusão a todas as doenças do sistema nervoso, buscando nas famílias judias que afluíam a Salpêtrière – originárias dos *pogroms* que varreram o leste europeu no final do século e nas quais Charcot identificou enorme frequência de doenças nervosas dos mais variados tipos – a suposta prova, ao alcance imediato de seus ouvintes, da validade da teoria da “família neuropática”. Tomada de Charles Féré, neuropsiquiatra, membro da escola da Salpêtrière e secretário de Charcot, essa teoria atribuía à hereditariedade não apenas uma série de deformidades congênitas e síndromes neurológicas como também várias formas de alienação mental (DOWBIGGIN, 1991, p. 122). Uma mesma entidade clínica podia ser transmitida de um indivíduo ao outro – por aquilo que era chamado de hereditariedade similar – ou, o que era muito mais comum, as entidades clínicas se “transformavam” ao longo das gerações – por aquilo que era denominado hereditariedade dissimilar –; neste último caso, por exemplo, um membro parental histórico poderia gerar filhos epiléticos ou tabéticos (GOETZ; BONDUELLE; GELFAND, 1995, p. 260). A referida teoria possibilitava a Charcot (1892, p. 410, grifos meus) atribuir a mesma etiologia a “todas as afecções do sistema nervoso

³ Para uma análise detida das etapas dessa busca, cf. ANDERSSON, 2000, p. 87-169.

central e do sistema neuromuscular, orgânicas ou, ao contrário, *sem lesões anatômicas apreciáveis*, que [fossem] unidas entre si pela hereditariedade”. Noutros termos, sob a jurisdição da hereditariedade, neuroses como a histeria e doenças neurológicas possuíam o mesmo estatuto etiológico.

O apelo à hereditariedade corresponde a um dos índices mais evidentes do esforço charcotiano de atribuir um substrato material à histeria a despeito do fracasso da busca pelo local da lesão dessa afecção. Embora nunca tenha conseguido deslindar o enigma etiológico dessa neurose que, segundo ele, se lhe apresentava como uma esfinge, Charcot jamais abandonou tal desafio (GOETZ; BONDUELLE; GELFAND, 1995, p. 206). Em seu espírito, sempre persistiu esse *ideal anatomoclínico* (DIDI-HUBERMAN, 1982, p. 79): o “supremo *desideratum*” da visão direta da lesão, inerente à anatomoclínica, como atestou Laín Entralgo (2006, p. 471). O recurso à etiologia hereditária surgiu justamente no momento em que o chefe da Salpêtrière se encontra assombrado pelos desafios que a histeria impunha à explicação anatômica (GOETZ; BONDUELLE; GELFAND, 1995, p. 201). Ora, autores como Foucault (2006, p. 352) captam de forma precisa a estratégia que movia esse recurso: diante da impossibilidade de dar-se corpo à doença e de se localizá-la no corpo individual, substituía-se o corpo da anatomia patológica por um corpo correlato de dimensão coletiva, “um analogon metaindividual para o organismo de que os médicos se ocupam”. A carga hereditária podia, então, fazer as vezes da peça anatômica, de forma a positivar a etiologia da histeria.

Com efeito, essa estratégia de positivação mediante o recurso ao hereditário não era apanágio da neurologia de Charcot: pelo contrário, era esta que seguia o exemplo da psiquiatria francesa nesse quesito, a qual, por sua vez, servia-se então daquele recurso para legitimar suas práticas. Conquanto tenha ocupado posição de destaque na etiologia das doenças mentais desde o início da própria psiquiatria, a causa hereditária ganhou ainda mais centralidade no correr do século XIX e passou a desafiar a soberania das causas morais da alienação mental (BERCHERIE, 1989, p. 110). Com os trabalhos de psiquiatras como Moreau de Tours, Prosper Lucas e Bénédicte-A. Morel na metade do século, a etiologia hereditária das mais variadas formas de loucura ganhou robustez e, nas duas últimas décadas do século, atingiu enorme popularidade. Por outro lado, a adesão da escola

da Salpêtrière nos anos 1880 a tal etiologia foi ao encontro do interesse da psiquiatria de demonstrar o fundamento orgânico da loucura, a fim de legitimar científica, social e politicamente suas prerrogativas terapêuticas e a profissão psiquiátrica de modo geral, então sob forte suspeita de vários setores da sociedade (DOWBIGGIN, 1991, p. 145-147).

Assim, a despeito das substanciais diferenças teóricas e metodológicas entre os *modi operandi* da neurologia e da psiquiatria, Charcot se serviu de uma concepção de hereditariedade do tipo mórbido análoga à usada pela medicina mental francesa *fin-de-siècle*. O tratado de Prosper Lucas, composto por mais de mil e quinhentas páginas, organizadas em dois volumes, e considerado a bíblia do assunto à época, oferecia uma concepção de hereditariedade extremamente ampla – a qual chegava a incluir até mesmo indivíduos que não mantinham laços de sangue entre si –, e suas considerações acerca da hereditariedade da alienação mental, entendida com um desarranjo geral e multiforme, culminariam com a ideia da *famille neuropathique* defendida por Féré (SERPA JR., 2010, p. 453-455). Baseando-se nas considerações de Lucas, Morel, por sua vez, conferiu também amplitude ao escopo de ação dessa causa na alienação mental. A transmissão hereditária determinaria não uma predisposição a uma dada doença, mas uma constituição orgânica que afetaria todo o sistema nervoso – uma “diátese” – de membros aparentados e produziria ampla variedade de distúrbios psíquicos e neurológicos (DOWBIGGIN, 1991, p. 118-119). É uma concepção inflacionada e abrangente acerca da hereditariedade patológica como essa que Charcot abraçou nos últimos anos do século XIX ao buscar penetrar no segredo da etiologia da histeria.

O chefe da Salpêtrière também endossou o pressuposto da degeneração dos indivíduos acometidos por tal hereditariedade. No necrológio que escreve para o mestre em 1893, Freud nos lembra que, para aquele, a histeria era uma forma de degeneração (GW, I, p. 33), o que dá a medida da dívida charcotiana para com a tradição psiquiátrica que remonta a Morel. Em suas *Lições de terça-feira na Salpêtrière (Leçons du mardi à la Salpêtrière)*, por exemplo, Charcot se refere a esse psiquiatra austríaco ao fim da apresentação de um caso – o do paciente chamado “Lap...”, caso de histeria masculina “manifestamente marcado pelo signo da degenerescência mental tal qual Morel a compreendeu” (CHARCOT, 1892, p. 398) –, além de remeter o leitor a trabalhos que se

debruçaram “sobre a combinação da histeria com as diversas formas de degeneração mental [...]” (p. 392, n. 2). Deve-se recordar, por fim, que os escritos de Théodule Ribot sobre a hereditariedade, devedores das ideias de Moreau de Tours e Morel, influenciaram muito Charcot, e que este colaborou em diversas publicações com Valentin Magnan, o porta-voz da teoria da degenerescência na França nas últimas décadas do século XIX (GELFAND, 1989, p. 297-298).

É importante salientar o corolário evolucionário particular dessa teoria. Em seu célebre tratado de 1857, Morel concebeu as degenerescências como um desvio mórbido – em relação a um tipo humano ideal, descrito no *Gênesis* bíblico – de natureza hereditária e progressiva – isto é, conforme as gerações, os descendentes iriam decaindo física e moralmente, até que sua linhagem se extinguisse por completo –, ainda que causas ocasionais, como intoxicações de diferentes naturezas, imoralidade, condições domésticas e ocupacionais insalubres, contribuíssem para o fenômeno (BERCHERIE, 1989, p. 109-114). Magnan, por seu turno, carregou o legado dessa concepção, conquanto a tenha reformulado, purgando-a de suas tonalidades religiosas e voltando-se para o evolucionismo de Darwin (PEREIRA, 1999, p. 161). Na verdade, como mostra Conry (1974), vários psiquiatras franceses buscaram inspiração nas ideias do naturalista inglês, no afã de dar foros de cientificidade às especulações da medicina mental. Eles não apenas se serviram das considerações darwinianas acerca da hereditariedade, as quais alçaram ao estatuto de leis, como também derivaram implicações higienistas a partir da ideia de seleção natural. Tanto mais a espécie humana estaria ameaçada quanto mais se alastrasse a hereditariedade mórbida carregada por certas “raças”. Esta provocaria uma espécie de “contra-seleção” (CONRY, 1974, p. 328), pois, ao invés de garantir a permanência da espécie, poderia levar à extinção desta em última análise. Enfim, para esses psiquiatras a doença seria o “equivalente racial da seleção filogenética” (p. 329), e o único modo de tratá-las se daria sob a forma profilática de uma higiene. Eis os contornos peculiares – e perigosamente eugênicos, deve-se dizer – desse evolucionismo psiquiátrico.

Ao endossar a noção da degenerescência, Charcot ratificou certos traços desse evolucionismo. Menos preocupado em sanear do que em constatar, o neurologista parisiense reconheceu em sua clínica esse fenômeno racial contra-seletivo. Por exemplo, ao

meditar sobre a influência da hereditariedade em certas doenças nervosas em homens, ele observou que elas acometiam “pessoas de classes inferiores [*déclassés*] [...], muito facilmente impressionáveis, mal equipadas para suportar aquilo que se chama, na teoria de Darwin, de luta pela existência (*struggle for life*)” (CHARCOT, 1887, t. 1, p. 239). Conforme já notamos, o autor via nas famílias judias o penhor da procedência dessa tese etiológica, como podem testemunhar as várias referências a elas nas *Lições de terça-feira na Salpêtrière*. De resto, numa carta a Freud, em 1892, Charcot não deixou de esconder sua atitude depreciativa para com os judeus – da qual o discípulo vienese não passaria ao largo, como veremos –, atestada na missiva pelo emprego do termo vulgar “*juif*”, ao invés do mais polido “*israélite*” ou do mais científico “*sémite*” (GELFAND, 1989, p. 304, n. 43). Seja como for, cabe apontar que o chefe da Salpêtrière mostrou-se em sintonia com o evolucionismo psiquiátrico em alguma medida, propalando em suas lições a decadência de certas estirpes de indivíduos.

Objeto de especial interesse nesse período final do ensino de Charcot, a histeria também foi atribuída à degenerescência naturalmente, em que pese o fato de que o autor tenha atentado para a importância do trauma na etiologia dessa afecção. O exame da chamada “histeria traumática” trouxe à tona um aspecto de grande valor, embora pouco notado até então: a psicogenia da doença. Charcot postulou que sintomas comuns a esse quadro específico, como paralisias pós-traumáticas, eram devidos à ação de uma auto-sugestão desenvolvida num estado mental particular, análogo à hipnose, no qual um estímulo (um cheiro, uma sensação, a visão de um objeto) fora “incubado” na mente do doente, adquirindo força suficiente para deflagrar o quadro mórbido (TRILLAT, 1986, p. 147-153). Noutras palavras, na histeria traumática uma *ideia* seria responsável por ocasionar um sintoma. Essa ideia, denominada “trauma psíquico”, possuía, por conseguinte, estatuto análogo ao de um dano físico – conforme indica o próprio termo “trauma”, oriundo da patologia médica e sinônimo de lesão.⁴ Contudo, o caráter patogênico

⁴ De fato, foi precisamente nesse período que esse termo foi incorporado à psicologia e à linguagem comum. Hacking (1996, p. 76) nos informa que, antes de se popularizar, tal termo “penetrou na psicologia via anatomia, com o que nós denominamos traumatismos cervicais hoje ou o que se chamava ‘*railway spine*’ antigamente [...] o salto da noção de trauma do físico para o psicológico foi efetuada por volta de 1885, quando uma tese médica francesa sobre o assunto podia comumente ter um capítulo sobre o *traumatisme moral* (Rouillard 1885)”.

desse dano estaria condicionado à existência de algo verdadeiramente orgânico: a “diátese histérica” no sujeito. Conforme Freud reconhece, Charcot peremptoriamente admitia que a hereditariedade devia ser considerada causa única da histeria, o que determinava que todos os outros fatores etiológicos desempenhassem “o papel de causas ocasionais [*Gelegenheitsursachen*], de *agents provocateurs*” (GW, I, p. 33).

No verbete *Histeria*, Freud adere prontamente a tais preceitos etiológicos, mas não deixa de apontar para a importância desse aspecto psicogênico, cuja ciência levaria a inovações consideráveis no que tange à terapia da afecção histérica. Por um lado, o autor afirma que “a etiologia do *status hystericus* deve ser buscada *inteiramente* na hereditariedade: os histéricos são sempre dotados de perturbações da atividade nervosa, e entre seus parentes são encontrados epiléticos, doentes mentais, tabéticos, etc.” (GW, Nach., p. 82, grifo meu). Tal passagem nos mostra tanto a admissão da etiologia exclusivamente hereditária da histeria, advogada por Charcot, quanto a tese da família neuropatológica, abraçada pelo mestre parisiense. Ao final do artigo, entretanto, Freud esboça maior autonomia ao se debruçar sobre o que chama de tratamento direto dos sintomas histéricos, que consistia em eliminar a sua fonte de irritação (*Reizquelle*) psíquica. Ele menciona a terapêutica hipnótica e sugestiva, mas chama a atenção para a eficácia de outro método:

Ainda mais eficaz é a adoção de um método, posto em prática pela primeira vez por Josef Breuer em Viena, que *reconduz o doente sob hipnose à história psíquica pregressa do sofrimento [psychische Vorgeschichte des Leidens]*⁵ [e] *o compele à confissão do motivo psíquico que originou a perturbação correspondente*. Esse método de tratamento é novo, mas traz efeitos terapêuticos que não podem ser alcançados de outra forma. Ele é o mais adequado à histeria, pois ele *imita com precisão o mecanismo de formação e desvanecimento das perturbações histéricas* (p. 89, grifos meus).

⁵ A despeito de parecer tentador traduzir essa expressão por “pré-história psíquica do sofrimento”, tal tradução não apenas nos parece incorreta – o termo “pré-história” em português designa somente o “período da história do homem anterior à invenção da escrita e do uso dos metais” ou a ciência que tem por objeto esse período (HOUAISS; VILLAR, 2004, p. 2286), ao passo que o termo alemão correspondente, *Vorgeschichte*, compreende outros significados que não se restringem a tais usos e pode, por exemplo, designar um prólogo numa narrativa ou simplesmente um período anterior de acontecimentos ou da vida de uma pessoa (GRIMM; GRIMM, 1854/2012) – como também, e sobretudo, pode dar margens a anacronismos, na medida em que Freud apenas iria especular sobre um período primevo muito depois em sua obra, conforme veremos. De fato, como nota Meyers (2009, p. 522), o que Freud compreendia por *Vorgeschichte* (*prehistory*) não pareceu estar bem definido em seu pensamento até esse momento posterior de sua obra.

Ao se referir (pela primeira vez em sua obra) ao método concebido por Breuer, Freud também aborda os pressupostos etiológicos que a embasam. Ora, a eficácia do método em questão se devia precisamente à sua capacidade de intervir na causa dos sintomas histéricos: ele conseguia criar circunstâncias análogas às da formação destes ao recuperar os antecedentes do sofrimento mediante a narrativa do paciente. Se tal feito era possível, então, em alguma medida, as causas da histeria deviam ser buscadas na psique – ou, mais precisamente, conforme atesta Freud já nesse momento, “*nas representações inconscientes [unbewußte Vorstellungslieben]*” (p. 89, grifos meus). Por conseguinte, deveria haver mais na histeria que um fatalismo hereditário afinal.

Eis outro aspecto enigmático da doutrina de Charcot que atraiu Freud e que logo iria ser duramente questionado por este. Assim como a postulação de uma lesão dinâmica, a concepção de uma hereditariedade mórbida como causa diretora da afecção histérica se configurava como problemática, não apenas pela vagueza de tal concepção, que pretendia abarcar as mais variadas patologias mentais e neurológicas, mas também porque ela parecia se chocar com o determinante psicogênico da histeria – vale dizer, atestado pelo próprio Charcot originalmente. Por mais que Freud ainda não colocasse em questão a condição hereditária da histeria, ele já havia se deparado com o meio que o levaria a questioná-la: o método de Breuer. A aplicação desse método logo revelaria que o aspecto psicogênico da histeria estava bem longe de ser apenas uma causa ocasional.

Importa notar que Freud foi ao encaixe das duas espécies de causas que Charcot atribuía à histeria: a lesão e a herança. Sabe-se que o final dessa trilha culminaria com a criação da psicanálise. No entanto, cabe ressaltar que esse percurso, em larga medida, dependeria do aporte de explicações de extração genética. Assim, buscaremos mostrar que, com Freud, a lesão daria lugar ao reconhecimento da dimensão ontogenética dos sintomas, ao passo que a hereditariedade ensejaria reflexões a respeito da dimensão filogenética destes. O material para a elaboração dessas reflexões seria extraído não das tradições médicas germânicas ou francesas, mas dos pesquisadores ingleses. Não apenas o velho Darwin – que, naquelas investigações iniciais vistas mais acima, “constituía o contexto silencioso, mas importante, das pesquisas” (ADES, 2001, p. 129) – voltaria a embasar certas reflexões freudianas, mas também um neurologista britânico até então desconhecido

no mundo germânico, John Hughlings Jackson, viria a dar sustentação a elas. Nesse sentido, convém recordar que Freud, afinal, tinha uma forte inclinação pelos cientistas dessa nação, como confessou a Silberstein em 9 de setembro de 1875: “[...] as relações que travei com o livros científicos ingleses vão me levar, em meus estudos, a ficar sempre ao lado dos ingleses [...]: Tyndall, Huxley, Lyell, Darwin [...]” (CFS, p. 148). Freud se beneficiaria do pensamento de alguns dos autores britânicos ao avançar explicações de natureza genética para as neuroses em substituição às causas postuladas por Charcot.

O reencontro com a abordagem genética e evolucionária e o estudo das neuroses

De acordo com Lanteri-Laura (1994, p. 100), o discurso psicanalítico surgiu “num momento em que o modo de pensar positivista estava arquejante e já não conseguia desempenhar de maneira congruente sua função ideológica”. O autor francês emite essa conclusão após mostrar que o discurso positivista assentava a etiologia das condutas perversas sobre dois pilares: uma concepção sobremaneira abrangente acerca da hereditariedade e uma concepção otimista do desenvolvimento das localizações cerebrais (p. 94-95). Ainda que tal conclusão se refira especificamente às perversões, podemos dizer que o mesmo vale para a histeria, uma vez que, conforme procuramos mostrar, Charcot assentou a etiologia desta afecção sobre os mesmos pilares referidos acima. Como outros estudiosos, Freud não tardaria a reconhecer a instabilidade e o caráter suspeito dessa construção etiológica.

De fato, que a referência anatômica era incapaz de fornecer a solução para a compreensão da natureza do distúrbio responsável pela manifestação dos sintomas histéricos, Freud o suspeitava desde muito cedo. Já no relatório de prestação de contas de seu estágio na Salpêtrière, ele anuncia o desejo de se debruçar sobre as diferenças entre as sintomatologias orgânicas e histéricas (GW, Nach., p. 41). Dois anos depois, no verbete *Histeria*, ele nos adverte: “não se encontrou na doença quaisquer distúrbios perceptíveis no sistema nervoso e *nem cabe esperar* que qualquer refinamento das técnicas anatômicas possa acusá-los” (p. 72, grifos meus). Diferentemente de Charcot, Freud não parecia nutrir o desiderato de localizar a lesão na afecção histérica.

Freud intuía que as alterações da histeria e também de outras afecções investigadas por ele quando de seu retorno a Viena se deviam a um desequilíbrio neurodinâmico geral, e não local. Por exemplo, em 1887, na resenha de um trabalho sobre neurastenia, Freud defende que essa neurose não deveria ser designada como “um quadro clínico na acepção dos manuais baseados exclusivamente na anatomia patológica, mas, antes, como uma forma de *reação do sistema nervoso*” (GW, Nach., p. 65, grifos meus). Da mesma forma, no ano seguinte, no prefácio à primeira edição da tradução feita por ele do livro de Hippolyte Bernheim *A sugestão e seu efeito terapêutico (Die Suggestion und ihre Heilwirkung)*, ele reafirma esse rechaço à hipertrofia do referente anatômico, desta vez meditando sobre o caso da sugestão. O fenômeno sugestivo seria mais uma prova da existência de uma modalidade de reação global do sistema nervoso devida a alterações de natureza fisiológica e psicológica. Tais alterações introduziriam modificações profundas nesse sistema, de forma que a hipótese do caráter localizado daquelas alterações pareceria bastante improvável. Segundo o autor, não haveria critério algum que possibilitasse “diferenciar com exatidão um processo psíquico de outro fisiológico, um ato no córtex cerebral de um ato nas massas sub-corticais [...]” (GW, Nach., p. 119).

Com efeito, tal combate ao privilégio descabido da anatomia na investigação desses fenômenos visava menos à doutrina de Charcot que a de Meynert. Num artigo do mesmo período – o verbete *Cérebro (Gehirn)* do *Dicionário de medicina geral*, publicado em 1888 –, Freud fundamenta esse combate mediante amplo exame da anatomia e da fisiologia do sistema nervoso. Como Solms & Saling (1990, p. 97-102) mostram, ali o autor desfere críticas especialmente à concepção meynertiana da estrutura encefálica. Segundo ele, diferentemente do que rezava tal concepção, o sistema cortical era intimamente interconectado ao sistema sub-cortical, de modo que a relação entre o centro e a periferia do sistema nervoso era muito mais complexa do que se pensava até então. Tal complexidade desautorizava a suposição da supremacia do córtex na atividade nervosa e mental, ao menos da forma como Meynert a concebia. O neuropatologista e psiquiatra austríaco considerava não apenas que a origem e a destinação última dos sistemas anatômicos e fisiológicos eram o córtex como também que este era a sede de todos os fenômenos psicológicos, isto é, conscientes. Por conseguinte, a demonstração da

equivocidade dessas considerações permitia a Freud indicar o motivo da reação global do sistema nervoso em determinados casos, bem como vislumbrar a independência relativa da vida mental em relação aos processos neurofisiológicos.

O exame mais circunstanciado dessas questões nos escritos freudianos, entretanto, ocorreria pela primeira vez somente alguns anos depois, em *Sobre uma concepção das afasias (Zur Auffassung der Aphasien)*, livro de 1891 no qual Freud aventou uma explicação funcional do fenômeno afásico após demonstrar as limitações da explicação exclusivamente anatômica. Tanto é esse o escopo da obra que o autor a desfecha com a seguinte conclusão: “parece-nos que a importância do fator da localização foi superestimada, e que nós faríamos bem em atentarmos uma vez mais para as condições funcionais do aparelho de linguagem [*Sprachapparat*]” (AA, p. 149). Freud visou a mostrar que isso que denominou “aparelho de linguagem” responderia a lesões de maneira solidária, e não pontual. Enquanto outros “aparelhos” podiam responder tanto de forma pontual quanto solidária – o autor deu o exemplo do “aparelho central para a extremidade superior” (p. 71), no qual uma lesão na circunvolução central anterior podia resultar tanto em paralisia dos músculos do polegar quanto em paresia moderada de todo o braço –, o aparelho de linguagem sempre respondia como um todo a lesões. Ora, “uma pequena lesão no centro motor não poderia nunca levar à perda de cem palavras cuja natureza dependeria do local da lesão” (p. 71); nesse caso, assistir-se-ia a uma interrupção no curso normal de funcionamento desse centro, o que levaria à redução de sua eficácia. Para Freud, era nesse déficit funcional geral que residia a causa real das perturbações afásicas.

Em última análise, a apreciação crítica do livro mira a doutrina de Meynert acerca do funcionamento do sistema nervoso. Embora se detenha primeiramente na visão dos representantes da interpretação então paradigmática da afasia – especialmente, Carl Wernicke e Ludwig Lichtheim –, a qual postulava uma correlação direta e constante entre os sintomas afásicos e o local lesionado, o livro culmina na interpelação da doutrina meynertiana, verdadeiro fundamento daquela interpretação. De maneira precisa, Freud nomeou tal doutrina de “córtico-cêntrica” (p. 87), já que, de acordo com ela, todas as vias neurais eferentes ou aferentes convergiriam para o córtex cerebral, como indicávamos. O corolário dessa doutrina era a suposição de que cada célula da região cortical conteria um

engrama originado pela estimulação das vias neurais provenientes das extremidades corporais e recebido sem que a informação nervosa contida nessa estimulação tivesse sofrido qualquer modificação. Tal engrama teria como correlato psicológico uma representação (*Vorstellung*), a qual estaria, portanto, contida nas células corticais. O resultado desse esquema “córtico-cêntrico”, conclui Freud, era a suposição de uma projeção ou “reprodução completa e topográfica” (p. 90) de toda a superfície somática no córtex. À medida que o indivíduo adquirisse aprendizados, as representações ocupariam as margens dessa região cortical, tida como originariamente sem função segundo Meynert, mas podendo também vir assumir as funções desempenhadas pelos centros no caso de sua destruição (p. 103).

De nosso especial interesse na crítica a essa doutrina é a fundamentação buscada por Freud nas concepções de Hughlings Jackson. Aquele salienta sua dívida para com este, de cujas concepções serviu-se à larga para contestar “a teoria dos distúrbios de linguagem baseada na localização [...]” (p. 105). Basicamente, Freud toma de empréstimo duas doutrinas do neurologista britânico: a doutrina da concomitância e a doutrina da dissolução do sistema nervoso. A primeira fundamenta a crítica freudiana da correspondência indevida entre os domínios psicológico e fisiológico estabelecida por Meynert. Segundo Freud, nada justifica a atribuição da qualidade de correlato da representação, unidade mais básica e elementar da psicologia, ao engrama deixado pela transmissão nervosa, supostamente a unidade básica da fisiologia do sistema nervoso. Muito provavelmente, segundo o autor, esses domínios nunca se imiscuem, o que significa que “o psíquico, assim, é um *processo paralelo* [*Parallelvorgang*] ao fisiológico (‘a dependent concomitant’ [um concomitante dependente])” (ibid., p. 98, grifos meus). Eis a referência explícita – com a denominação no inglês original inclusive – a uma das doutrinas jacksonianas. Conquanto essa doutrina corresponda a um dos arrimos do ataque de Freud à teoria de Meynert, nosso maior interesse deve incidir sobre a outra doutrina jacksoniana, a qual abriga os pressupostos evolucionários dos quais aquele se valeu para desinflacionar definitivamente o referente anatômico no estudo das doenças mentais e neurológicas.

A doutrina da dissolução do sistema nervoso fundamenta a concepção jacksoniana da doença como o reverso do processo de evolução, levando-nos ao núcleo do aporte evolucionário da teoria do neurologista inglês. Sob o forte influxo (reconhecido explicitamente) da teoria de Herbert Spencer, Jackson concebe o sistema nervoso como uma hierarquia cuja estrutura refletiria seu decurso evolutivo. Noutros termos, os centros nervosos inferiores corresponderiam a estruturas evolutivamente mais antigas e, por isso, mais rigidamente organizadas, menos complexas e de funcionamento mais automático, que os centros nervosos superiores.⁶ À luz dessa concepção, a doença deve ser vista sob duas perspectivas: uma chamada negativa, a qual corresponde ao déficit de capacidades provocado pelo retorno do funcionamento do sistema nervoso a um nível inferior de evolução, e outra denominada positiva, que corresponde ao aparecimento de fenômenos (como alucinações e “comportamentos extravagantes”) devidos à assunção de determinadas funções pelos centros inferiores – os quais se apresentam como verdadeiras “sobrevivências dos estados mais aptos [*survivals of the fittest states*]” do paciente acometido pela enfermidade (JACKSON, 1884, 591). Por meio dessa perspectiva evolucionária, Jackson poderia assentar as doenças neurológicas e mentais sobre um terreno comum. De fato, o autor diz não conhecer

nenhum outro fundamento, a não ser aquele fornecido pela doutrina da evolução, sobre o qual casos de loucura [insanity] – doenças dos centros nervosos superiores – possam ser estudados em comparação com doenças não-mentais do sistema nervoso – doenças dos centros inferiores (p. 593, grifos meus).

Do ponto de vista evolucionário, doenças mentais e neurológicas possuíam o mesmo estatuto etiológico: ambas encontrariam sua explicação na dissolução da função de um dado centro do sistema nervoso.

Freud acudiu à referida perspectiva negativa de tal doutrina para explicar a perda de um conjunto de associações, adquirido posteriormente, em proveito da preservação de outro conjunto, adquirido primariamente, quando da ocorrência de uma

⁶ De fato, o emprego do termo “evolução” por Jackson parece denotar certa equivocidade, na medida em que parece se referir tanto ao decurso ontogenético quanto ao decurso filogenético do organismo. Por exemplo, na caracterização dos centros superiores feita na primeira da série de palestras intituladas *Evolução e dissolução do sistema nervoso (Evolution and dissolution of the nervous system)*, o autor afirma que tais centros são estruturas as quais, “continuamente, organizam-se ao longo da vida” e, ao mesmo tempo, representam “o clímax da evolução do sistema nervoso [*nervous evolution*]” (JACKSON, 1884, p. 591, grifos meus).

lesão. A concepção meynertiana da existência de centros distintos de linguagem separados por áreas sem função era incapaz de abarcar tais casos satisfatoriamente. Ora, conceber que as imagens mnêmicas ocupavam a região circunscrita entre os centros corticais à medida que o sujeito ganhasse novos aprendizados era tão absurdo quanto conceber “algo como uma cidade que se expande por meio de assentamentos em espaços fora do cinturão de muros [*Ringmauer*] dela” (AA, p. 103). Por meio dessa comparação, conforme Greenberg (1997, p. 151) nota, Freud torna a hipótese meynertiana “levemente ridícula, ao levar suas implicações geográficas ao limite”. Uma região cortical circunscrita não poderia abrigar um número indefinido de aquisições languageiras, assim como uma cidade antiga, cercada por um muro circular, alto e espesso (eis o que palavra *Ringmauer* designa) não poderia abrigar um número indefinido assentamentos. Tais aquisições não se disporiam à maneira de um povoamento, assim como a perda delas não implicava a migração automática de funções para outros centros, supostamente autônomos: na verdade, elas se dariam numa mesma área cortical. Elas se sobreporiam nesse mesmo espaço ao longo do tempo, motivo pelo qual Freud deu ao processo o nome de “superassociação” (*superassoziation*). Complexo embora mais frágil, porquanto mais suscetível aos efeitos nocivos das lesões, esse tipo de associação evidenciava a existência de uma hierarquia entre as funções da linguagem, estabelecida de acordo com a ordem em que estas foram adquiridas, como assinala o autor: “*onde quer que a lesão se localize, aquilo que foi ‘superassociado’ [das Superassoziierte] será comprometido antes que aquilo que foi associado primariamente*” (AA, p. 104, grifos do autor).

Por outro lado, Freud recorreu à perspectiva positiva da doutrina jacksoniana em questão para elucidar o motivo da aparição de determinados comportamentos após a lesão. Jackson havia atentado para a peculiaridade de certas manifestações em pacientes acometidos por afasia motora, nos quais, a despeito da ausência da fala articulada, restava a capacidade de dizer impropérios, palavras complicadas ou mesmo pequenas frases – donde o nome “restos de linguagem” –, que, segundo ele, faziam parte das manifestações do tipo emocional, mais automático, e não do intelectual, mais voluntário (AA, p. 105; JACKSON, 1884, p. 592). Freud, porém, foi mais longe que o neurologista britânico ao julgar que esses fragmentos perduravam no aparelho de linguagem devido à intensidade da excitação

interna que os acompanhara em momentos críticos, como instantes antes do traumatismo. Noutros termos, o neurologista vienense avançou uma explicação psicológica para os distúrbios afásicos. De todo modo, para ambos os autores, tais fragmentos corresponderiam a sobrevivências de recursos comportamentais menos complexos – isto é, a “casos de *involução* [*Rückbildung*] (Dis-involution) *funcional* do aparelho mais organizado [...]” (AA, p. 131, grifos do autor).

Vemos, assim, que a doutrina da dissolução de Jackson revelou a Freud a importância da remissão a um contexto passado na tentativa de compreender as afasias. Como Forrester (1980, p. 18, grifos meus) nota, aquela doutrina permitia que se atinasse com o fato de que os afásicos sofriam “uma lesão *em momento determinado do tempo*”, ao qual se devia remontar a fim de se desvelar o sentido dos sintomas, aparentemente disparatados. Somente esse aporte contextual possibilitava a descoberta do significado das falas iterativas nos distúrbios afásicos. Freud se serviu de tais ensinamentos para vasculhar na psicologia do indivíduo a dimensão ontogenética desses distúrbios. Sem a apreensão do momento preciso da vida individual em que o traumatismo ocorrera, não seria possível desvelar o motivo da perda de determinadas associações ou a origem de certos fragmentos de linguagem renitentes. Nesse modo de compreender o fenômeno afásico, o elemento organizador deixava de ser a anatomia e passava a ser a experiência, o que anunciava o fim da hegemonia de uma concepção das afasias fundada sobre o pressuposto da destruição de centros independentes (LEUSCHNER, 2001, p. 23).

Esses ensinamentos contribuíram de forma decisiva para a *démarche* freudiana pelo terreno das neuroses. Munido deles, Freud pôde consolidar a conclusão sobre a impossibilidade de se compreender a neurose histérica pelo viés da anatomia. A chave dessa conclusão encontra-se no artigo de 1893 *Algumas considerações sobre um estudo comparativo entre as paralisias motoras orgânicas e histéricas* (*Quelques considérations pour une étude comparative des paralysies motrices organiques et hystériques*), no qual o autor interdita a analogia estabelecida entre o distúrbio histérico e o distúrbio orgânico ao admitir que a lesão histérica, tal como a conceberia a anatomia, não existe *tout court*. Essa lesão seria, antes, “*a abolição da acessibilidade associativa*” (GW, I, p. 52, grifos do autor)

de uma determinada concepção em razão de esta ser investida de grande montante de afeto. A anatomia, então, devia ceder o seu lugar à psicologia nesse caso.

O que se nos mostra mais importante, todavia, nesse legado do ensaio acerca das afasias sobre a investigação freudiana das neuroses é a importância de se remontar ao momento da ocorrência do trauma. A derrocada do referente anatômico marcava a ascensão da busca pela gênese do sintoma. Nesse novo cenário etiológico que então se configurava para Freud, a atenção do médico deveria estar voltada sobretudo para as causas adventícias das neuroses. Essa reconfiguração começou a se perfilar no estudo da histeria primeiramente, sendo anunciada no artigo publicado juntamente com Breuer *Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos (Comunicação Preliminar)* [*Über den psychischen Mechanismus hysterischer Phänomene {Vorläufige Mitteilung}*]: “na neurose traumática, a insignificante lesão corporal não é a verdadeira causa da doença, mas, sim, o afeto aflitivo (*Schreckaffekt*), o *trauma psíquico*” (SH, p. 29, grifos dos autores). Isso significa que os sintomas eram suscitados por um evento (ou uma série de eventos) que adquirira caráter traumático e ocorrera em um momento preciso da história do sujeito. Era a esse momento que se devia recuar a fim de buscar a verdadeira causa da neurose. Freud, assim, transpunha do fenômeno afásico para o fenômeno histérico necessidade de se remontar ao trauma. Desta vez, contudo, não se tratava do trauma físico (lesão), mas do trauma psíquico (afeto). De todo modo, operava ainda a ideia segundo a qual “a aparente falta de sentido de um sintoma poderia ser esclarecida se o remetêssemos a um contexto ‘traumático’ situado no passado e bastante específico, no qual ele possuía sentido de fato” (FORRESTER, 1980, p. 20). Enfim, a busca da lesão dava lugar à procura pela cronologia dos eventos da vida do indivíduo.

A clínica, por seu turno, dava a Freud provas da possibilidade da determinação precisa da origem dos sintomas neuróticos. Em especial, dois casos acompanhados por ele a partir de 1892 – o de *Fräulein Elisabeth von R.* e o de *Miss Lucy R.*, publicados três anos depois em *Estudos sobre a histeria (Studien über hysterie)* – revelaram que tanto os episódios que ocasionaram a patologia como as tentativas de reprimi-los podiam ser recordados com vividez e exatidão impressionantes pelos indivíduos em vigília. Dessa forma, o autor descobriu que podia prescindir da investigação hipnótica, até então

empregada sistematicamente por ele no tratamento das neuroses. Bastava que ele confiasse a palavra aos pacientes. Com efeito, nos dois casos mencionados ele se serviu de um artifício que consistia em aplicar com a mão uma pressão sobre a testa dos pacientes e sugerir-lhes que isso lhes despertaria a memória, o que lhe permitiu enxergar as cenas traumáticas através das chamadas “resistências” (*Widerstände*). Ele descobriu que o teor de tais cenas era de natureza sexual – descoberta que se tornaria central para sua teoria das neuroses dentro de alguns anos. À medida que escutava os pacientes, reunia episódios a partir dos quais lograva ordenar o decurso da doença.

Essas descobertas tornaram a recuperação da cronologia da enfermidade um imperativo metodológico. Freud logo atinou com o caráter modelar da abordagem empregada na condução do tratamento das pacientes referidas acima:

[...] cheguei a um procedimento que, em seguida, alcei à condição de método e encetei de modo consequente: o procedimento de remoção do material patogênico estrato por estrato [*schichtweise*], que nós bem podemos comparar à *técnica de escavar uma cidade soterrada*. Primeiramente, eu pedia que o doente me contasse o que era de seu conhecimento, atentando cuidadosamente para alguma conexão que permanecia enigmática, para algum elo que parecia faltar à cadeia causal; e, em seguida, penetrava estratos ainda mais profundos da recordação ao aplicar a investigação hipnótica ou alguma técnica semelhante. Naturalmente, todo o trabalho tinha como pressuposto a expectativa de que se chegaria a uma determinação completamente alcançável [*eine vollkommen zureichende Determinierung*] [...] (SH, p. 157-158, grifos meus).

A comparação entre o trabalho do terapeuta e o do arqueólogo começou a ser delineada quando o autor, baseando-se na experiência com aquelas pacientes, pôde concluir que o tratamento da histeria nada mais era do que uma investigação pertinaz pautada pela seleção de informações parciais capazes de apontar uma gênese quando reunidas. Como se necessitasse explicitar o que a metáfora arqueológica implicava, ele evidencia no excerto o caráter detetivesco de sua investigação, orientado pela tarefa de determinar a forma real de sucessão dos acontecimentos.

Por meio desse método, Freud acreditou poder estimar os eventos determinantes da doença com alto grau de acurácia. Tal qual um “arquivo mantido em perfeita ordem” ou um “dossiê [*Aktenbündel*]” (p. 305), o material psíquico se mantinha rigidamente organizado, revelando-se ao terapeuta na ordem inversa de sucessão, isto é, das vivências mais recentes às mais remotas. Todavia, o acesso ao âmago desse material era difícil, uma

vez que ele se mostrava protegido como que por inúmeras camadas cujo correspondente fenomênico seriam as varias resistências e as oscilações de consciência que o terapeuta poderia testemunhar ao longo do tratamento. Ademais, era preciso muita atenção para descobrir o ordenamento lógico e dinâmico entre as representações, as quais se dispunham numa rede intrincada de relações, o que explicaria o caráter amiúde multiplamente determinado dos sintomas. Diante de tais complexidades, era imperativo “seguir o veio do pensamento [*Gedankengang*] do consciente até o inconsciente (isto é, aquilo que não é discernível como recordação)” (p. 318). Eis a chave para aceder à origem precisa dos sintomas.

Contudo, a biografia do indivíduo não bastava para elucidar as razões das neuroses. Freud visava a assentar sua construção teórica em solo firme, e não deixá-la flutuando no ar rarefeito da pura contingência, como o fez Bernheim. Recordemo-nos da reprimenda freudiana a esse médico francês, comparado por Freud a São Cristóvão certa vez, numa resenha sobre um livro de August Forel a respeito do hipnotismo (GW, Nach., p. 158). Reza a tradição que, durante a travessia de um rio, o santo carregou Cristo, o qual, por sua vez, carregava o mundo todo; ora, perguntar-se-ia o ouvinte astuto, mas onde São Cristóvão teria se apoiado para sustentar o peso de tudo sobre seus ombros? Freud enxergou o mesmo problema na tarefa que Bernheim impusera a si mesmo: ao acreditar poder sustentar toda sua teoria sobre uma psicologia e ao afirmar que tudo podia ser reputado à sugestão, ignorando, assim, o aspecto fisiológico do fenômeno sugestivo, o médico francês deixara suas concepções desprovidas de sustentação. Da mesma forma, as neuroses não podiam ser atribuídas exclusivamente ao efeito psicológico provocado pelas contingências da vida do indivíduo. O adoecimento resultaria da convergência entre estas e os fatores orgânicos.⁷

. Freud, porém, demonstrava ceticismo relativamente ao afã de buscar na tese da família neuropatológica a base orgânica das enfermidades, como queria Charcot. Já nas notas à tradução que realizou da obra do mestre francês *Lições de terça-feira na*

⁷ Veremos, com mais vagar, a partir do próximo capítulo, a importância de uma sustentação infraestrutural às teorizações de Freud em outros momentos de sua obra. Por ora, cabe apenas reiterar que ele nunca teve “a menor inclinação a deixar a psicologia sem um fundamento orgânico, *pairando no ar* [*schwebend*]” (AP, p. 227, grifos meus), conforme viria a externar numa carta a Fliess em 22 de setembro de 1898.

Salpêtrière, publicadas entre 1892 e 1894, ele afirma que essa tese carecia de uma revisão urgente, já que ela abrangia quase tudo o que se conhecia acerca das doenças nervosas orgânicas e funcionais, sistêmicas ou acidentais (GW, Nach., p. 164). Tal crítica representa o arremate de uma série de ataques freudianos aos flancos de tal tese, que apontavam a necessidade de conferir mais peso aos fatores acidentais tanto nas neuroses (nas quais a importância do fator sexual Freud então já notava) quanto nas doenças orgânicas como a tabes dorsal. Como Gelfand (1989) mostra, embora Charcot não tenha vivido para ver aquele arremate contundente, ele pôde ao menos tomar ciência das críticas de Freud à etiologia desta última doença, reveladas nas notas à tradução da própria obra mestre francês (as quais, contudo, não constam das edições das obras completas de Freud). Alinhando-se às concepções do também germânico Erb, Freud defendeu a causa infecciosa daquela moléstia – o que, aliás, suscitou uma dura réplica de Charcot. Além disso, há que se considerar o descontentamento com “o corolário racial da *famille neuropathologique*” (GELFAND, 1989, p. 304). Freud pôde testemunhar as frequentes alusões do mestre francês às famílias judias não somente nas *Lições de terça-feira na Salpêtrière* como também na carta que dele recebeu mencionada mais acima. Assim, opinião médica e reação pessoal ao antissemitismo (STEWART, 1976) – que, aliás, grassava em Paris quando Freud lá estagiou – concorriam para a descrença freudiana na plausibilidade da tese da família neuropatológica.

Ainda, Freud desconfiava da tentativa de atribuir a etiologia das neuroses à degenerescência. A ideia de uma condição débil do indivíduo, transmitida ao longo das gerações, como causa daquelas afecções ignorava a centralidade do trauma em tais casos. A esse respeito, o autor buscou confrontar um célebre discípulo de Charcot, Pierre Janet, para quem a histeria se deveria a uma divisão da consciência (*Bewußtseinspaltung*), assentada sobre “uma fraqueza inata da capacidade de realizar sínteses psíquicas, a um estreitamento do ‘campo da consciência’ (*champ de la conscience*), que, na qualidade de estigma psíquico, atesta[ria] a degenerescência dos indivíduos histéricos” (GW, I, p. 60).⁸ De fato,

⁸ Segundo Ellenberger (1970, p. 539), Freud promoveu uma distorção da concepção de Janet ao imputar a este o recurso a degenerescência como causa única – pois Janet, tanto quanto Freud, teria advogado a interação entre fatores constitucionais e traumas psíquicos –, mas o que ora deve granjear nossa atenção são as consequências do posicionamento de Freud em relação a tal recurso.

como Freud informa em *As neuropsicoses de defesa (Die Abwehr-Neuropsychosen)*, Janet buscava atribuir uma série de outras enfermidades (psicoses e as chamadas psicastenias) à predisposição que ocasionava o fenômeno da divisão da consciência (p. 65, n. 3). Ora, como que em resposta ao último, o primeiro ergueu toda uma nosografia, no referido texto, baseada no valor etiológico de um processo em larga medida dependente de causas ocasionais: a defesa (*Abwehr*), incitada pelo esforço voluntário dos indivíduos para esquecer um determinado conteúdo ideativo que havia se lhes revelado intolerável. Em que pese o fato de que a ocorrência de tal processo estivesse condicionada à presença de fatores constitucionais, a ênfase do texto recai sobre o “*ato voluntário do doente*” (p. 61, grifos do autor) nessa tentativa de esquecimento. Desse modo, Freud pôde concluir que o adoecimento desses pacientes devia ser “expressão de uma disposição patológica, a qual, porém, *não [era] necessariamente idêntica a uma ‘degenerescência’ pessoal ou hereditária*” (p. 62-63, grifos meus).⁹ O autor suspeitava dessas explicações tão ao gosto da psicopatologia francesa, embora não ignorasse a necessidade de se levar em conta fatores inatos.

Tendo em vista desinflacionar e restringir essa concepção de hereditariedade patológica, Freud promoveu duas espécies diferentes de ações, segundo nossa visão. Por um lado, ele ratificou a existência de uma propensão à patologia, mas interditou o recurso à hereditariedade dissimilar. Como viria a deixar claro em 1896 com *A hereditariedade e a etiologia das neuroses (L’Hérédité et l’étiologie des névroses)*, não devia haver qualquer objeção à do tipo similar, uma vez que, no estudo dos casos que dependiam desse tipo de hereditariedade (na coreia de Huntington, por exemplo), era patente que esse era o único fator etiológico. A hereditariedade dissimilar, porém, afigurava-se bastante problemática, na medida em que não explicava por que um indivíduo adoecia e outro não, ou por que uma entidade clínica aparecia num determinado membro de uma família e outra noutro membro.

⁹ A mesma conclusão seria reafirmada em *Estudos sobre a histeria*, só que, desta vez, Freud se atinha à constatação da perspicácia e da força da atividade mental das histéricas atendidas por ele, e não deixava de tocar o problema do ranço racial da teoria da degenerescência: “Bem se faria em distinguir conceitualmente as pessoas acometidas por uma ‘disposição’ das acometidas por uma ‘degeneração’, pois, caso contrário, seria forçoso admitir que a humanidade deve boa parte de suas grandes conquistas aos esforços de indivíduos degenerados” (SH, p. 123). Como frisa Stewart (1976, p. 221), nessa passagem torna-se evidente o fato de que o rechaço à referida teoria requereu da parte de Freud “muito mais que uma revisão da opinião médica”, uma vez que tal ranço racial era para este inadmissível e precisava ser eliminado.

Logo, era preciso admitir que, nesses casos, a hereditariedade evidentemente não presidia a escolha da neuropatia que iria se desenvolver num determinado membro da família, o que levava a supor a influência de outros fatores etiológicos mais específicos (GW, I, p. 410). A doença resultaria, então, da concorrência de tais fatores com uma disposição inata. Por outro lado – e este é o ponto que mais nos interessa –, Freud explorou a dimensão instintiva dos sintomas. Noutras palavras, ao invés de considerá-los resultado de uma decadência de uma estirpe de indivíduos, ele os aproximou de certos comportamentos filogeneticamente fixados e que, portanto, constavam do patrimônio de toda a espécie.

Assim, Freud notou que, por exemplo, algo dos movimentos expressivos e dos sintomas que não sofreram conversão – isto é, que não foram transformados em sintomas somáticos crônicos – da paciente Emmy von N. pertencia ao âmbito da animalidade humana. Assim, as fobias da paciente, em certa medida, correspondiam às “fobias primárias comuns ao homem” (SH, p. 106, grifo meu); que seus temores remetiam ao “medo *instintivo* [*instinktive Furcht*]” (p. 106, grifo meu) sentido pelos seres humanos em face de fenômenos como tempestades; que sua aversão a asilos remontava, por um lado, ao “*horror primário e instintivo* [*primäre, instinktive Grauen*] que os sãos têm ante a loucura [...]” (p. 107, grifos meus); que, enfim, seu ato de movimentar os dedos e as mãos ao invés de gritar fazia lembrar “um dos princípios darwinianos para a explicação da expressão das emoções: o da ‘derivação da excitação’, que esclarece, por exemplo, o abano da cauda dos cães” (p. 110). Sintomas e movimentos expressivos como esses guardavam semelhanças com os comportamentos presentes em todos os homens e mesmo nos animais, constatação que interditava definitivamente os expedientes à mancha hereditária. Ao invés de denunciarem a degenerescência da raça, os sintomas histéricos podiam revelar, na verdade, com maior vivacidade e nitidez, a herança instintiva do ser humano.

De outra parte, as conversões simbólicas de pacientes como Elisabeth e *Frau Cäcilie M.* – isto é, as conversões cujo verdadeiro sentido deveria ser buscado na linguagem – não apenas atestavam a animalidade como também podiam fornecer pistas sobre o *modus vivendi* arcaico do homem. Freud já havia descoberto que a chave para a compreensão dos sintomas gerados por tais conversões era o isolamento de certas expressões linguísticas que foram tomadas em sentido literal pelas pacientes. Dessa forma,

a incapacidade de andar de Elisabeth adveio de sua sensação, em face de suas tentativas malogradas de reverter a trágica situação familiar, de “não sair do lugar” [*sie „komme nicht von der Stelle“*] (SH, p. 171), e a violenta neuralgia facial de Cäcilie, de um comentário tomado como um “tapa na cara” [*Schlag ins Gesicht*] em certa ocasião (p. 198-199). Esses exemplos mostravam que era absolutamente necessária à tarefa de elucidação dos sintomas a consideração da subjetividade. Freud acreditava que isso, contudo, não era suficiente, pois também havia fatores objetivos envolvidos na determinação dos sintomas:

[...] é menos individual e arbitrário do que pensamos o fato de a histérica criar uma expressão somática para uma representação carregada afetivamente mediante a simbolização. Ao tomar a expressão linguística em sentido literal [...], a histérica não abusa da criatividade [*übt sie keinen witzigen Mißbrauch*], mas simplesmente revive as sensações às quais a expressão deve sua justificativa (p. 201, grifos meus).

Embasado numa concepção de linguagem de extração empirista, isto é, aquela em que se admite que as expressões um dia foram sensações – traço freudiano que autores como Gabbi Jr. (2003) atribuem a outro autor inglês: John Stuart Mill –, Freud julgava que os sintomas possuíam uma dimensão que transcendia o indivíduo. Em certa medida, eles nada mais faziam do que reanimar um passado arcaico. Nesse sentido, porém, o conceito de conversão simbólica devia ser precisado:

Todas essas sensações e inervações pertencem à “expressão das emoções”, que, como Darwin nos ensinou, consiste em atos originalmente dotados de sentido e destinados a um fim; [...]. De fato, talvez seja incorreto dizer que ela [a histeria] cria essas sensações por meio da simbolização; talvez ela não tome como modelo o uso linguístico, mas se abasteça, juntamente com este, de uma fonte comum [*schöpft mit ihm aus gemeinsamer Quelle*] (SH, p. 201-202, grifos meus).

Desse modo, embora tenham sido despertadas por obra de fatores contingentes, as sensações que acometiam essas pacientes se reportavam ao passado profundo do homem. Era esse o real manancial da conversão simbólica.

Essas passagens nos mostram que Freud tencionava estribar suas concepções num cenário filogenético. O autor buscava seguir a trilha deixada por Darwin, que, com seu livro *A expressão das emoções no homem e nos animais* (*The expression of the emotions in man and animals*, doravante *Expressão das emoções*), fez da expressão mais um argumento para a incontestabilidade da evolução. Esse feito se operou graças ao avanço da seguinte tese básica: “o hábito de expressar nossos sentimentos por meio de certos movimentos,

ainda que seja inato hoje, foi adquirido de maneira gradual” (DARWIN, 1872b, p. 19, grifos meus). Partindo do pressuposto de que o que se mostrou inato um dia fora adquirido, Darwin logrou alçar os movimentos expressivos do homem à categoria de atestados de um período remoto na história da evolução humana. Subsumido nesse pressuposto teórico, estava o pressuposto metodológico que anunciara a centralidade da interpretação e da narração, os únicos instrumentos capazes de acessar de alguma forma aquele período imediatamente incognoscível. Ao convocar Darwin, Freud se mostrava respaldado por todos esses pressupostos, que autorizavam encarar as emoções como uma espécie de fóssil datado da pré-história humana.

Com isso, Freud se distanciava do evolucionismo psiquiátrico e promovia uma torção nos pressupostos deste. Como Conry mostra (1974, p. 82-83), é possível constatar uma inversão de inteligibilidades entre os modos como a patologia e o evolucionismo darwiniano encaram o estatuto do patológico. Ao passo que Darwin se servia da teratologia para intuir o atávico, a patologia se vale do atávico para atestar o caráter teratológico deste. O evolucionista inglês se utilizava das enfermidades buscando um devir que apontasse para certos traços comuns a toda espécie, e não as causas próximas de um fenômeno anômalo. Com efeito, esses modos distintos de focar os fatos mórbidos pressupõem acepções diferentes de hereditariedade. A acepção cultivada pela patologia e pela medicina conota uma hereditariedade do tipo patológico, enquanto a nutrida pelos naturalistas e pela biologia assinala um tipo de hereditariedade natural (LÓPEZ BELTRÁN, 2002). Ora, se os naturalistas e os fisiologistas lograram promover uma “despatologização da causa hereditária” (p. 266) na metade do século XIX, retirando-a campo do mórbido no qual ela havia sido fixada pelos médicos, pode-se dizer que Freud empreendeu uma ação análoga ao nível das neuroses. Ao invés de cingi-las ao domínio da hereditariedade mórbida, ele relacionou certos traços delas a características que, embora recônditas, ainda constavam do patrimônio espécie humana. Inspirando-se em Darwin, Freud procurou se servir do mórbido para intuir o atávico – dando início a um processo de esboroamento das fronteiras entre o normal e o patológico cujo desfecho será examinado no próximo capítulo.

Não obstante ter promovido essa inversão, que tinha em vista especialmente a ênfase de Charcot sobre a degeneração, Freud, no entanto, manteve-se fiel ao preceito

charcotiano de deixar-se guiar pela observação clínica no caminho obscuro em direção ao conhecimento das causas hereditárias. Gelfand (1989, p. 298-299) nos lembra do estatuto epistemológico especial que possuíam estas, de determinação difícil não apenas porque se localizavam no próprio indivíduo e emergiam misteriosa e espontaneamente como também porque não podiam ser submetidas a experimentação à época. Fundamentalmente, o acesso a elas se dava apenas por via da observação clínica. Charcot – conforme mostramos – postulou a centralidade dessa via para o conhecimento das causas tanto de origem hereditária quanto de natureza morfológica. Freud, por seu turno, atento a esses ensinamentos, embora valorizando a dimensão etiológica das neuroses – como também mostramos –, serviu-se do exame dos pacientes para aceder a essa dimensão. Assim, como Charcot, ele confiou no poder epistêmico da clínica, conquanto tenha deste se servido visando – conforme indica Dunker (2011, p. 446) – menos a uma diagnóstica e a uma semiologia do que a uma etiologia e a uma terapêutica. É nessa medida que o entusiasmo clínico do mestre parisiense repercutiu nas especulações etiológicas do discípulo vienense.

O aporte evolucionário, por outro lado, pôde lançar luz sobre aquele território sombrio da etiologia das neuroses, até então dominado pela hereditariedade. Mediante esse aporte, era possível acessar as causas remotas das enfermidades de algum modo e intuir os eventos primevos que deram origem a certos comportamentos humanos. Tal estratégia trazia a promessa de uma positividade inaudita a regiões do saber que eram tidas como inacessíveis. Ao apostar nela, Freud pressupunha poder aceder àquela “fonte comum” de certos comportamentos. Talvez o epítome da fé nessa possibilidade seja a metáfora do quebra-cabeça [*Geduldspiel*], usada no final de *Estudos sobre histeria* para ilustrar a tarefa do psicoterapeuta de recompor os fragmentos narrativos obtidos durante a análise (SH, p. 308). Após muito se esforçar e se servir de variadas estratégias, o terapeuta conseguiria acessar essa realidade preexistente.¹⁰

¹⁰ Lembremo-nos também da metáfora usada pelo autor na mesma obra para aproximar certas narrativas proferidas pela paciente Emmy, resistentes a conteúdos sexuais, das edições expurgadas de textos ou passagens considerados impróprios (selecionados para o Delfim, filho de Luís XIV). Tal qual uma da “*editio in usum delphini* [edição para uso do Delfim]” (p. 122), o relato do paciente continha lacunas, e era trabalho do terapeuta preenchê-los, confiando na existência dessa espécie de texto preexistente.

É verdade, porém, que essa solução filogenética não era isenta de compromissos. Com ela, criava-se o problema do equacionamento dos domínios do particular e do universal. Ao postular que certos acontecimentos da vida do sujeito podiam fazê-lo reviver certas experiências arcaicas, Freud relacionou os dois domínios, mas suscitou dúvidas sobre a forma de relacioná-los. É notável que, no momento em que lançou mão de uma explicação evolutiva para a conversão simbólica no excerto visto acima, ele tenha se mostrado perplexo diante dos pesos relativos da experiência individual e da herança instintiva. De fato, abria-se aí uma tensão cuja resolução atravessaria toda a obra freudiana, a começar pelo *Projeto de uma psicologia*, texto do qual falaremos a seguir.

Em todo caso, Freud já iniciava um processo irreversível de busca pela origem do sintoma. O instante em que deveriam ser apreendidas as lesões anatômicas se distendia em uma longa sucessão de episódios que compunham o devir do sofrimento neurótico. A morfologia cedia seu lugar à dimensão ontogenética do sintoma, conquanto esta ainda se reduzisse a uma cronologia dos eventos anímicos. De outra parte, o laconismo da predisposição mórbida dava lugar à loquacidade da especulação filogenética, instigada a narrar um passado remoto. Não se tratava mais de afirmar uma descendência, mas de inquirir sobre a ascendência. O expediente à hereditariedade mórbida cedia certo espaço à dimensão filogenética das neuroses, não obstante essa dimensão ainda correspondesse a um horizonte então apenas divisado nas reflexões freudianas. Há que se reconhecer as semelhanças, do ponto de vista que nos concerne, entre esse novo enfoque dos fenômenos neuróticos, que logo iria fundar a psicanálise, e as investigações iniciais de Freud a respeito de determinados fenômenos biológicos.

Capítulo 2. A emergência de uma diretriz metodológica: da ontogênese à filogênese

Qualquer leitor que se disponha a acompanhar o desenvolvimento da obra freudiana pode constatar o quão salientes nela se tornam as hipóteses oriundas da biologia evolucionária e, em especial, as incursões à filogênese a partir dos anos 1910. O escopo da pesquisa psicanalítica, centrado no indivíduo e na ontogênese até esse momento, amplia-se e passa a abraçar também a cultura e a evolução do homem. A psicanálise então clama pelo reconhecimento não mais da excelência de suas técnicas de tratamento da alma apenas, mas, antes, da validade de suas especulações a respeito do passado remoto da humanidade.

Entretanto, o fato de tais hipóteses virem a lume nesse período da obra freudiana não implica que elas tenham sido engendradas somente então. De fato, como Sulloway (1979/1992, p. 364) observa, tal conclusão é comum na literatura de comentário, que costuma pregar que as incursões de Freud à pré-história representam adjunções tardias e periféricas à sua psicanálise. Ainda que, tão somente a partir do que desenvolvemos no capítulo anterior, já possamos pressentir o quão equivocada essa conclusão é, o capítulo que se segue trará mais subsídios para tanto, na medida em que evidenciará que as hipóteses filogenéticas não apenas estiveram presentes desde o início das cogitações freudianas como também foram decisivas para o encaminhamento de problemas centrais da teoria psicanalítica, que então nascia.

Nem por isso, contudo, Freud sempre esteve prontamente disposto a recorrer à filogênese. Conforme buscaremos mostrar a seguir, tal expediente deveria vir somente depois de tida por terminada a investigação do domínio ontogenético, orientação metodológica que nasce ainda em *Projeto de uma psicologia (Entwurf einer Psychologie, doravante Projeto)*. Dessa forma, como apontam Laplanche e Pontalis (1964/1988, p. 43), é bastante parcial caracterizar a mudança que se opera no pensamento freudiano desse período como “a passagem de um fundamento histórico do sintoma para uma teoria, em último recurso, biológica [...]”. Veremos que as incursões filogenéticas de Freud não

representam a subsunção do saber psicanalítico ao biológico, mas se mostram sempre a serviço das questões suscitadas pela investigação ontogenética dos fenômenos psicológicos.

Projeto de uma psicologia: do mecânico ao biológico

Conquanto os dois grandes tipos de explicação sobre os quais se ergue o *Projeto* tenham se feito notar por vezes, a relação entre eles ainda permanece algo obscura. Ao menos desde o alerta perspicaz de James Strachey (GW, Nach., p. 398, nota 1), emitido logo após a descoberta do manuscrito, pôde-se perceber de modo mais imediato que este se pauta por explicações ora denominadas mecânicas, ora chamadas biológicas. *Grosso modo*, ao passo que as primeiras aduzem às leis gerais do movimento e do equilíbrio, as últimas recorrem ao aspecto genético e ao valor adaptativo de um determinado fenômeno ou ação. Ainda assim, nem sempre se reteve essa distinção: não foi infrequente pensar que o texto constava de um modelo explicativo apenas, de caráter estritamente “neurológico” (SULLOWAY, 1979/1992, p. 120-123). De fato, salvo raros momentos, tais explicações permanecem implícitas de maneira geral, e a relação entre elas, subentendida, de modo que o próprio Freud não oferece qualquer tratamento sistemático sobre a questão. Em contrapartida, uma leitura mais atenta do escrito acusa a diferença entre as duas espécies de explicação nele presentes.¹ Mais difícil, porém, é a compreensão da relação entre elas e do papel crescente que uma delas – a biológica, ao contrário do que possa parecer – adquire à medida que Freud procura resolver os impasses em que sua teoria redundava.

A julgar pela tarefa a que o texto se propõe, seu interesse gravita sobre as explicações mecânicas especialmente. Logo nas primeiras linhas, lemos que o propósito do manuscrito é “fornecer uma psicologia como ciência natural [*eine naturwissenschaftliche Psychologie*], isto é, apresentar os processos psíquicos como estados quantitativamente determinados de partes materiais que podem ser especificadas [...]” (GW, Nach., p. 387). O texto, assim, anuncia que buscará escorar seus desenvolvimentos subsequentes na ideia central de que os processos psíquicos resultam do deslocamento de quantidades entre partes

¹ Ao menos textualmente, o que se revela é a distinção de apenas dois tipos de explicação, não obstante se tenha derivado do manuscrito ainda outros tipos – Gabbi Jr. (2003), por exemplo, defende a presença de um terceiro modelo explicativo, o qual chama de “denotativo”.

materiais, isto é, neurônios que configuram o sistema nervoso. Trata-se, basicamente, de examinar o funcionamento psíquico a partir das noções de quantidade e matéria e, portanto, à luz de causas naturais. Dessa forma, ao buscar constituir sua psicologia, Freud mira à Física – a de Galileu e a de Newton em especial, segundo Gabbi Jr. (2003, p. 23) –, a qual baliza a construção teórica freudiana a partir certos princípios clássicos. Com efeito, a própria concepção que o autor revela ter acerca do sistema nervoso e, de modo geral, de sua teoria é de teor mecânico, como testemunha uma passagem da carta a Fliess de 20 de outubro de 1895, na qual Freud se mostra entusiasmado com a perspectiva de encaminhamento das partes ulteriores do *Projeto*: “Tudo parece se encaixar, as engrenagens [Räderwerk] se alinharam, e tinha-se a impressão de que a coisa passava então a ser uma máquina que logo funcionaria sozinha” (AP, p. 115). Nesse cenário inicial, em que se mostra evidente o desejo do autor de revestir sua empresa do mesmo rigor que embasa a Física, a explicação mecânica parece destinada a desempenhar o papel principal.

Nada menos surpreendente, considerando-se tanto a formação de Freud em neurologia quanto as analogias então recorrentes no interior da própria disciplina. Por um lado, como Amacher (1965) demonstra, os preceitos mecanicistas mais fundamentais sobre os quais se assentava a neurologia germânica foram transmitidos a Freud, especialmente, por Brücke e Meynert. Brücke, que introduziu o então jovem estudante de medicina aos estudos neurológicos, defendia que a atividade nervosa consistia não no movimento de alguma espécie de fluido ou princípio vital, mas em quantidade de excitação transmitida das vias aferentes às eferentes, o que, de resto, corroborava o preceito, partilhado entre os demais membros da chamada “escola de Helmholtz”, segundo o qual o estudo do organismo deveria se pautar por explicações físicas. Meynert, de sua parte, combinou a mecânica mental de James Mill com a assunção de que os processos corticais eram determinados por inervações sensoriais ocorridas durante a vida do indivíduo, e não por disposições inatas ou componentes instintivos. Ambos os mestres vienenses, enfim, estavam convictos de que o sistema nervoso operava por reflexos fundamentalmente. Por outro lado, como Canguilhem (2002, p. 266) revela, os próprios conceitos centrais da neurofisiologia – os mesmos sobre os quais gravitava a reflexão desses mestres de Freud, isto é, vias de condução aferentes e eferentes, centros nervosos e localização – foram

engendrados a partir de “analogias com operações ou objetos tornados familiares pela construção ou pelo uso de máquinas [...]”. Portanto, a tarefa de examinar o funcionamento do sistema nervoso e as atividades complexas que nele têm o seu lugar a partir das noções básicas orientadas por princípios mecânicos era condizente com o *modus operandi* de boa parte da neurologia do período, a qual havia formado Freud.

Todavia, as ideias evolucionistas também haviam contribuído decisivamente para o advento da neurologia, o que significava que esta disciplina não poderia ser reduzida inteiramente a uma mecânica. A convicção a respeito do funcionamento reflexo do sistema nervoso, a qual era sustentáculo das mais variadas concepções neurológicas, veio à luz graças à pressuposição de uma continuidade entre as estruturas nervosas. Tal continuidade, primeiramente detectada do ponto de vista anatômico, logo foi explorada em seu aspecto evolutivo, sobretudo graças aos esforços de Spencer e Hughlings Jackson (YOUNG, 1990). De fato, este último credits a seu mestre Thomas Laycock, responsável por generalizar o funcionamento reflexo a todo sistema nervoso (AMACHER, 1965, p. 19), a descoberta de que os gânglios cerebrais, “sendo uma continuidade da medula espinhal, *devem ser regulados necessariamente [...] por leis idênticas àquelas que governam os gânglios espinhais e seus análogos nos animais inferiores*” (LAYCOCK apud YOUNG, 1990, p. 204, grifos do autor). Ora, uma continuidade como essa, que, após Spencer e Jackson, poderemos chamar de evolutiva, já que partilhada entre o homem e os animais inferiores – e poderíamos acrescentar, ainda, recorrendo a outros autores, que se trata também de uma continuidade embriológica –, não pode ser explicada por princípios mecanicistas. A máquina, diferentemente do organismo vivo, não “contém em si uma força de formação e de regulação que comunica aos materiais que o constituem” (JACOB, 2001, p. 96); ela não se desenvolve, evolui ou se reproduz.

Freud dá mostras de estar atento a esse viés não-mecanicista desde o início do *Projeto*. Logo na seção subsequente à introdução, o autor examina a função nervosa do ponto de vista do desenvolvimento, o que revela os limites da explicação mecânica. De fato, ele busca mostrar que o referido aspecto pode ser elucidado pela postulação de um princípio mecânico considerado fundamental: o princípio da inércia, que reza que o neurônio tende a se libertar de uma dada quantidade que lhe afluí. Dessa forma, pretende-se

que esse princípio possa franquear a compreensão da “*função [Funktion] {neuronal}*”² em sua totalidade” (GW, Nach., p. 388, grifo meu), ou seja, a série de operações que devem concorrer para que a quantidade seja escoada. Todavia, a introdução da noção biológica de função parece marcar uma passagem sutil do domínio mecânico ao domínio biológico. Aparentemente, Freud tenciona subsumir este àquele, explicando a função pelo mecanismo. Afinal, dois aspectos dos neurônios – a estrutura (*Bau*) e as operações (*Leistungen*) nervosas – são, de imediato, explicáveis pelo princípio da inércia: a estrutura bipartida em uma porção sensorial e outra motora e o modo reflexo de operar – características verificadas desde o nível neuronal até a totalidade do sistema nervoso – são aspectos imanentes à mecânica do escoamento. Porém, a compreensão do desenvolvimento (*Entwicklung*) da função nervosa requer o recurso a elementos que transcendem essa mecânica e que devem ser buscados noutro lugar. É preciso recorrer à biologia e recuar no tempo, recuperando as semelhanças entre os organismos, para que se possa vislumbrar o desenvolvimento da função reflexa:

Se, desde aqui, *recuar-se mais longe*, vinculou-se o sistema nervoso inicialmente, como *herdeiro da irritabilidade [Reizbarkeit] geral do protoplasma*, à superfície externa irritável {de um organismo}, que é interrompida por vastos segmentos {de superfície} não-irritáveis (ibid., p. 388-389, grifos meus).

Tal declaração, como Simanke (2007, p. 17) indica, denota o avanço de uma concepção biológica de contornos filogenéticos acerca da função reflexa, que remete, mais imediatamente, a uma ideia expressa por Meynert em seu manual *Psychiatrie*. Ao comparar o sistema nervoso humano (o córtex cerebral, mais precisamente) a organismos constituídos de uma massa homogênea e informe de protoplasma, tais como a ameba, Meynert evidencia que, como os pseudópodes do organismo ameboide, os prolongamentos sensíveis e motores do córtex (nervos, músculos, esqueleto, enfim, todas as estruturas da periferia corporal) percebem o mundo exterior e agem sobre este (MEYNERT, 1888/1884, p. 145-146). Tal comparação serve ao propósito de mostrar que a relação entre a estrutura do cérebro e “o plano de seu *mecanismo*” (p. 145, grifo meu) é simples e que, assim como os pseudópodes, as células ganglionares e seus prolongamentos protoplasmáticos possuem

² Os termos entre chaves representam adições dos editores da edição em questão.

“uma única propriedade fundamental, a sensibilidade [*Empfindungsfähigkeit*]” (p. 223), característica que garante a ligação entre o córtex, no interior do organismo, e o ambiente externo. Assim, Meynert se vale da comparação para reafirmar o caráter mecânico e reflexo do funcionamento do sistema nervoso. O interessante é que Freud, contudo, parece servir-se dela para inferir menos o mecanismo do que a gênese desse sistema. A declaração reproduzida acima aponta que, recuando no tempo, intuímos que a porção receptora nervosa tornou-se uma estrutura interna ao organismo em um dado momento da evolução, embora tenha se mantido vinculada ao ambiente por meio de prolongamentos sensíveis e motores. Tal vínculo pode ser encarado como testemunho da herança da irritabilidade, apanágio, afinal, da substância viva mais primordial, o protoplasma, que tem como propriedade fundamental reagir a estímulos das mais variadas naturezas. Se Freud de fato se inspira na comparação de Meynert, o intuito é derivar dela considerações de teor evolutivo e que, portanto, diferem daquelas de teor mecânico.

O avanço de tais considerações inaugura o enfoque biológico, que reverberará através de todo manuscrito. Todavia, deve-se notar que tal enfoque caminha *pari passu* ao enfoque mecânico, de modo que o exame dos aspectos mais cruciais do aparelho neuronal – desde sua morfologia até fenômenos complexos que nele se originam, como a consciência – deve resultar do cotejamento dos dois enfoques. Em certo sentido, a apropriação da comparação de Meynert sinaliza que reafirmar o caráter reflexo da ação nervosa não implica negar a origem filogenética dessa função, o que prenuncia que evolução e mecanismo não devem ser aspectos excludentes. Pelo contrário, estes devem compor a urdidura do texto, cerzidos a partir da “premissa básica de que *o organismo é um sistema material que evoluiu (isto é, possui uma história)*” (SIMANKE, 2007, p. 41, grifos do autor).

O final da primeira seção já exhibe os dois enfoques como pilares do raciocínio que organiza o escrito. Primeiramente, tais enfoques informam os conceitos de função primária e secundária, que são então introduzidos. Ao passo que a primeira diz respeito à função de eliminação ou descarga (*Abfuhr*) da atividade nervosa, a segunda corresponde à conservação das vias de eliminação que propiciaram a “fuga de estímulo” (*Reizflucht*), isto é, o afastamento do organismo da fonte de estímulo. Porquanto Freud afirma que, com a

função primária, “há lugar para o *desenvolvimento* [*Entwicklung*] da função secundária” (GW, Nach., p. 389, grifo meu), inferimos que esta decorre daquela e corresponde a uma aquisição biológica que se dá ao longo do tempo. Uma aquisição dessa espécie, porém, não pode ocorrer num sistema regido pelo princípio da inércia. Ora, sob o império desse princípio, não há lugar para a vida, pois um sistema que visa apenas à descarga não pode propiciar o armazenamento do *quantum* que toda atividade vital – ou, de acordo com a formulação freudiana, a “necessidade da vida” (*Not des Lebens*) – requer. Donde Freud afirmar que o organismo é guiado por outro princípio “*desde o início* [*vom Anfang*]” (p. 389, grifos meus), ou seja, a partir do advento do próprio organismo e seu funcionamento vital. A esse outro princípio, sob cujo império o organismo retém quantidade necessária a atividades vitais básicas – fome e sexualidade, cuja satisfação é tarefa de uma ação denominada específica –, embora a mantenha no nível mais baixo possível e estável, Freud dá o nome de princípio da constância. Como na distinção das funções primária e secundária, a diferenciação dos princípios da inércia e da constância se apoia na diferenciação entre enfoques, respectivamente, de natureza mecânica e biológica.

Ao cabo do exame de uma terceira distinção, que vem a coroar a série organizada a partir de tais enfoques, Freud explicita a orientação de cotejá-los. Trata-se da distinção entre dois sistemas neuronais, chamados de ϕ e ψ , responsáveis, respectivamente, pela percepção e pela memória. Retomemos muito brevemente, pois, o movimento argumentativo dedicado a fundamentar a suposição da existência desses dois sistemas. Visto que o sistema nervoso possui a capacidade de, ao mesmo tempo, memorizar e perceber, isto é, reter permanentemente as alterações que resultam dos processos condutivos e permanecer receptivo aos estímulos, supõe-se, naturalmente, que dois sistemas diferentes realizem essas funções. Porém, a diferença entre eles não pode repousar sobre a morfologia dos neurônios, porque, conforme se viu, estes são arquitetados de um mesmo modo cujo fim é escoar a quantidade, e não há provas que confirmem uma suposição contrária. Se os elementos de tais sistemas são idênticos do ponto de vista constitucional, então o que deve diferenciá-los é algo contingente: seu comportamento ante diferentes quantidades. Considerando-se que a magnitude dos estímulos que provêm do mundo externo é sempre maior do que a das excitações que percorrem o interior do

organismo, e que entre os neurônios há um tecido intersticial, menos apropriado para a condução se comparado ao protoplasma e, por isso, denominado por Freud “barreira de contato” (*Kontaktschrank*), a quantidade maior a que é submetido o sistema ϕ , voltado para o ambiente, possui magnitude suficiente para romper as barreiras de contato. Essa ruptura, de outra parte, não ocorre com o sistema ψ , que, submetido a menores quantidades, retém parte destas na forma de traços de memória. Toda essa argumentação garante que a diferença entre os dois sistemas em questão seja fundamentada não apenas nessa explicação mecânica como também numa explicação biológica, já que o advento de um sistema de memória – o qual, por exemplo, permite ao organismo reconhecer alimentos ou predadores – possui grande valor de sobrevivência. Daí Freud concluir que, com tal argumentação, “a semelhança essencial entre os neurônios ϕ e ψ é salva, e sua diferença em relação à permeabilidade, *explicada biológica e mecanicamente*” (p. 398, grifos meus).

Uma leitura atenta – como a de Strachey – pode derivar dessa argumentação a orientação geral freudiana de contemplar os dois tipos de explicação e, assim, constatar algo capital à estratégia empregada no manuscrito, mas, se olharmos com atenção para determinados aspectos, tal argumentação pode nos oferecer ainda mais.

Em primeiro lugar, ela nos aponta uma distinção entre os domínios da filogênese e da ontogênese. Antes de iniciar a justificativa da diferenciação proposta entre os sistemas ϕ e ψ , Freud afirma que o fundamento (*Grund*) de tal diferenciação deve ser extraído “do *desenvolvimento* biológico do sistema nervoso, que é, para o investigador da natureza, algo que, como tudo mais, *forma-se gradualmente*” (p. 395, grifos meus). Com essa afirmação, o autor explicita que a diferenciação em questão deve se dar no plano do desenvolvimento, isto é, durante a ontogênese do organismo. Porém, tal afirmação também abriga o imperativo geral de assentar o estudo do sistema nervoso sobre o preceito do gradualismo, cujo eixo temporal deve compreender tanto o domínio ontogenético quanto o filogenético. Ora, de acordo com esse imperativo, a razão última da diferenciação entre ϕ e ψ deve ser buscada na filogênese. Desse modo, ψ teria resultado da *evolução* – sobre cujas etapas Freud se permite especular a partir de dados anatômicos – de uma parte de ϕ . Todavia, conforme o exposto, o organismo não apresenta dois sistemas morfológica e

constitucionalmente diferentes: são as quantidades a que eles são submetidos que *desenvolvem* a diferenciação. Tais quantidades, pois, operam durante a ontogênese do organismo determinando os caminhos neurais formados à medida que a experiência franqueia novas aquisições, isto é, aprendizagens. Dessa forma, depreendemos uma distinção entre o âmbito da filogênese do sistema nervoso e o da ontogênese dos caminhos neurais (SIMANKE, 2007, p. 41).

Relacionando essa distinção àquela estabelecida entre os dois tipos de explicação que organizam a argumentação do manuscrito, notamos, em seguida, que as explicações mecânicas operam no domínio ontogenético, ao passo que as explicações biológicas evocam o domínio filogenético. Se as aprendizagens representam aquisições ontogenéticas e são elucidadas por uma explicação mecânica (o fluxo de quantidades), assiste-se ao destaque dessa espécie de explicação na abordagem da ontogênese. Por outro lado, se o exame do processo evolutivo implica uma explicação biológica (a vantagem adaptativa de sistemas que desempenham diferentes funções), tal explicação ganha alcance no plano filogenético. É nessa medida que podemos apontar uma correspondência entre os domínios e as explicações em questão.

Por fim, podemos constatar que não se pode apelar para o enfoque biológico sem antes esgotar o poder explicativo do enfoque mecânico. Freud torna essa orientação mais explícita ao invocar e rejeitar logo em seguida a explicação biológica para a distinção entre ψ e ϕ . Ele declara que o apelo ao fator constitucional implica uma arbitrariedade – já que tal apelo viola o preceito da identidade entre os neurônios –, mas faz a seguinte ressalva: “[...] *embora [obwohl]* se pudesse invocar, segundo as linhas darwinianas de pensamento, a indispensabilidade e, por conseguinte, a sobrevivência dos neurônios impermeáveis” (GW, Nach., p. 396, grifo meu). O uso da conjunção concessiva “embora” deixa clara a admissão da pertinência dessa hipótese de inspiração darwiniana. Assim, a impermeabilidade, muito provavelmente, tornou-se vantajosa aos organismos que a possuíam, motivo pelo qual deve ter sido selecionada e mantida no patrimônio genético das espécies. A questão é que não é lícito apelar *em primeiro lugar* para essa explicação de forte teor especulativo, porquanto a explicação mecânica parece ser mais simples e evidente – ou, segundo a qualificação de Freud, “despretensiosa [*anspruchloser*]” (p. 396). De certa

forma, essa orientação já vinha se insinuando desde o momento no qual o autor recorreu ao conceito biológico de desenvolvimento para suprir os limites explicativos da mecânica do escoamento. Por outro lado, tal orientação será completamente explicitada mais à frente, quando da caracterização da explicação biológica como um fundamento explicativo (*Erklärungsgrund*) “que deve ter validade independente, ainda que não exclua uma redução a princípios mecânicos (fatores quantitativos), mas a exija” (p. 415). De todo modo, com o reconhecimento da validade de um raciocínio evolutivo para a permeabilidade relativa de ψ e o arrolamento subsequente de uma explicação menos rebuscada Freud já nos mostra que, na ordem das razões do *Projeto*, o ponto de vista mecânico deve ser exaurido antes do recurso ao biológico.

Relendo tal diretriz metodológica à luz da correspondência estabelecida acima, concluímos que *a filogênese somente pode ser invocada após se ter esquadrihado a ontogênese*. Por conseguinte, conforme Simanke (2007, p. 41) aponta, as lacunas da explicação ontogenética são ocasião para o recurso às hipóteses filogenéticas. Eis a diretriz metodológica fundamental do *Projeto*, o qual tem por objetivo, afinal, erigir uma psicologia, donde o privilégio do enfoque mecânico e ontogenético. Trata-se de empreender “uma teoria sobre aquilo que é adquirido pelo indivíduo e erigido sobre sua herança biológica e que deve poder, a princípio, ser explicado mecanicamente, antes que as considerações biológicas e filogenéticas entrem em cena para completar a explicação” (SIMANKE, 2007, p. 66). Assim, o que a argumentação dedicada a diferenciar ϕ e ψ denota não é a presença de dois modelos explicativos simplesmente, mas a tentativa – a primeira na obra freudiana – de equacionar tais modelos e, com isso, os domínios ontogenético e filogenético.

Todavia, a despeito do anúncio da precedência da explicação mecânica, o que se testemunha no manuscrito é, de fato, a progressiva centralidade da explicação biológica. Esta começa a ganhar destaque com a elucidação dos mecanismos da defesa primária e, em seguida, da atenção na primeira parte do manuscrito, e torna-se basal na terceira parte. Com efeito, nesta parte Freud declara que a explicação biológica é a única encontrável, pelo que esses mecanismos são então qualificados, pura e simplesmente, de “regras biológicas”. A respeito da defesa primária, o autor admite sua evidente incapacidade de apresentá-la

mecanicamente (GW, Nach., p. 461), o mesmo problema que enfrentou ao procurar explicar a atenção (p. 451), motivos que o levam a entronizar o enfoque biológico nesses casos.

A fim de nos inteirarmos desse fato importante – que reforça a diretriz metodológica que acabamos de expor, ainda que não se tenha notado isso frequentemente –, convém retomarmos muito brevemente os antecedentes conceituais necessários à compreensão dos mecanismos referidos. Primeiramente, foi proposto um terceiro sistema neuronal, denominado ω , responsável pela consciência e, destarte, capaz de discriminar as sensações conscientes de prazer ou desprazer. Ele recebe as quantidades de ψ , o qual, por sua vez, recebe estímulos exógenos desde ϕ (por intermédio dos chamados neurônios do manto) e endógenos desde os órgãos do corpo (mediante os chamados neurônios do núcleo). O desprazer decorre do aumento – ao passo que o prazer decorre da diminuição – desses estímulos endógenos, e estabeleceu-se que a vida psíquica visa a tal objetivo, isto é, a “evitar o desprazer” (p. 404, grifos do autor). A partir dessas noções, foi possível, em seguida, compreender as duas vivências inaugurais do organismo humano: a de satisfação (*Befriedigungserlebnis*) e a de dor (*Schmerzerlebnis*). Enquanto a primeira decorre da supressão de estímulos endógenos resultante da ação específica – paradigmaticamente, a satisfação da fome, levada a cabo graças ao auxílio de um indivíduo mais experiente –, a última decorre do contato com um objeto hostil – o que gera afluxo de enorme quantidade a ψ . Como consequência dessas vivências, o psiquismo passa a funcionar segundo os ditames do processo primário, no qual as vias de eliminação da quantidade são percorridas de forma automática – graças ao mecanismo da facilitação (*Bahnung*), que nada mais é que a diminuição das resistências das barreiras de contato em função do fluxo quantitativo. Sob a égide desse processo, quando o recém-nascido experimenta um estado que evoca a vivência de satisfação (estado desiderativo), assiste-se à ocupação (*Besetzung*) das imagens relacionadas a esse evento inaugural, isto é, imagens de movimento (de ações reflexas como o choro e o ato de sucção) e de objeto (o seio materno, por exemplo) são animadas alucinatoriamente devido ao afluxo de quantidade às vias neurais envolvidas na vivência de satisfação. Da mesma forma, quando de um estado que suscita a vivência de dor (estado afetivo), há ocupação da imagem do objeto hostil. A caracterização de tais vivências e de

suas consequências, por fim, franqueou a compreensão da função dos mecanismos da defesa primária e da atenção, responsáveis, respectivamente, pela desocupação (*Unbesetzung*) da imagem do objeto hostil, mediante alucinação negativa, e pela ocupação das mesmas vias neurais envolvidas na ocupação perceptiva, mediante inibição do processo primário.

À luz desses esclarecimentos, podemos atinar com o significado do destaque conferido à explicação biológica para os mecanismos da defesa primária e da atenção. Referir tais mecanismos à biologia significa admitir que o organismo não experimenta alucinações continuamente devido a uma tendência funcional que, ao longo da filogênese, tornou-se patrimônio da espécie. Inicialmente, de acordo com a lei biológica da defesa primária, a ameaça de desprazer impele a supressão da imagem do objeto hostil. Em seguida, de acordo com a lei biológica da atenção, o eu (*das Ich*) – organização de neurônios nucleares (ψ) capaz de reter quantidade e, com isso, modificar o curso automático de eliminação em vigor no processo primário – direciona as ocupações para as vias neuronais responsáveis pela recepção de estímulos externos (ϕ), o que resulta na inibição do processo primário e na instauração do processo secundário. Dessa forma, esse decurso de “ajuste psíquico [*psychischen Einstellung*]” (p. 452, grifos do autor) liderado a partir de então pelo eu culmina com a substituição das realizações alucinatórias pelas atividades voltadas para o ambiente, como o pensar e o juízo. Ora, se todo esse decurso remonta a uma “conquista biológica [*biologische Erwerb*] do sistema nervoso” (p. 461, grifos do autor), então a razão de este preferencialmente perceber ao invés de alucinar é a sobrevivência do organismo, índice de sua adaptação ao meio. Portanto, alçar os referidos mecanismos ao estatuto de regras biológicas significa repousar o funcionamento normal do aparelho neuronal, em última análise, sobre razões evolutivas.

A constatação do peso que a explicação biológica ganha no *Projeto* não implica, contudo, a invalidação da diretriz metodológica identificada mais acima. Pelo contrário, implica reafirmá-la, já que a ênfase dada à explicação biológica decorreu do esgotamento da explicação mecânica. Dessa forma, merecem revisão as leituras que apontam tanto a adesão cega de Freud à explicação mecânica – e, por conseguinte, a um mecanicismo e mesmo a um fisicalismo – quanto o abandono irrefletido, por parte do autor, dessa

explicação – frente à comprovação do fracasso de um projeto mecanicista. Conforme mostramos, a construção freudiana não estaria escorada somente contra os pressupostos da “escola de Helmholtz”, mas também contra os pressupostos evolucionistas. Assim, de um lado, a explicação biológica se exhibe desde o princípio, o que afasta qualquer mecanicismo; de outro, sua intervenção torna-se decisiva na ausência de uma explicação mecânica, o que demonstra consistência metodológica. Em suma, o recurso à explicação biológica não é uma solução apressada e indevida, um *deus ex-machina*.³

Com efeito, tais retificações são necessárias à compreensão da relação estabelecida entre os domínios ontogenético e filogenético não apenas no *Projeto*. Conforme veremos mais à frente, a diretriz metodológica erigida a partir do equacionamento de tais domínios se estendeu a outros trabalhos de Freud, tornando-se explícita a partir dos anos 1910. Resta investigar, então, em que termos se deu essa latência. De todo modo, é importante reter que o manuscrito em questão dá lugar ao nascimento de uma diretriz cuja ciência é capital ao assunto que nos concerne.

O problema da repressão e a solução biogenética: do patológico ao biológico

Seguindo a diretriz metodológica traçada no *Projeto*, Freud se pôs a buscar uma resposta a outra grande questão que a explicação mecânica não logrou resolver: a repressão, então pedra angular da concepção freudiana concernente aos fenômenos patológicos. Na segunda parte do texto, o autor havia ensaiado uma explanação que acabaria por se revelar insatisfatória, sobretudo à luz da experiência clínica. “Portanto, o processo da *repressão* conserva-se como núcleo do enigma” (GW, Nach., p. 444, grifo do autor), sentenciava o autor na metade da segunda parte de seu manuscrito após insinuar as dificuldades que cercavam não o mecanismo, mas a psicologia desse processo na histeria e na neurose obsessiva. A insuficiência da explicação mecânica levaria à construção de uma solução

³ O que não implica, contudo, que o recurso à explicação biológica satisfizesse Freud *desde o início*. Sua confissão a respeito da incapacidade de assentar sobre bases mecânicas os fenômenos da defesa primária e da atenção no manuscrito – assim como o fenômeno da repressão nas cartas com Fliess, conforme veremos a seguir – sinaliza certa insatisfação porque era *desejável* que o enfoque quantitativo pudesse abarcar tais fenômenos. Daí as retorções explicativas tenazes do autor, acompanhadas de manifestações de frustração por vezes, antes de renunciar a uma explicação do tipo mecânico.

biológica para tal enigma que seria determinante para os rumos da teoria freudiana. Nesse novo horizonte, uma articulação entre os domínios da ontogênese e da filogênese iria amparar tanto a substituição do expediente à hereditariedade patológica por uma teoria da sexualidade quanto a gênese de uma espécie de reflexão sobre a cultura que seria desenvolvida apenas mais tarde. Desse modo, a procura das causas do fenômeno repressivo redundaria numa união que nos é do maior interesse.

Cabe, então, iniciar o exame dessa questão sumariando a teoria etiológica – uma das primeiras formulações da teoria sedução – apresentada segunda parte do *Projeto*, em que Freud busca demonstrar que a repressão corresponderia a uma defesa patológica contra algum conteúdo de natureza sexual. A formação de um sintoma como o histérico decorreria de uma sensação sexual causada por um atentado, vivenciada antes do próprio amadurecimento sexual e cuja recordação, despertada após esse amadurecimento (na puberdade), geraria uma quantidade de desprazer capaz de provocar o retorno de processos primários no interior do eu. A evocação da vivência sexual a partir do estabelecimento de ligações associativas entre esta e certo traço de um evento casual despertaria uma sensação (desprazer) inaudita, já que o sujeito apenas poderia conferir à vivência sua significação sexual após ter-se desenvolvido sexualmente. O eu seria surpreendido por esse desprazer, de forma que somente certos traços (símbolos) da vivência originária se tornariam conscientes, o que acabaria por isolá-la e, desse modo, por perpetuar a repetição do desprazer até que o acesso a ela pudesse ser restabelecido mediante o trabalho de elucidação do terapeuta. Eis a defesa patológica ou repressão, que, desse modo, dever-se-ia à liberação de quantidades endógenas pela evocação da recordação de um atentado que, embora viesse a se revelar de natureza sexual, não teria sido vivenciado como tal originariamente.

Nessa teoria complexa, a explicação mecânica se torna insuficiente, e o aporte da biologia se faz necessário. As peculiaridades do fenômeno repressivo no que se refere ao aspecto quantitativo – o fato de uma recordação gerar um desprazer que não foi gerado quando do evento que serviu de matéria a ela – e temporal – o fato de o trauma derivar de um efeito retroativo – são compreendidas mediante uma razão ontogenética: “Invariavelmente, descobre-se que é reprimida uma recordação que se tornou um trauma

apenas *posteriormente* [*nachträglich*]. A causa desse estado de coisas é o atraso da puberdade em relação ao desenvolvimento do indivíduo” (GW, Nach., p. 448, grifo do autor). A insuficiência de uma explicação do tipo mecânico para esse processo patológico repousa sobre a necessidade de explicar a produção endógena de quantidade, fenômeno que contradiz o postulado da eliminação da quantidade no aparelho neuronal e que, portanto, não pode ser compreendido a partir dos pressupostos gerais anunciados no texto. De fato, o desafio de explicar esse fenômeno aberrante já havia começado a ser enfrentado na primeira parte do texto, quando do exame das excitações endógenas desencadeadas pela vivência de dor, do qual resultou a hipótese de um grupo peculiar de neurônios capaz de secretá-las, os neurônios-chave (*Schlüsselneurone*). O autor reconheceu a extravagância, se não o caráter *ad hoc* dessa hipótese ao qualificá-la como “desconcertante [*befremdende*” (p. 414) – o que denotava os limites do ponto de vista mecânico –, e dela se serviu para anunciar que a pressuposição de uma produção de quantidade oriunda do interior do organismo era indispensável não apenas à compreensão da vivência de dor como também à da vivência sexual, nas quais se devia supor que os estímulos endógenos consistiam em “*produtos químicos*” (p. 414, grifos do autor) – isto é, secreções viscerais resultantes de processos fisiológicos. À luz dessa explicação anterior, pode-se dizer que a maturidade sexual faz as vezes do neurônio-chave, provocando um afluxo endógeno de quantidade que de modo algum poderia ser explicado mecanicamente.

Não obstante, notemos que o recurso à biologia nessa teoria está a serviço da elucidação de um fenômeno mecânico: o aumento da quantidade no aparelho neuronal. A adução do desenvolvimento tardio da sexualidade na espécie humana se presta a explicar tal aumento, que é a razão última da patologia afinal. Uma vez que, conforme Freud salienta, é totalmente injustificado supor que afetos sexuais sejam mais intensos do que outras espécies de afeto (p. 444), a única saída que o autor encontra para explicar a intensidade da recordação é o descompasso entre vivência e desenvolvimento.

É claro que outros fatores etiológicos devem concorrer para esse acréscimo quantitativo. O motivo ontogenético não basta, pois imputar a repressão exclusivamente a ele significa admitir que a patologia acomete todos os indivíduos, o que redundaria em um absurdo evidentemente. Por isso, é necessária a conjugação de fatores acidentais e

constitucionais para a eclosão da doença, fato extraído da experiência clínica, a qual apresenta os histéricos como indivíduos que, em parte, “tornaram-se sexualmente excitáveis *de forma precoce* [vorzeitig] mediante estimulação mecânica e sensível (masturbação) e de quem, em parte, pode-se supor que haja uma liberação sexual precoce em sua disposição” (p. 448, grifos do autor). Tais fatores convergem para o aumento quantitativo, como frisa o autor: “*Começo* precoce da liberação sexual ou liberação sexual *intensificada* são no entanto equivalentes evidentemente. Essa circunstância [Moment] é reduzida a um fator quantitativo” (p. 448, grifos do autor). Na verdade, as bases dessa teoria etiológica já haviam sido lançadas no artigo *Sobre a crítica da “neurose de angústia”* (Zur Kritik der ‘Angstneurose’), publicado alguns meses antes do esboço do *Projeto*. Segundo a “equação etiológica” avançada no artigo – a qual iria nortear as reflexões freudianas sobre as causas das afecções mentais por muito tempo ainda –, as neuroses se deveriam à articulação entre quatro tipos de fatores: uma condição (*Bedingung*), uma causa específica, uma causa concorrente e uma causa desencadeante. Apenas os dois primeiros estariam obrigatoriamente presentes na eclosão da patologia, ao passo que os dois últimos corresponderiam ao que Freud chamou de fatores “banais” (emoções, sustos, exaustão, etc.). A condição e a causa específica atuariam em conjunto, exercendo um aumento radical de quantidade no sistema nervoso e determinando, respectivamente, a forma e a dimensão da neurose. Nesse quadro etiológico, segundo o autor, “a hereditariedade atua como um multiplicador ligado a um circuito elétrico” (GW, I, p. 375), isto é, como um dispositivo que converte corrente de baixa tensão em corrente de alta tensão, enquanto o fator acidental corresponde à verdadeira fonte geradora de tensão no interior do aparelho neuronal.

De todo modo, importa notar que a *natureza* do problema que Freud quer resolver é mecânica, quando, com efeito, o que a clínica lhe revela – a propósito da neurose obsessiva, sobretudo – não pode ser abarcado somente nesses termos. Eis o teor das descobertas clínicas as quais o autor, em tom confessional, comunica a Fliess em 15 de outubro de 1895: “Já lhe comuniquei, verbalmente ou por escrito, o maior segredo clínico? A histeria é o resultado de um *pavor sexual* [*Sexualschreck*] pré-sexual, e a neurose obsessiva, de um *prazer sexual* pré-sexual, que se transforma em *recriminação* mais tarde” (AP, p. 113, grifos do autor). Por um lado, a suspeita de um componente moral

(recriminação) na ação da repressão impõe dificuldades à concepção desse mecanismo patológico como uma resposta puramente mecânica ante o aumento quantitativo, na qual o eu torna-se mero expectador surpreendido. Por outro lado, a suposição de uma sensação de prazer urge reparos na teoria, já que esta pressupõe a ausência de uma sexualidade infantil e, por conseguinte, a impossibilidade de a criança derivar do atentado qualquer sensação diferente do desprazer: a recordação da vivência sexual originária é invariavelmente traumática (o termo “atentado” não é gratuito) porque o infante não possui os meios para compreendê-la e responder-lhe sexualmente. Embora, aparentemente, ainda não exiba indícios de ter compreendido o problema em toda sua profundidade, Freud já pode farejar o desfecho dias após o envio da última parte do *Projeto*, em 8 de outubro de 1895: “Porém, não tenho êxito no esclarecimento mecânico: pelo contrário, inclino-me a escutar a voz sussurrante que me chama a atenção para o insucesso de minhas explicações” (p. 112).

Uma senda, porém, abre-se com a tentativa de articular moralidade e sexualidade e, por conseguinte, psicologia e biologia. No Manuscrito K, Freud, primeiramente, reconhece que o cerne da questão é a origem do desprazer, o que conduz à psicologia inelutavelmente: “Averiguar de onde provém o desprazer provocado pela liberação sexual precoce, sem o qual não se explicaria a repressão, conduz às profundezas dos enigmas psicológicos” (p. 130). Em seguida, o autor percorre a trilha da natureza moral do conflito que teria levado a esse desprazer. Embora se pudesse apontar de imediato a repugnância despertada pelas vivências sexuais em função da região em que se localizam os órgãos sexuais, o que provocaria a ação das forças repressoras da moralidade e vergonha, Freud retruca que a moralidade é superada quando a libido é intensa. Frente a isso, ele supõe que o desprazer deva advir de outro lugar: “Sou da opinião de que deve haver uma fonte independente de liberação de desprazer na vida sexual; uma vez estando presente, ela pode reanimar percepções de repugnância, conceder força à moral, etc.” (p. 130). Tratar-se-ia de uma fonte somática, já que tal suposição deriva, de acordo com o próprio autor, do modelo aventado para as neuroses de angústia, o qual atribuiu a enfermidade a uma excitação de natureza sexual puramente somática que não pôde ser

transformada em excitação psíquica.⁴ De qualquer maneira, todo o raciocínio parece requerer a fundamentação de uma teoria sexual mais ampla: “Enquanto não houver uma teoria correta do processo sexual, a pergunta pela origem do desprazer que atua na repressão permanece irresoluta” (p. 130). A articulação entre psicologia e biologia, pois, amplia o escopo do problema, cuja resolução pede a elucidação não apenas de condições quantitativas como também da esfera mais ampla da sexualidade.

Sob o influxo de Fliess, Freud passa a buscar assentar sua teoria da repressão sobre bases orgânicas. Em 1º de março de 1896, ele afirma que a leitura do manuscrito do amigo berlinense *As relações entre o nariz e os órgãos femininos sexuais (Die Beziehungen zwischen Nase und weiblichen Geschlechtsorganen*, publicado em 1897) o fizera atinar com a relação entre a repressão e o advento da segunda dentição, assim como entre a neurose de angústia e o período menstrual. Visto que, na verdade, esta poderia ser então encarada “como uma intoxicação para a qual um processo orgânico tem de fornecer o fundamento fisiológico” (p. 140), podemos intuir que essa nova compreensão exige assentar também a repressão (concebida a partir do esquema da neurose de angústia, conforme vimos) sobre esse mesmo fundamento. De fato, é o que se vê em 30 de junho do mesmo ano: “Angústia, quimismo, etc. – talvez eu encontre em você a terra firme [*Boden*] que me permita parar de dar explicações psicológicas e começar a me apoiar sobre explicações fisiológicas!” (p. 148). Um mês antes, Freud havia remetido uma explicação que justamente se escorava sobre uma espécie de psicologia do desenvolvimento erguida a partir do pressuposto de que o tipo de neurose seria determinado pelo momento em que ocorrera a cena traumática. “As diferentes neuroses estão condicionadas aos respectivos tempos das cenas sexuais” (p. 144), anuncia o autor antes de estipular a cronologia da aquisição da histeria (até os quatro anos), da neurose obsessiva (entre quatro e oito anos) e da paranoia (entre oito e catorze anos). Porém, tal explicação carecia daquilo que Freud

⁴ Deve-se notar que, quando esse modelo foi aventado, no artigo *Sobre o direito de separar a neurastenia de uma determinada síndrome chamada “neurose de angústia” (Über die Berechtigung, von der Neurasthenie einen bestimmten Symptomenkomplex als »Angstneurose« abzutrennen)*, Freud advogava uma separação entre, de um lado, a neurose de angústia e a neurastenia e, de outro, histeria e neurose obsessiva. No primeiro grupo, a fonte de excitação seria somática, ao passo que, no segundo, psíquica (GW, I, p. 341-342). Dessa forma, ao aproximar as duas espécies de neuroses no que tange ao mecanismo que as origina, Freud demonstra estar então em busca das bases somáticas da repressão.

demandou a seu colega alguns dias depois. Seja como for, num átimo, o problema freudiano se transforma ainda mais: passa-se da inquirição pontual a respeito do afluxo de quantidade devido a uma recordação à indagação mais ampla acerca das bases orgânicas da repressão.

No rastro de respostas, Freud busca se remeter à normalidade elaborando uma tentativa de sistematização, a qual envia ao amigo berlinense em 6 de dezembro de 1896, assentada sobre dois níveis: um psicológico e outro biológico. O primeiro corresponderia ao que Freud denominou de “*superestrutura [Oberbau]*” (p. 155, grifo meu), e o segundo, aos “fundamentos orgânicos [*Organgrundlagen*]” (p. 155) ou ao que podemos chamar, então, de *infraestrutura*. Ao nível da superestrutura, o autor desenvolve a ideia da estratificação da psique – de que ele já havia se servido no ensaio sobre as afasias, como ele próprio indica (p. 151), e também em seu capítulo teórico em *Estudos sobre a histeria*. À medida que se desenvolveria, a psique acumularia sucessivos traços mnêmicos, os quais sofreriam um rearranjo (*Umordnung*) ou uma retranscrição (*Umschrift*) ao longo do desenvolvimento psíquico do indivíduo. Ao nível da infraestrutura, começam a ser lançados os rudimentos de uma teoria sobre o desenvolvimento psicosexual infantil a partir das teses de Fliess acerca da periodicidade vital e da bissexualidade, as quais, como Sulloway (1979/1992) demonstra, longe de serem meros delírios de seu autor, apoiavam-se em pressupostos evolucionistas. O que nos interessa nesse nível é a sua camada mais fundamental: o conceito de zonas erógenas, então avançado por Freud pela primeira vez:

Por trás disso, [está] a ideia de *zonas erógenas* abandonadas. Quer dizer: na infância, as liberações sexuais seriam recebidas de inúmeros lugares do corpo, os quais, mais tarde, teriam a capacidade de liberar apenas a substância de angústia [de] 28 [dias], e não outras. Nessa diferenciação e limitação, [residiriam] o progresso da cultura, o desenvolvimento moral e individual (p. 155-156, grifos do autor).

Assumindo os postulados da biologia fliessiana segundo os quais o ser humano é bissexual e a sexualidade humana é governada pela ação de uma substância masculina (substância de 23 dias) e outra feminina (substância de 28 dias), Freud aventa, em primeiro lugar, que esta deveria gerar desprazer (ou “angústia”) e aquela, prazer, e, em segundo lugar, que, num determinado do desenvolvimento sexual do indivíduo, as regiões corporais antes erógenas (isto é, cuja estimulação seria prazerosa) passariam a gerar somente “angústia” (isto é,

desprazer). Entre todos os seres humanos se daria esse decurso, de significação positiva e fundamental porque dele derivariam a produção cultural e os valores morais. Vemos, assim, que a busca por uma solução leva Freud a esboçar uma “concepção ontogenética unificada” (SULLOWAY, 1979/1992, p. 197), na qual psicologia e biologia concorriam para inferir a normalidade.

Essa sistematização, por outro lado, concebe a patologia como anacronismo. Ao nível da superestrutura, a repressão decorreria de uma falha de tradução que implicaria a obsolescência de certas porções do material psíquico. Na passagem a uma nova fase psíquica, essas porções se manteriam obedecendo a leis psicológicas vigentes numa fase anterior, conclusão semelhante a que o autor havia chegado em seu ensaio sobre a afasia e em seus estudos sobre a histeria. “Assim, subsiste um anacronismo [...]” (AP, p. 152), e daí a comparação com os *fueros*, antigas leis espanholas ainda em vigor em determinadas províncias. Ao nível da infraestrutura, a neurose decorreria do abandono de um prazer sentido na infância cujos efeitos se tornariam patológicos. Na passagem a uma nova fase sexual, haveria liberação da substância desprazível, cujo acúmulo, conforme Freud indica, determinaria o caráter neurótico do indivíduo. Ao mesmo tempo, porém, o autor também indica que na neurose, e na histeria nomeadamente, assistir-se-ia a uma reprodução do prazer outrora sentido, de forma que o sintoma neurótico não se reduziria a uma descarga: “O ataque histérico não é uma descarga, mas uma *ação*, e mantém o caráter original de todas as ações: ser meio para a reprodução do prazer” (p. 156, grifo do autor). Desse modo, os doentes buscariam reproduzir o prazer do qual a maturidade sexual os alijou – voltando a dormir ou tendo um desmaio histérico para reproduzir a cena de sedução, para tomarmos os mesmos exemplos dados pelo autor. Diferentemente do que pressupõem as obras freudianas anteriores, a elucidação do sintoma não requer mais a remissão ao contexto traumático, mas o retorno ao contexto prazeroso, o qual explica o caráter repetitivo do sintoma. Eis a compulsão que denota o parentesco com a perversão; eis a raiz dos comportamentos anacrônicos que marcam a patologia.

As raízes de tais comportamentos, contudo, não se fixariam no domínio ontogenético. Freud não deseja apenas constatar o decurso mediante o qual se daria o abandono progressivo das zonas erógenas, mas intuir as bases filogenéticas desse processo,

as quais, afinal, corresponderiam ao único meio de elucidá-lo. Conforme Sulloway (1979/1992, p. 199-200) nota, é a admissão tácita da lei biogenética de Haeckel que franqueia a Freud essa intuição. O advento e o posterior abandono das zonas erógenas fariam parte de um processo fixado filogeneticamente que a criança recapitularia durante a ontogênese. Uma hipótese sobre o fundamento desse processo é avançada em 11 de janeiro de 1897:

As perversões, via de regra, desembocam em zoofilia e têm caráter animal. São explicadas não pelo funcionamento de zonas erógenas abandonadas posteriormente, mas pelo efeito de *sensações* que perdem seu poder posteriormente. A esse respeito, pode-se lembrar que nos animais o principal sentido (no que se refere também à sexualidade) é o olfato, cujo poder se perdeu nos seres humanos. Enquanto reina o olfato (ou o paladar), a urina⁵, as fezes e toda a superfície do corpo, mesmo o sangue, geram efeito sexualmente excitante. O aguçamento do olfato na histeria está ligado a isso sem dúvida. (p. 160, grifo do autor).

Segundo essa hipótese, as perversões apontariam para uma herança filogenética. Desse modo, as formas desviantes – isto é, não-genitais – de obter prazer, sobretudo aquelas ligadas ao olfato, seriam resquícios de uma sexualidade ainda existente nos animais e nas crianças, a qual emergiria a partir do efeito de sensações. Notemos que, ao ressaltar que essa emergência se deve a um processo desencadeado por estimulação, e não a uma sucessão automática de etapas, Freud indica não se tratar de um determinismo endógeno. Como Laplanche percebe (2006, p. 61), “a evolução de base [...] fornece simplesmente a escala sobre a qual se perfila um processo que não é determinado por essa escala”. É preciso que o sentido seja suscitado e, assim, desencadeie um processo cuja origem deveria ser intuída no passado animal do homem, mas cujo testemunho poderia ser observado nos animais, nas crianças, nos perversos e mesmo nos histéricos. Assim, a construção freudiana busca se estribar em solo filogenético, um nível ainda mais profundo que deveria garantir a estabilidade da sua infraestrutura.

Todavia, uma construção dessa espécie não pode abrigar a teoria da sedução, já que esta admite uma distinção muito clara entre normalidade e patologia. Com efeito, pode-se dizer que a distinção entre tais categorias na referida teoria é ontológica, se tomarmos a

⁵ Embora conste da edição que seguimos a palavra *Haare* (cabelos), Masson (1986, p. 224) afirma que o manuscrito da carta “diz claramente *Harn* (urina)”, palavra que, além disso, parece se ajustar melhor ao contexto da oração. Por esses motivos, acabamos por efetuar a correção.

analogia que Freud estabelece entre sedução e doença infecciosa. Em *A etiologia da histeria (Zur Ätiologie der Hysterie)*, por exemplo, o autor compara a ação da sedução na histeria à ação do bacilo de Koch na tuberculose a fim de ilustrar que, em ambos os casos, a doença está condicionada à aquisição desses fatores específicos (GW, I, p. 446). Tal concepção, aliás, reduz ao extremo o poder explicativo da hereditariedade, embora não a negue, o que também se pode atestar nos outros artigos de 1896 – *A hereditariedade e a etiologia das neuroses (L'Hérédité et l'étiologie des névroses)* e *Novas observações sobre as neuropsicoses de defesa (Weitere Bemerkungen über die Abwehrneuropsychosen)* –, elevando as causas ambientais a um nível tal que Freud chega a dizer esperar “que uma análise completa signifique a cura radical de uma histeria” (p. 442).⁶ Ora, uma concepção dessa sorte e o otimismo terapêutico que lhe é inerente se devem a uma teoria ontológica da doença, de acordo com Canguilhem (1975, p. 11): “Sem dúvida, é à necessidade terapêutica que se deve atribuir a iniciativa de toda teoria ontológica da doença. [...] Aquilo que o homem perdeu pode lhe ser restituído, aquilo que nele entrou pode dele sair”. A enfermidade é o mal que se apossa do corpo e dele se desprende: conquanto remonte à antiguidade, essa “representação ontológica do mal” (CANGUILHEM, 1975, p. 12) torna-se patente no modelo das doenças infecciosas, segundo o filósofo francês. Ainda, é a mesma imagem – podemos atinar a partir de então – que norteia a metáfora do corpo estranho preconizada por Breuer e Freud quando do início de seus estudos sobre a histeria, e mesmo a metáfora freudiana do corpo infiltrado. Tal imagem, a qual perdura na teoria da sedução, na contramão daquilo que Freud está então a construir, diferencia ontologicamente o patológico do normal.

De fato, talvez se possa dizer que essas direções contrárias estão presentes no seio mesmo do *Projeto*. Não se pode esquecer que um dos objetivos principais do manuscrito é estabelecer uma continuidade entre o normal e patológico por meio de um enfoque quantitativo. Como Freud já adiantava a Fliess em 25 de maio de 1895, o objetivo do trabalho era “tirar proveito da psicopatologia em benefício da psicologia normal” (AP,

⁶ Freud fora ainda mais explícito na carta a Fliess de 16 de outubro de 1895: “Estou quase certo de ter encontrado a solução dos enigmas da histeria e da neurose obsessiva nas fórmulas do medo e do prazer sexuais infantis, e estou igualmente certo de que ambas as neuroses são curáveis *em geral* – não os sintomas apenas, mas, sobretudo, a disposição neurótica” (AP, p. 114, grifos meus).

p. 107). Noutras palavras, tratava-se de uma aposta metodológica calcada no pressuposto segundo o qual a investigação do estado patológico poderia trazer à luz aquilo que era obscuro no estado normal – concepção então bastante difundida, dentro e fora da medicina, como Canguilhem (1975) também mostra. Tal aposta decorre de uma visão quantitativa da relação entre o normal e o patológico indicada no início *Projeto*, quando se revela que “o aspecto quantitativo emerge de forma mais pura [*reiner*] [nos processos patológicos] que nos {processos} normais” (GW, Nach., p. 388). Ora, ao passo que todo o “plano geral” (*Allgemeiner Plan*) do texto admite essa distinção quantitativa entre o normal e patológico, a segunda parte, que avança a teoria da sedução, parece admitir uma relação qualitativa entre tais categorias. A presença ou a ausência do atentado é o que determina a neurose, de forma que “a doença difere da saúde, o patológico difere do normal, como uma qualidade difere de outra [...]” (CANGUILHEM, 1975, p. 13). Daí por que Freud apenas pode conceber a repressão como um fenômeno patológico, o que, na verdade, representa um entrave ao objetivo de enxergar na patologia processos mais nítidos do que os que se desenvolviam no estado normal.

É por isso que é apenas após o abandono da teoria da sedução em sua primeira versão, comunicado a Fliess em 21 de setembro de 1897, que Freud pode conferir uma forma mais bem acabada à sua solução evolucionista para o problema da repressão. Com o esboroamento das fronteiras entre o normal e o patológico, o teratológico pode, finalmente, deixar o domínio do mórbido para se tornar índice do atávico. Naturalmente, como Freud reconhece, o fator hereditário restabelece certa esfera de influência que, até então, havia sido reduzida a um mínimo (AP, p. 187). Entretanto, não se trata de um retorno, mas de uma reconfiguração de implicações radicais. Ora, quando Freud, quase dez anos mais tarde, ao analisar seu apego à teoria da sedução retrospectivamente em *Minhas visões sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses* (*Meine Ansichten über die Rolle der Sexualität in der Ätiologie der Neurosen*), conclui que, com a renúncia a essa teoria, “a ‘constituição sexual’ deu lugar à disposição neuropática geral” (SA, V, p. 153), o que se quer salientar é a diferença essencial entre dois tipos de expedientes ao endógeno: num caso, busca-se explicar apenas o patológico; noutro, o patológico em sua relação com o normal. Por conseguinte, a repressão e a sexualidade passam a ser tratadas não como

apanágio da neurose, mas como um fenômeno biológico universal. Nesse sentido, conforme Geyskens (2001) atesta, pode-se dizer que, assim, Freud passa do domínio psicopatológico ao domínio antropológico.

A construção, em sua forma mais bem acabada até então, é comunicada a Fliess em 14 de novembro de 1897 começando pelo nível explicativo mais fundamental. Livre dos embaraços da teoria da sedução e a partir da reunião de intuições anteriores, Freud pode delinear todos os contornos da explicação filogenética para a repressão do olfato no decurso ontogenético do organismo humano:

Que na repressão toma parte algo orgânico, pressenti diversas vezes; que se trata do abandono de zonas sexuais anteriores, relatei a você certa vez [...] a mim, essa pressuposição estava vinculada à alteração do papel das sensações olfativas: o andar ereto, o nariz levantado do chão e, com isso, uma série de sensações ligadas à terra que antes despertavam interesse se transformam em sensações repulsivas – por um processo que ainda me é desconhecido. (Ele tem o nariz empinado [*Er trägt die Nase hoch*] = ele se considera particularmente nobre.) Bem, as zonas que não produzem liberação sexual no ser humano normal e maduro devem ser as regiões do ânus e buco-faríngea. [...] Nos animais, essas zonas sexuais continuam em vigor [...] Deve-se admitir que a liberação sexual não esteja ainda tão localizada na infância quanto mais tarde, de forma que as zonas (talvez toda a superfície do corpo) que logo são abandonadas estimulam algo que é análogo à liberação sexual posterior. A decadência dessas zonas sexuais iniciais teria um correspondente na atrofia de certos órgãos internos no decurso do desenvolvimento (AP, p. 199-200).

Com base numa longa nota de Ernst Kris (AP, p. 425, n. 1) a qual identifica nessa carta três acepções diferentes do termo “repressão” – uma que se refere ao mecanismo psicológico, outra que diz respeito aos processos aos quais se assiste durante a maturação da criança e outra, ainda, que alude às alterações orgânicas produzidas ao longo da evolução da espécie –, podemos dizer que Freud, na esteira de suas reflexões anteriores, procura discriminar⁷ três níveis em sua explicação: psicológico, ontogenético e filogenético. O excerto reproduzido acima retrata os dois últimos níveis. A explicação se inicia pela abordagem do nível filogenético, que atribui o embotamento do olfato no gênero humano à adoção da postura ereta. Freud diz não saber como essa ocasião se deu: apenas admite que dela teria

⁷ Kris afirma que Freud não o faz claramente, mas nós – assim como Laplanche (2006, p. 91) – cremos que sim, visto que, conforme mostramos, Freud já havia distinguido explicitamente um nível explicativo “superestrutural” (psicológico) de um nível “infraestrutural” (biológico). Na carta em questão, procuramos, a seguir, mostrar que este último nível foi desdobrado em uma esfera ontogenética e outra filogenética. De todo modo, importa notar que, como Laplanche (2006, p. 106) observa, o esquema pautado pela oposição infraestrutura/superestrutura intervém nesse momento do pensamento freudiano.

resultado o asco que os seres humanos adultos normais sentem em relação a certos estímulos outrora excitantes e que poderia ser comprovado pela existência de certas expressões linguísticas corriqueiras. O autor, porém, advoga a existência de vestígios desse processo no decurso ontogenético do ser humano, cujas etapas iniciais testemunhariam a ascendência animal do homem. É nesse ponto em que se dá a passagem ao nível explicativo ontogenético, a qual, por sua vez, pode se efetuar graças à assunção da teoria da recapitulação. O desenvolvimento de uma sexualidade adulta de caráter genital a partir de uma sexualidade infantil de caráter descentrado recapitula a evolução do monomorfismo sexual do bípede a partir do polimorfismo sexual do quadrúpede. De fato, conforme Sulloway (1979/1992, p. 202) indica, trata-se, mais precisamente, não de uma mera aplicação da teoria da recapitulação, mas de uma conclusão que deriva de um raciocínio hipotético-dedutivo baseado nessa teoria: se certas zonas sexuais perdem gradativamente a capacidade de produzir liberação sexual no ser humano adulto e normal, as quais, em contrapartida, ainda se mantêm ativas nos animais, então se deve supor que a criança deve abrigar a transformação de um estado ao outro, assim como abriga, ao longo de seu desenvolvimento, o crescimento e a atrofia de certas estruturas. Eis a base orgânica da repressão, que Freud pode então contemplar tanto ontogenética quanto filogeneticamente, conferindo, assim, contornos mais amplos ao nível “infraestrutural” de sua explicação.

Com a abordagem do nível psicológico ou “superestrutural”, a síntese psicobiológica de Freud se completa. Finalmente, pode-se verificar como a repressão opera normal e patologicamente. Em seu funcionamento normal, ela acompanha o decurso estabelecido pelo abandono das zonas erógenas e resulta, ao final, na aquisição da moralidade, da vergonha e de outros processos intelectuais. Já em seu funcionamento patológico, a repressão decorre do efeito retroativo da repulsa suscitada por uma vivência evoluindo zonas como o ânus ou a boca, fenômeno que impede a tradução de certas porções do material psíquico e, por conseguinte, o curso normal de descarga da libido. Importa notar que, em ambos os casos, o psicológico se apoia sobre um processo biológico, já que “com os impulsos de desenvolvimento [*Entwicklungsschübe*], a criança se reveste de piedade, vergonha, etc., e que, em não havendo esse declínio das zonas sexuais, pode-se

produzir *moral insanity*⁸ como inibição do desenvolvimento [*Entwicklungshemmung*]” (AP, p. 200). Pode-se mesmo dizer que o psicológico é um decalque dessas transformações físicas e concretas (LAPLANCHE, 2006, p. 26), na medida em que as impressões psíquicas derivam do desenvolvimento biológico.⁹ O psíquico acompanha – sem, porém, confundir-se propriamente com – esse biorritmo cujo lastro fliessiano, segundo Sulloway (1979/1992, 179-180), torna-se particularmente evidente com o emprego freudiano do termo “*Entwicklungsschübe*”. O biológico, por sua vez, fornece à síntese freudiana sua caução, cujo valor principal, enfim, “repousa na vinculação do processo neurótico ao processo normal” (AP, p. 202).

Freud deseja marcar essa síntese. Por isso, ele começa a carta com uma paródia astrológica: “‘Era 12 de novembro de 1897; o sol estava posicionado precisamente no quadrante oriental, Mercúrio e Vênus em conjunção... ’” (p. 198). Esse início remete, ao que tudo indica, como nos informa Kris na nota de rodapé referida mais acima, ao começo da biografia de Michelangelo feita pelo florentino Giorgio Vasari, conhecido autor de obras sobre a vida dos artistas renascentistas – as quais Freud conhecia muito bem. Por trás desse tom jocoso com que a missiva se inicia, reside o interesse sóbrio de salientar um momento de descoberta. Embora Freud, há algum tempo, já viesse tentando organizar os elementos do problema, conforme mostramos, é apenas nesse momento que eles formam um todo mais ou menos coerente. Nesse sentido, pode-se dizer que, sob a paródia astrológica, “está

⁸ “Insanidade moral”, categoria psiquiátrica criada por J. C. Prichard e que designava enfermidades mentais nas quais não se verificavam delírios. Lanteri-Laura (1994, p. 25) informa que nela se calcava a categoria de “perversão moral” desde meados do século XIX, e que, sobre este termo, por sua vez, o de Magnan, “perversões sexuais”, iria se impor logo em seguida. Dessa maneira, um vínculo entre as noções de loucura moral, perversão e sexualidade era estabelecido pela medicina da época – do qual Freud parecia inteirado, já que, ao transmitir a Fliess em 1º de março de 1896 (num trecho da carta que foi suprimido na edição alemã de que nos servimos) uma interpretação a respeito da reação de Breuer sobre a etiologia sexual das neuroses, diz que, segundo Breuer, deveria perguntar a si próprio “todos os dias se estava sofrendo de *moral insanity* linsanidade morall ou paranoia científica” (MASSON, 1986, p. 176). Ademais, um vínculo entre tais noções e a ideia de atavismo também era então estabelecido no meio médico. Sulloway (1979/1992, p. 267) revela que Richard von Kraft-Ebing, em seu *Manual de psiquiatria*, aproximou doenças mentais como a idiotia e a insanidade moral a certas características presentes nos animais adultos.

⁹ Freud dá um testemunho ainda claro dessa derivação ao declarar na mesma carta que, “dito de maneira rude, a recordação fede atualmente como o objeto fede no presente; e, assim como na repulsa nós desviamos o órgão sensorial [*Sinnesorgan*] (cabeça e nariz), o pré-consciente e os sentidos da consciência [*bewußte Sinn*] se desviam da recordação. Isso é a *repressão*” (AP, p. 200, grifo do autor).

um acontecimento [*événement*] e mesmo um advento [*avènement*], um verdadeiro nascimento [...]” (LAPLANCHE, 2006, p. 88).

Sob o aspecto que nos concerne, podemos dizer que se trata, em primeiro lugar, do advento da lei biogenética no pensamento freudiano. Haeckel se serviu do fenômeno da recapitulação para reconstruir uma genealogia para a qual os registros fósseis disponíveis eram insuficientes, de modo que a disposição de informações filogenéticas a partir de dados ontogenéticos conferiu à morfologia autoridade para descrever a história da vida, tarefa que, até então, cabia à paleontologia apenas (GLIBOFF, 2008, p. 180). Seguindo o mesmo princípio, Freud pôde derivar informações filogenéticas a respeito da repressão sexualidade a partir da postulação de um decurso ontogenético pautado pelo abandono progressivo de zonas erógenas. Com efeito, ambos os autores admitiram que se transmitiam por descendência menos certas informações esparsas do que as linhas gerais de uma sucessão de estádios. A questão é que, para Freud, não se tratava nem de estádios puramente orgânicos, nem de fantasias puramente. É preciso lembrar que, ao menos desde abril de 1897, as implicações desta última noção então nova eram investigadas nas cartas com Fliess, a partir de uma indagação sobre os efeitos retroativos de algo ouvido na infância. Essa investigação, contudo, não tornou caduca – como se pôde testemunhar – a necessidade de um fundamento para a repressão, de maneira que, desde já, Freud assinala sua falta de inclinação para reduzir a neurose ao devaneio. Vimos que esse fundamento foi encontrado na sexualidade, uma noção que se reveste de significação tanto orgânica quanto psicológica e que, destarte, embaralha os limites entre esses domínios. Ao admitir que o que se transmite é uma virtual sexualidade, Freud, portanto, suscita a questão a respeito da natureza do que é transmitido, abrindo um campo de investigação a partir da assunção da lei biogenética.

Trata-se, em segundo lugar, do advento de uma espécie de reflexão evolucionária que ainda não indica estar a serviço de qualquer lamarckismo. É necessário afastar desde já a associação comumente estabelecida entre a lei biogenética e um lamarckismo que se supõe ter aderido ao pensamento freudiano desde então. Na medida em que a hipótese de uma recapitulação se ergue sobre a suposição de que certas aquisições ao longo da vida do indivíduo podem ser herdadas e, então, fixadas no patrimônio da espécie,

conclui-se que tal hipótese só pode se sustentar sob os auspícios da teoria de Lamarck, cujo traço mais marcante, por sua vez, pensa-se que seja a assunção da herança dos caracteres adquiridos. Ora, esse raciocínio é tão natural quanto equivocados. De um lado, o liame entre a lei de Haeckel e o lamarckismo não é tão íntimo e óbvio como talvez se pensasse. Primeiramente, deve-se lembrar que pesquisas como a de Ritvo (1992) e a de Gliboff (2008) problematizam a tese, propalada por estudos anteriores como o de Gould (1977), segundo a qual a lei em questão teria encontrado uma justificativa imediata na herança dos caracteres adquiridos, já que tal lei pressuporia uma sucessão rígida e clara de estádios fixados filogeneticamente (GOULD, 1977, p. 80-88). Tal raciocínio seria correto efetivamente, não fosse o fato de que Haeckel nunca advogou uma sucessão nesses termos – ainda que tenha ressaltado excessivamente o fato de a ontogênese recapitular a filogênese, transformando-o nesse bordão sujeito a interpretações equivocadas (GLIBOFF, 2008, p. 178-180). Além disso, deve-se recordar que a referida lei veio na esteira dos estudos de Darwin: não apenas porque foi uma ideia desse evolucionista inglês que serviu de matéria à teoria da recapitulação (p. 111; DARWIN, 1868, v.2, p. 75-80) como também porque esta representava, na continuidade dos esforços darwinianos, um meio de provar que o processo evolutivo se devia à ação ao acaso de fatores físicos e químicos presentes no ambiente (GLIBOFF, 2008, p.180-182; RITVO, 1992, p. 32, 42-43), e não a qualquer outro motivo – como a força ortogênica preconizada por Lamarck. De outra parte, admitir que a herança dos caracteres adquiridos seja apanágio do lamarckismo não encontra nenhuma sustentação fora do âmbito escolar. Trata-se de um expediente largamente aventado desde a antiguidade (ZIRKLE, 1946) e utilizado por muitos autores, dentre eles Darwin – que, aliás, forneceu uma curiosa hipótese (denominada “pangênese”), baseada nesse mecanismo de transmissão, para tentar explicar a origem das variações (DARWIN, 1868, v. 2, p. 357-404). Com efeito, tal expediente correspondia a uma ideia consensual à época, da qual Lamarck jamais reclamou a autoria e no entanto sobre a qual recaíram as principais críticas à sua teoria, o que torna curioso o fato de o naturalista francês ter passado à história como o principal defensor da ideia (MEYER; EL-HANI, 2005, p. 23). Em suma, o selo

“lamarckismo” aplicado tanto à herança dos caracteres adquiridos quanto à teoria da recapitulação abriga uma série de equívocos.¹⁰

Trata-se, enfim, do advento de uma reflexão sobre a qual se assentariam teorias sobre a sexualidade, sobre o normal e sobre a cultura. Já se havia estabelecido a oposição – que seria a tônica da teoria sexual freudiana – entre uma sexualidade adulta, centrada sobre o primado do genital, e uma sexualidade infantil, descentrada e organizada em torno de múltiplas zonas erógenas. Já havia sido feito o vínculo fundamental – entre o patológico e o normal – que condiciona reflexões ainda vindouras sobre os sonhos, as piadas e os equívocos do dia-a-dia. Já se havia concebido as injunções morais e os progressos intelectuais do homem como produtos de uma repressão cujas raízes se fixavam em seu passado distante. Todos esses aspectos ainda não desenvolvidos são tributários do equacionamento freudiano do problema da repressão.

Ao considerarmos todos esses adventos, podemos afirmar que a solução biogenética para o problema da repressão marca, portanto, um dos momentos mais capitais de todo o pensamento freudiano. É verdade que se trata de uma solução que então opera na antecâmara da obra freudiana, mas ela já deixa uma marca indelével no pensamento de seu autor – tanto é que será retomada e desenvolvida nos textos mais basais da psicanálise, em muitos dos quais ocupando uma posição central. Desse modo, dentro em breve, será possível reconhecer na lei biogenética “uma espécie de *a priori* metodológico que permite à psicanálise se estribar, de alguma forma, sobre a racionalidade evolucionista [...]” (ASSOUN, 1996a, p. 1751) – *a priori* ao qual, contudo, recorrer-se-á de maneira criteriosa.

A diretriz metodológica vem a público

Após a virada do século, as reflexões de cunho evolucionário ganham cada vez mais espaço na teoria freudiana. Não apenas a lei biogenética como também os próprios

¹⁰ Essas observações se reduziriam a um preciosismo histórico, se os equívocos destacados não acarretassem consequências de grande importância para a compreensão da epistemologia da psicanálise. Tais consequências, porém, só poderão ser devidamente apreciadas no capítulo seguinte. De todo modo, desde já cabe observar que Sulloway, um dos grandes alardeadores do “psico-lamarckismo freudiano” – embora seja também um dos mais prolíficos divulgadores do influxo darwiniano sobre as assunções de Freud nesse momento –, fixa as raízes lamarckianas do pensamento freudiano sobre as considerações de Gould (cf. SULLOWAY, 1979/1992, p. 408).

termos “ontogênese” e “filogênese” e seus derivados vêm a lume somente então na obra psicanalítica de Freud: de início, apenas o primeiro termo, e, em seguida, o segundo e a referida lei. Com efeito, a ordem em que essas noções aparecem expressa a diretriz metodológica que já vimos surgir no *Projeto* e que se firma nos textos freudianos a partir desse momento: esgotar a ontogênese antes de explorar a filogênese.

Assim, nos primeiros anos do século XX, Freud procede a uma investigação de caráter ontogenético cujo ápice testemunhamos em *Três ensaios de teoria sexual* (*Drei Abhandlungen zur Sexualtheorie*, doravante *Três ensaios*). O autor, que, em *A interpretação dos sonhos* (*Die Traumdeutung*), já havia mostrado ser possível refazer retrospectivamente os elos de uma cadeia de representações que levaria ao desvelamento do sentido das formações oníricas, revela, em *Três ensaios*, ser possível, a partir da investigação da sexualidade adulta, refazer as etapas de um desenvolvimento sexual infantil que explicaria a constituição de formações patológicas e normais. De fato, mais do que uma analogia entre as tarefas a que se propõem essas duas grandes obras psicanalíticas, pode-se enxergar certa decorrência, na medida em que *A interpretação dos sonhos*, em seu capítulo final, já indica que é apenas com a introdução de uma concepção – então ainda incompleta, conforme o próprio autor atesta – a respeito das “forças sexuais que podem ser preenchidas as lacunas as quais a teoria da repressão [que tanto despertou o interesse freudiano pelos sonhos quanto se beneficiou do estudo destes] ainda apresenta” (SA, II, p. 575). É o advento de uma teoria da sexualidade que marca a transição entre uma cronologia e uma verdadeira ontogênese na psicanálise.¹¹

Destarte, *Três ensaios* aborda o desenvolvimento da sexualidade na criança comparando-a com a sexualidade adulta. O livro postula que é em referência a um desenvolvimento psicosexual normal – cujas etapas, na verdade, são detalhadas somente a partir das edições do texto posteriores a 1905 – que devem ser localizados os desvios que resultam em neurose ou perversão. Segundo essa perspectiva, “todos os distúrbios da vida sexual devem ser considerados, com todo direito, inibições de desenvolvimento” (SA, V, p. 113), tese a qual evidencia que a grande preocupação do trabalho é mostrar que o normal e

¹¹ Se de fato é nos *Três ensaios* que se assiste à primeira aparição, nos escritos propriamente psicanalíticos de Freud, da noção de ontogênese – a qual aparece na forma adverbial: “ontogeneticamente [*ontogenetisch*]” (SA, V, p. 68) –, então se pode concluir que não se trata de um mero acaso.

o patológico são determinados pelo curso seguido pela sexualidade, e não por fatores predeterminantes. Freud não nega a influência da constituição sexual inata em cada indivíduo – de fato, ele diz conceder a ela grande peso (p. 138) –, mas seu objetivo é, antes, salientar que a forma final que a vida sexual assume não está lançada de antemão: pelo contrário, “as circunstâncias vão se dando, e as possibilidades se seguem de acordo com o destino tomado pelas afluições da sexualidade [*Sexualitätszuflüsse*] provindas de cada uma das fontes” (p. 139). Embora esse desenvolvimento guarde semelhanças com um processo de canalização, trata-se, mais intimamente, de um processo comparável ao embriológico, ao cabo do qual se assiste à transformação – como nos estudos pioneiros de K. E. von Baer – de uma forma geral em uma forma específica. Desse modo, o desenvolvimento de uma sexualidade adulta (pós-púbere) hierarquizada a partir de uma sexualidade infantil (pré-púbere) anárquica é compreendido por Freud como uma transformação (*Umgestaltung*) cujo término determina a formação (*Gestaltung*) da vida sexual do sujeito (p. 112).

Não se pode deixar de detectar certa proximidade entre essa abordagem ontogenética empreendida por Freud e os estudos psicogenéticos da época. Desde a publicação do artigo de Darwin *Um apontamento biográfico acerca de uma criança pequena* (*A biographical sketch of an infant*), cujo advento, por sua vez, fora suscitado por um texto de H. Taine sobre o desenvolvimento mental infantil (DARWIN, 1877, p. 285), a psicogenética assistia à sua ascensão, ganhando notoriedade graças a trabalhos como *Desenvolvimento mental na criança e na raça* (*Mental development in the child and the race*), de J. M. Baldwin. Freud havia lido, se não o texto de Taine em questão, ao menos o tratado *Da inteligência* (*De L'intelligence*), cuja leitura havia lhe “caído extraordinariamente bem”, conforme relatou a Fliess em 13 de fevereiro de 1896, e a propósito do qual declarou: “as ideias mais antigas são justamente as mais úteis, como descobri posteriormente [*nachträglich*]” (AP, p. 139)¹². Igualmente, havia lido o trabalho

¹² Ainda que o escopo do tratado de Taine, conforme o título indica, suplante, em muito, a questão do desenvolvimento infantil, podemos testemunhar passagens que denotam a importância dessa questão, como a seguinte, a respeito da ontogênese da linguagem na criança: “À medida que as experiências das crianças se aproximam mais das nossas, suas tendências a nomear coincidem mais exatamente com as nossas; *elas se organizam gradualmente, como um embrião*. Assim como, no feto, vê-se, passo a passo, a cabeça de tamanho desproporcional reduzir-se à sua justa medida, as fontanelas do crânio se fecharem, os vasos rudimentares se afunilarem e se ramificarem, a comunicação entre a mãe e a criança se estabelecer, da mesma forma, na

de Baldwin, o qual o fez atinar com que a temática da psicologia infantil estava então na ordem do dia (p. 197). Tais fatos denotam parte da dívida freudiana para com a literatura psicológica da época, grande parte da qual consta, aliás, da bibliografia de *Três ensaios*.

Em particular, é notável o influxo darwiniano sobre a abordagem freudiana. Sulloway (1979/1992, 238-276) mostra a robustez desse influxo em sua vertente indireta sobretudo, isto é, sobre as fontes inspiradas por Darwin as quais Freud buscou em suas investigações sobre a psicologia da criança e sobre a sexualidade. Todavia, como Assoun (1996a, p. 1753-1754) observa, mais que a influência de uma escola de psicologia genética e de uma teoria da sexualidade nascidas na esteira da metodologia darwiniana, é possível identificar em *Três ensaios* um “modo de pensar darwiniano”, que, em especial, evidencia-se no combate à teoria da degenerescência por meio da imposição de uma concepção que remete a origem das patologias sexuais a certas características normais do desenvolvimento humano. Podemos acrescentar, com base nas indicações de Canguilhem *et al.* (1962/2003, p. 97) acerca dos traços as diferentes vertentes da psicogenética da época, que o livro concebe esse desenvolvimento de forma darwiniana, e não haeckeliana, na medida em que se atém mais ao decurso ontogenético do que à determinação filogenética do desenvolvimento infantil. Por fim, não podemos deixar de atentar para a referência – aparentemente, despercebida tanto a Sulloway (1979/1992) quanto a Assoun (1996a) – a uma noção central da teoria darwiniana: “A impressão visual conserva-se como o caminho mais frequente mediante o qual se desperta a excitação libidinosa, e a *seleção* [*Zuchtwahl*]¹³ se serve dessa via [...] ao permitir o desenvolvimento da beleza no objeto sexual” (SA, V, p.

língua infantil, vê-se, passo a passo, os dois ou três nomes dominantes perderem sua preponderância, o sentido vasto das palavras se restringir, limitar-se, relacionar-se [...]” (TAINÉ, 1870, v. 1, p. 44, grifos meus).

¹³ Conforme Gliboff (2008, p. 137) informa, H. G. Bronn, nas primeiras traduções dos escritos de Darwin para o alemão, usou termos diferentes para designar “*selection*”, de acordo com o tipo de seleção em questão – artificial, natural ou sexual –, o que traía o intento darwiniano de indicar, com uma mesma palavra, que se tratava de três versões diferentes de um mesmo processo. Tendo em vista isso, J. V. Carus fixou o termo “*Zuchtwahl*” para designar “*selection*”. Freud, que possuía as traduções de Carus (RITVO, 1992, p. 260), indica ter seguido a mesma solução. Contudo, esta parece ter sido ignorada pelas traduções da obra freudiana que, como a de Strachey, traduziram “*Zuchtwahl*” por “seleção natural” (SE, VII, p. 156) – menos um erro de tradução propriamente, com efeito, do que um erro conceitual (dada a diferença existente entre as noções de seleção natural e de seleção sexual), que, ademais, acaba por insinuar que Freud desconhecesse a distinção entre os tipos de seleção. Da mesma forma, tal solução parece ter sido ignorada por estudiosos como Assoun (1996a, p. 1750) – que, ao invés de atentar para o uso de “*Zuchtwahl*”, busca apenas os sinônimos “*Selektion*” e “*Auslese*” na obra de Freud.

66, grifo meu). Trata-se de uma alusão ao conceito de seleção sexual, aventado por Darwin para explicar características humanas que não poderiam ser satisfatoriamente elucidadas pela seleção natural (DARWIN, 1871, v. 1, p. 249), e que consistiria em uma competição intra-específica e intra-sexual que resultaria na disputa entre machos pelo acesso às fêmeas e na escolha de indivíduos mais atraentes de um determinado sexo por indivíduos do sexo oposto. Freud se vale de tal conceito para indicar que o alcance da meta (*Ziel*) sexual normal tem seu fundamento biológico, à luz do qual se explicam certas características fenotípicas dos seres humanos. Todos esses índices denotam certa ascendência darwiniana do livro freudiano.

Freud, não obstante, dá um destino original a essa filiação com a ciência biológica. É evidente que os objetivos de *Três ensaios* se distanciam consideravelmente das preocupações dessa ciência, já que o verdadeiro interesse do livro é justamente investigar os desvios normais (sublimação) e anormais (perversão) relativamente ao *télos* reprodutivo e, por conseguinte, à norma biológica. Nem por isso, entretanto, a argumentação freudiana relega tais preocupações. Por um lado, Freud enfatiza que o desenvolvimento o qual resulta nas inibições da pulsão sexual é fixado hereditariamente e, por conseguinte, independe da educação em larga medida (SA, V, p. 85); por outro, ele denuncia os excessos daqueles que, ao buscarem explicar a constituição do indivíduo adulto, atentam muito mais para a influência da hereditariedade do que para a “existência individual” e, nomeadamente, o decurso da infância (p. 81). Assim, o autor busca não postular qualquer precedência ontológica nem da espécie em relação ao indivíduo, nem deste em relação àquela, ainda que se tenha a impressão de que uma ou outra precedência seja insinuada ao longo da argumentação do texto.¹⁴ É por meio dessa busca que Freud torna seu aquilo que herda da biologia; e, de fato, talvez seja em tal busca que resida um dos traços mais originais do pensamento do autor, que logra, mediante a noção de sexualidade infantil, evidenciar a

¹⁴ É, sobretudo, na transição do segundo para o terceiro ensaio, quando a descrição da sexualidade polimórfica da criança dá lugar ao exame das transformações da puberdade as quais culminam com a sexualidade monomórfica do adulto, que se pode identificar uma mudança, algo brusca aparentemente, no curso argumentativo do texto – a qual, por isso, é objeto da reflexão detida de autores como Monzani (1989, p. 27-55).

história singular de cada paciente e, ao mesmo tempo, remeter essa singularidade a estruturas uniformes (LANTERI-LAURA, 1994, p. 66).

Tal engenho se deve a um redirecionamento do interesse médico sobre as questões relativas à sexualidade. Lanteri-Laura (1994) mostra que o fulcro da contribuição freudiana não incide sobre a semiologia ou a etiologia, mas sobre a psicopatologia dos distúrbios da vida sexual. Noutros termos, Freud não se debruça tanto sobre a causa ou a descrição quanto sobre a gênese de tais distúrbios. Desse modo, contando com o detalhamento semiológico e com as reflexões etiológicas dos clínicos que o antecederam, o autor pode se dedicar à descoberta de um modo de decifrar a sexualidade. O resultado é a elaboração de um discurso que acaba por deslocar “o próprio centro das preocupações médicas” (LANTERI-LAURA, 1994, p. 83). A gênese da sexualidade deve granjear especial atenção porque não se trata de uma decorrência natural e espontânea, como o aumento da estatura e do peso ao longo do desenvolvimento. O indivíduo está sujeito às contingências sexuais as mais variadas, e é apenas após atravessá-las que ele assistirá à formação de seu caráter. Assim, o normal e o patológico não são predestinações, mas conquistas; tampouco eles designam comportamentos, “porém um determinado *tipo de evolução libidinal* [...]” (p. 88, grifos meus). Todos esses pressupostos derivam de uma preocupação psicopatológica que se pauta pela busca de rastros de um desenvolvimento.

O escopo dessa busca se revela mais modesto originalmente, mas podemos entrever sua ampliação ao longo das edições de *Três ensaios*. Assim, em sua primeira versão, o livro se detém exclusivamente sobre o domínio ontogenético da sexualidade. De fato, a abordagem se restringe apenas aos extremos desse domínio, separados pelo advento da puberdade, de forma que não há qualquer reconstituição dos estádios do desenvolvimento psicosexual – diferentemente do que se vê nas edições seguintes, em que seções inteiras são acrescentadas com vistas a detalhar os meandros da organização (anal, oral, genital) sexual. Encerrado nos limites dessa perspectiva originária, Freud não exhibe a preocupação de indicar – a qual, em contrapartida, veio a exhibir em 1915 – que a sequência dessa organização pareceria “ser estabelecida filogeneticamente” (SA, V, p. 143), nem que “um horizonte [*Ausblick*] sobre uma falange de problemas biológicos e talvez históricos” (p. 144) se abriria com a procura pelos determinantes temporais do processo de

desenvolvimento. Conquanto o privilégio da dimensão ontogenética tenha se mantido mesmo com os acréscimos registrados nas sucessivas edições do livro, eles, ainda assim, indicam o quanto se expande a perspectiva temporal estabelecida pelo autor, que parte da oposição – vislumbrada desde o *Projeto*, deve-se lembrar – entre períodos separados pela puberdade para, em seguida, detalhar o devir ontogenético da sexualidade, o qual, enfim, supõe-se ser fixado filogeneticamente.

Com efeito, pode-se dizer que tais acréscimos se dão à medida que a investigação psicanalítica se convence de sua autonomia. No final escrito em 1905 e mantido na edição definitiva de *Três ensaios*, Freud atribui a insuficiência dos resultados de sua pesquisa ao fato de não se saber o bastante “sobre os processos biológicos que constituem a essência da sexualidade [...]” (p. 145). Dessa declaração, pode-se inferir, se não certa dependência relativamente ao saber advindo da biologia, ao menos que o autor estava disposto a conceder às descobertas dessa área peso maior do que veio a admitir no prefácio publicado em 1915, no qual advoga a “deliberada independência” de sua pesquisa relativamente às investigações biológicas (p. 44). Após ter lançado trabalhos fundamentais os quais abordaremos a seguir, ele crê que sua psicanálise podia iluminar aspectos da biologia sexual do homem os quais até então não haviam sido elucidados de outra forma: “Na verdade, meu objetivo foi o de averiguar, mediante a investigação psicológica, o quanto era possível intuir [*erraten*] a respeito da biologia da vida sexual humana” (p. 44).

De posse de um conhecimento mais claro a respeito da jurisdição do saber psicanalítico, Freud pode precisar ao leitor os limites da tarefa a que *Três ensaios* se propõe e, ao mesmo tempo, revelar aquilo que pode ser divisado a partir deles. Destarte, no referido prefácio, o autor atesta que o livro se pauta por uma diretriz segundo a qual

os fatores acidentais são colocados em primeiro plano, os constitucionais [*dispositionellen*], em último, e leva-se em conta antes o desenvolvimento ontogenético do que o filogenético. Vale dizer que o acidental desempenha o papel principal na análise, a qual é levada a cabo guiando-se quase unicamente por esse fator. Depois dele, vem à luz o constitucional [*das Dispositionelle*], que é despertado pelas vivências [*das Erleben*], mas cuja consideração conduz muito além dos limites do *campo de atuação* [*Arbeitsgebiet*] da psicanálise (p. 44, grifos meus).

Vê-se que os limites do livro correspondem, enfim, aos limites da própria esfera de ação da psicanálise: em ambos os casos, deve-se cingir o domínio ontogenético. Ora, a psicanálise

não pode atuar sobre a disposição. Em contrapartida, ela pode vir a elucidar a gênese de um determinado caráter constituído ao longo de vida do indivíduo e, assim, prometer livrá-lo, se for caso, dos empecilhos que esse caráter possa ter trazido. Eis a razão de se ater, acima de tudo, à ontogênese da sexualidade. Entretanto, ainda que a *práxis* analítica não possa exercer qualquer influência além desse domínio, ela deve se inteirar do que o determina. Noutros termos, se o devir ontogenético é fixado filogeneticamente, isso deve ser levado em conta, se não no campo de atuação, ao menos no *campo de investigação* da psicanálise. Por conseguinte, se o constitucional pode ser divisado através do acidental, então a filogênese deve ser entrevista através da ontogênese.

Daí por que a relação entre esses dois domínios é indicada logo na sequência do texto citado acima conquanto isso se revele extrínseco aos propósitos originais de *Três ensaios*: efetivamente, trata-se de manter o livro em sintonia com os rumos tomados pela investigação psicanalítica da época (1915). Extrínseco não apenas porque, como se viu, o domínio filogenético seja colocado em segundo plano como também porque Freud introduz noções que não servem aos objetivos próprios do livro em questão:

A ontogênese pode ser considerada como uma *repetição da filogênese*, enquanto esta não for modificada por vivências mais recentes. A disposição [*Anlage*] filogenética se faz notar por detrás do processo ontogenético. No fundo, porém, a disposição é exatamente *um precipitado de vivências anteriores da espécie*, as quais se agregam a novas vivências como soma dos fatores acidentais (p. 44, grifos meus).

Eis uma das referências mais explícitas na obra freudiana ao fenômeno da recapitulação, bem como à forte tese de que aquilo que consta da disposição foi um dia vivenciado – e no entanto, para o desconsolo do leitor, nenhuma dessas noções capitais é desenvolvida ao longo de todo o texto; apenas um ou outro acréscimo posterior verificado no livro as tem como base. Por isso, a menção a tais noções objetiva o mesmo que aqueles acréscimos: manter o livro “em contato com a literatura psicanalítica mais recente” (p. 45). Dessa forma, podemos apenas vislumbrar a importância das referidas noções na tarefa de intuir o desenvolvimento da vida sexual humana.

Uma antecipação da mesma espécie pode ser identificada no outro texto que Freud fez questão de manter atualizado durante toda a vida. Na seção B do sétimo capítulo

de *A interpretação dos sonhos*, o autor apressa-se em adiantar, num parágrafo acrescentado em 1919, que, por detrás da infância individual,

é prometido a nós um vislumbre da infância filogenética, do desenvolvimento da espécie humana, o qual, na verdade, é uma *repetição abreviada do desenvolvimento do indivíduo*, influenciada pelas contingências da vida. [...]. *Parece que o sonho e a neurose preservaram mais daquilo que há de arcaico na psique do que conseguimos supor*, de maneira que a psicanálise pode reivindicar uma posição de destaque entre as ciências que se esforçam para reconstruir as fases mais antigas e obscuras do início da humanidade (SA, II, p. 524, grifos meus).

De maneira análoga à verificada em *Três ensaios*, anuncia-se a ampliação da perspectiva temporal que predomina em *A interpretação dos sonhos*, que então avista limites muito mais longínquos para a análise do que se supunha originalmente. O estudo do sonho pode franquear à psicanálise não apenas os remanescentes infantis como também, por meio destes – porquanto se supõe que recapitulam as etapas de período muito anterior –, os primórdios da própria humanidade. Ainda que o excerto evidencie que uma ampliação dessa espécie era insuspeita inicialmente, trata-se, contudo, de uma indicação concisa, cujas razões devem ser buscadas fora do escopo da pesquisa empreendida na obra sobre os sonhos.

Ao nos depararmos, de chofre, com esses acréscimos, naturalmente procuramos compreender a que eles se deveram e quando se deu a mudança de ênfase da qual se tornaram indício. Mais precisamente, perguntamo-nos em que momento e em que medida Freud procurou estribar a ontogênese sobre a filogênese. Certamente, tais acréscimos sugerem que se trate de uma decorrência da aplicação da lei biogenética, da qual, conforme vimos, o autor se serviu para resolver os impasses em que redundavam suas reflexões no final nos anos 1890. Não obstante, novamente, conforme veremos a seguir, deve-se notar que essa lei não é simplesmente aplicada: o recurso a ela é condicionado a uma investigação prévia. Assim, ao contrário do que parece, o recurso ao filogenético não se inicia na obra freudiana com um mergulho repentino.

Tais questões nos levam a *Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci* (*Eine Kindheitserinnerung des Leonardo da Vinci*, doravante *Leonardo*), que marca o momento a partir do qual o recurso ao arcaico passa a ganhar vulto na obra freudiana. Inicialmente destinado a solucionar os mistérios que, desde o Renascimento, envolvem a

personalidade de da Vinci e que gravitam, sobretudo, em torno da relação ambígua do mestre italiano com a arte – ele deixou boa parte de suas obras inacabadas e até mesmo relegou a atividade artística para se dedicar à ciência ao final da vida –, o texto acaba por mirar ainda mais longe. A partir da reunião de informações fragmentárias e obscuras a respeito da infância de da Vinci, procede-se a uma reconstrução biográfica que exhibe as feições não apenas do imaginário infantil como também da mitologia das civilizações antigas.

O opúsculo advoga que o notório desinteresse de da Vinci por suas próprias obras e pelas artes posteriormente corresponderia a uma inibição cuja razão remontaria a esse período inicial de sua vida. A combinação entre as poucas notícias biográficas e a interpretação do registro, de próprio punho, de uma recordação infantil narrada muito brevemente forneceria a chave do enigma. Primeiramente, Freud decompõe os elementos dessa recordação, a qual, pelo conteúdo fantástico que apresenta e pela idade remota a que se refere, deve ser considerada uma fantasia de fato. Diz o mestre italiano que, quando se encontrava no berço, uma ave viera em sua direção, abria-lhe a boca com a cauda e batera-lhe esta entre os lábios repetidas vezes. Aventa-se que a cauda possa ser tomada como símbolo do pênis, já que vários idiomas, inclusive o italiano, acusam essa correspondência. Por outro lado, é provável que se trate também de um símbolo materno: o fato de da Vinci representar-se como recém-nascido e, por conseguinte, como lactente aponta para a equivalência entre a cauda e o seio materno, o que torna a cena uma reminiscência do período de amamentação e a ave, conseqüentemente, símbolo da mãe. Da reunião dessas duas identidades tem-se a imagem de uma figura andrógina que retrataria o caráter fálico da mãe. De posse dessa descoberta, Freud se dirige, em seguida, aos dados da infância de Leonardo, da qual se sabe apenas que era filho ilegítimo de um tabelião com uma camponesa, tendo ido viver com o pai somente aos cinco anos de idade. Tais dados iluminam ainda mais a cena ao franquearem a interpretação daquilo que nela está oculto, embora presente: a ausência do pai. Assim, a fantasia revelaria que o pequeno Leonardo teria vivido seus primeiros anos de vida fazendo-se acompanhar da mãe – pobre e abandonada, porém zelosa e terna – e ressentindo-se da ausência paterna. É em resposta a esse sentimento ominoso que teria surgido sua avidez pelo saber, a qual acabou por

dominar sua vida e desafiar sua atividade artística. A análise de sua infância conduz, portanto, aos determinantes da inibição.

Percebe-se que Freud crê poder discernir da fantasia o factual. Com efeito, o autor o admite claramente: “Ao decompor uma fantasia infantil, aspiramos a separar o *conteúdo mnêmico real* dos motivos posteriores que o modificam e o deformam” (SA, X, p. 116, grifos meus). Ora, de outra forma, o labor detetivesco que exige a análise da cena narrada por da Vinci não se justificaria. O exame de algo totalmente pautado pela arbitrariedade é tão desinteressante quanto inútil. É a expectativa de realidade que investe os fragmentos e os detalhes narrativos de todo o seu poder. Esses elementos prometem não apenas que se retenha algo tão evanescente como pode ser o momento da formação da fantasia infantil de Leonardo mas também que se reconstitua, desde o período de sua infância até a velhice, algo aparentemente tão impossível como pode ser o desenvolvimento da sexualidade, decurso que é descrito, enfim, nas últimas páginas do texto (p. 153-156). Para tanto, tais elementos devem ser combinados de modo a resultarem numa *Gestalt* – como a define Gabbi Jr. (1994, p. 210) – em que todos os elementos encontram sua razão de ser e formam, assim, uma narrativa sólida. Freud deposita sobre esse *modus operandi* sua fé na vocação da psicanálise para restaurar da realidade biográfica.

No próximo capítulo, teremos a oportunidade de atestar a importância crescente dessa maneira de proceder na obra do autor, mas, por ora, importa assinalar que este indica, no texto em questão, poder restaurar uma realidade ainda mais recuada no tempo. Inicialmente, ele estabelece uma analogia entre a investigação psicanalítica e a historiografia (*Geschichtsschreibung*) que se fazia numa época primeva (*Urzeit*), quando o devir de um povo era captado por sagas, lendas e interpretações. Tal analogia se presta a realçar que tanto na narrativa de Leonardo quanto nessa história primitiva haveria uma espécie de núcleo duro que resistiria a todo tipo de deformações e acréscimos acumulados ao longo do tempo e que, por isso, franquearia a descoberta da “*realidade do passado* [*Realität der Vergangenheit*]” ou, se quisermos, da “*verdade histórica* [*historische Wahrheit*]” (p. 111, grifos meus). Visto que se trata de uma analogia, e considerando-se que a tarefa do opúsculo se inscreve nos limites biográficos, concluímos que a verdade ou a realidade a que psicanálise almeja se localizaria no âmbito da história de uma vida – ao

passo que a realidade a que visam as histórias primitivas transcenderia essa fronteira. Contudo, conforme a argumentação freudiana avança, começamos a observar que não se trata de uma mera analogia: a investigação psicanalítica também pode aceder à Antiguidade.

Freud aponta para esse horizonte ao se deter sobre a origem da figura andrógina verificada na fantasia relatada. Segundo o autor, é improvável que tal figura corresponda a uma reminiscência, visto que figuras dessa espécie frequentam o imaginário humano há séculos, constando dos panteões egípcio e grego, por exemplo; e nada indica, ademais, que Leonardo tivesse lido algo sobre o assunto. Como, então, se explicaria a presença de uma figura de mesmas feições na fantasia e na mitologia? Freud supõe que psicanálise possa desvendar a questão por meio de uma descoberta relatada alguns anos antes, em *Sobre teorias sexuais infantis (Über infantile Sexualtheorien)*. Nesse artigo, o autor afirma que todo menino, em um determinado momento de seu desenvolvimento sexual, imagina que toda pessoa, inclusive a do sexo feminino, seja dotada de um órgão genital masculino (SA, V, p. 176). Conclui-se, então, que a suposição infantil da existência de um pênis materno seria a “fonte comum” (SA, X, p. 123) da qual derivariam as construções tanto de da Vinci quanto mitológicas, o que significa que o estudo do desenvolvimento sexual infantil poderia explicar ambas as construções. Noutros termos, por alcançar algo que se encontra na constituição de todos os indivíduos, a psicanálise poderia explicar traços não só da fantasia de um homem como também da mitologia de um povo.

Ora, trata-se de uma conclusão extraordinária. Ela se ampara sobre o pressuposto de que a mente seria uma espécie de repositório de experiências arcaicas, conforme a passagem a seguir indica:

[...] dada a indelebilidade que se encontra na natureza de todos os traços psíquicos, não é nada surpreendente que as formas mais primitivas de adoração do genital tenham dado provas de sua existência até pouco tempo atrás e que a linguagem, os costumes e as superstições do homem contemporâneo encerrem a sobrevivência de todas as fases desse processo de desenvolvimento. Analogias biológicas de peso nos munem da descoberta de que *o desenvolvimento psíquico repete o curso do desenvolvimento da humanidade de forma abreviada*, e, por isso, não serão considerados inverossímeis os achados da pesquisa psicanalítica acerca da importância conferida aos genitais pela psique infantil (SA, X, p. 123, grifos meus).

Esse excerto explicita um novo posicionamento frente à questão sobre a natureza do que é transmitido hereditariamente. Freud passa a admitir também a hereditariedade de *conteúdos mentais*, e não somente a transmissão de uma virtual sexualidade, como vinha intuindo desde fins dos anos 1890. É precisamente essa admissão que outorga à psicanálise o poder de elucidar a mitologia. A descoberta das conformações da psique permite àquela acessar uma realidade que está muito além dos limites biográficos e que, nesse sentido, pode-se caracterizar como trans-histórica. Com a assunção da lei da recapitulação, por sua vez, pode-se ir ainda mais longe e estimar que a investigação do desenvolvimento psíquico do indivíduo possa revelar não traços primordiais apenas, mas até mesmo as etapas de desenvolvimento da humanidade. Essas teses concorrem para um posicionamento inaudito na obra freudiana até então, imediatamente detectado por quem a acompanhava de perto – como Jung, que podia testemunhar a vinda a público de assuntos que lhe foram inculcados por Freud e até então tratados somente nas cartas com o mestre.¹⁵

Não obstante, *Leonardo* demonstra comedimento na invocação dos fatores que ultrapassam as raias do biográfico. Embora a passagem acima represente um raro momento em que aquele horizonte primevo pareça se abrir à pesquisa psicanalítica, o texto interdita o recurso apressado ao arcaico tanto quanto veda o recurso irrefletido ao constitucional. Mesmo que a pesquisa psicanalítica possa ter acesso a uma universalidade, nem sempre deve dá-lo por garantido. Noutras palavras, nem toda correspondência entre a fantasia e a mitologia se funda sobre algo de natureza arquetípica.

Tal raciocínio se faz notar particularmente na explicação da identidade detectada na fantasia de da Vinci entre mãe e ave. Freud entende – devido a um erro de tradução cujos detalhes não nos interessam no momento – que a ave referida seja um abutre, animal que, na mitologia egípcia, relaciona-se à deusa Mut. Além de ser frequentemente designada como a mãe de todos os deuses, essa deusa carrega o nome cujo hieróglifo significa “mãe”

¹⁵ É preciso lembrar que, embora seja comum considerar apanágio da obra jungiana as incursões pelo terreno da mitologia e as especulações filogenéticas, foi Freud quem as estimulou inicialmente. Ambos os homens se beneficiaram do diálogo a respeito de tais questões, mas foi o último que tomou a iniciativa de introduzi-las (HOFFER, 1992; MEYERS, 2009). Em 1910, esse diálogo já havia se estabelecido há algum tempo, mas isso não impediu que Jung se impressionasse com *Leonardo*: “‘Leonardo’ é maravilhoso. [...]. Nesse escrito, a passagem ao mitológico surge de uma necessidade interna. Na verdade, trata-se do primeiro escrito seu com cujas diretrizes me sinto *a priori* em sintonia fina” (BFJ, p. 364).

– e cuja sonoridade, aliás, é muito próxima à da palavra “*Mutter*” (“mãe”, em alemão). Ao invés de inferir que tais correspondências apontam para uma representação compartilhada desde os primórdios da humanidade, Freud aventura que da Vinci teria se inteirado da identidade entre mãe e abutre por meio da leitura de alguma fonte num dado momento da vida. Tal identidade, que remontaria ao Egito Antigo, dever-se-ia à suposição da existência de espécimes da ave somente do sexo feminino e cuja fecundação se daria pelo vento. Do contato com essa fábula, ter-se-ia seguido a identificação de da Vinci com ela, no momento em que ele atina com que “ele próprio deveria ser um ‘filho de abutre’ [*Geierkind*], por ter uma mãe, mas não um pai [...]” (p. 116).

De outra parte, a constatação da ausência de determinantes biográficos autoriza o recurso àquilo que lhes subjaz: a constituição. Assim, Freud invoca as conformações próprias da sexualidade infantil somente após considerar implausível a remissão da androginia veiculada pela ave a algum episódio vivenciado por da Vinci. Da mesma forma, o criador da psicanálise assevera que a inclinação do polímata italiano para reprimir as pulsões e sublimá-las, dirigindo-as para atividades artísticas e científicas das quais resultam peças maravilhosas, não pode ser abarcada mediante o recurso a fatores acidentais. Sem dúvida, todos esses traços derivam de fatores constitucionais. Entretanto, toda a argumentação do texto visa a dar provas de que tais traços se fixam pela ação dos eventos fortuitos da vida e, mais especificamente, da infância de da Vinci. Dessa maneira, se é lícito remontar à constituição apenas depois do exame do acaso, é porque só se pode apreendê-la *a partir* desse exame. Ainda que o livro realce o papel das contingências da infância de Leonardo, nem por isso deixa de frisar que, por baixo delas, jaz o decurso inato da natureza. Afinal, conclui Freud, “cada um de nós, seres humanos, corresponde a um dos inumeráveis experimentos em que essas *ragioni* [razões, causas] da natureza impelem a experiência” (p. 159).

Eis a lição metodológica para a qual devemos atentar em *Leonardo*, e que já vimos ser externada e empregada em *Três ensaios*. Com efeito, se retomarmos uma carta a Else Voigtländer que data de 1º de outubro de 1911, percebemos que o próprio Freud salienta o valor dessa lição contida nos dois textos. Ele remete a filósofa precisamente a eles a fim de ilustrar os esclarecimentos prestados a ela a respeito da relação entre acaso e

constituição e o papel de cada um desses fatores na teoria psicanalítica. Ao ser interpelado sobre a suposta ausência dos fatores constitucionais nas considerações psicanalíticas, ele explica que a psicanálise não os relega de modo algum, apenas prescreve diligências para examiná-los, assim como o direito determina uma sequência de instâncias para o andamento de um processo: “Pensamos também que com a apreciação dos fatores do acaso [*Schicksalsmomente*] estamos no caminho certo para o conhecimento da constituição. Esse é o trâmite [*Instanzenzug*] correto” (BELF, p. 300). A observância dessa ordem torna lícito imputar ao domínio intangível do inato aquilo que não foi possível rastrear no campo palpável da experiência. Desse modo, atendo-se a esse campo, frequentemente ignorado pela medicina da alma até então, a psicanálise pode fundamentar sobre os dados do vivido sua investigação e, ao mesmo tempo, perscrutar a constituição. São essas orientações que guiam a argumentação dos dois livros que buscamos destacar, o que nos indica que ela se ergue sobre a diretriz metodológica a qual vimos abordando desde o início do capítulo.

Se, por um lado, a referida carta indica que tal diretriz se firma nesse período da obra freudiana, por outro, é nela que se anuncia a forte tese que vimos ser mencionada no prefácio a *Três ensaios*, a qual começa a ser assumida publicamente nesses anos 1910. Tal tese rezava, dizíamos, que aquilo que consta da constituição deve ter sido um dia experimentado. É essa ideia que fundamenta o rechaço de Freud à suposição da existência de uma antítese entre constituição e acaso. Para o autor, tais fatores seriam indissociáveis de fato, e a relação entre eles deveria ser expressa por meio da fórmula clássica “*daïmon kai tyché* (δαίμων και τύχη)”, que funde as noções gregas *daïmon* (espírito que se apossa do homem e guia suas ações) e *tychè* (acaso, destino, fortuna). Ora, objeta ele, a constituição não se opõe aos fatores do acaso porque ela “nada mais é que a sedimentação das vivências da linhagem ancestral [...]” (BELF, p. 299) – tese que, quase com as mesmas palavras (SA, Erg., p. 159), vem a lume em *Sobre a dinâmica da transferência* (*Zur Dynamik der Übertragung*) finalmente.

Entretanto, Freud preconiza cautela na investigação dessas vivências arcaicas, que então já se tornam objeto de estudo de alguns membros da Sociedade Psicanalítica de Viena. Karl Abraham, Sabina Spielrein e, claro, Jung demonstram vívido interesse pelo tema, o que faz Freud referir-se a eles dentre os psicanalistas responsáveis por ampliar o

escopo da psicanálise nessa direção (GW, VIII, p. 413). Sob o aguilhão desse interesse crescente – que coincide com a publicação do grande ensaio de Jung *Transformações e símbolos da libido* (*Wandlungen und Symbole der Libido*) –, Freud noticia esse novo horizonte da investigação psicanalítica:

E acredito que logo chegará o momento de ampliar uma tese que vem sendo manifestada por nós, psicanalistas, há muito tempo e acrescentar ao conteúdo individual e ontogénico seu complemento antropológico e filogenético. Nós dissemos: “nos sonhos e nas neuroses encontramos a criança e as peculiaridades de seu modo de pensar e de sua vida afetiva”. Iremos, então, complementar: “encontramos também o *selvagem*, o homem *primitivo*, tal como ele se nos revela à luz da arqueologia e da etnologia” (SA, VII, p. 203, grifos do autor).

Não é preciso dizer que aí está a caução da incursão freudiana pelo terreno das chamadas ciências sociais. O paralelo entre a criança, o neurótico, o selvagem e o homem primitivo, penhor da reflexão que Freud avançará em *Totem e Tabu* no ano seguinte, está claramente anunciado. Porém, notemos que a investigação filogenética *deve vir por acréscimo*: ela representa a contrapartida das investigações ontogénicas conduzidas até então.

Conquanto a incursão freudiana à pré-história estivesse ainda por se fazer, importa notar que as bases para esse trabalho já haviam sido lançadas. A diretriz metodológica avançada no *Projeto* ainda vigorava, informando essa nova fase da investigação psicanalítica.

Capítulo 3. A valorização do recurso à filogênese na obra madura de Freud

Aquele que despense alguma atenção à aparição das noções de ontogênese e de filogênese na obra freudiana não pode deixar de notar que elas nesta pululam especialmente a partir de meados da década de 1910. De fato, foi nesse momento de maturidade de sua obra que Freud propriamente se lançou à reconstrução das fases atravessadas pela humanidade num passado remoto e se dedicou ao aprimoramento da demarcação das etapas de constituição do psiquismo no decurso da vida do indivíduo. E tudo isso às claras, à vista dos leitores.

Conquanto esse movimento se ressinta de ideias que vinham sendo gestadas desde os primórdios das reflexões de nosso autor sobre as afecções mentais, conforme buscamos demonstrar nos capítulos anteriores, não se deve, evidentemente, pressupor que não haja nada de novo a respeito do aspecto que nos toca no período em questão da obra freudiana. Muito pelo contrário: nesse período, com efeito, o recurso à filogênese, sobretudo, ganhou um destaque inaudito na economia da teoria psicanalítica. Nas meditações sobre a cultura, nas investigações clínicas ou nas especulações metapsicológicas, tal recurso passou a adquirir grande importância progressivamente. Nesse sentido, *Totem e Tabu* representa um marco: ele significa para as reflexões sobre a filogênese o que *Três ensaios* significa para as reflexões sobre a ontogênese. Foi daquela polêmica obra e a partir de sua publicação que se irradiaram os vários estatutos conferidos ao filogenético.

Certamente, não se deixou de notar a crescente valorização freudiana de tal expediente, mas parece-nos que ela não foi examinada com a atenção que merece. Afiguramos muito mais comum a atitude de reprová-la, seja apontando o caráter pseudocientífico das especulações de Freud ou a incapacidade do autor de considerar a especificidade do

histórico e do social ¹, do que a de investigá-la efetivamente. A nosso ver, aquela atitude frequente faz que se perca de vista, acima de tudo, um importante indicador da procedência epistemológica da psicanálise. A referida valorização permite que enxerguemos o quão tributária das diretrizes darwinianas foi o preceito que guiou as incursões filogenéticas de Freud.

Primeiras reconstruções

As primeiras reconstruções freudianas dos primórdios da humanidade, reunidas nos célebres ensaios de *Totem e Tabu*, publicados entre 1912 e 1913, bem como no rascunho *Visão de conjunto sobre as neuroses de transferência*, enviado a Sándor Ferenczi em 1915, guiaram-se pela diretriz metodológica cuja gênese buscamos traçar no capítulo anterior. Vale dizer, para avançar as ousadas hipóteses filogenéticas que constam desses trabalhos, Freud se orientou pelas investigações ontogenéticas que veio conduzindo desde 1905. Ainda que tenha se servido de algumas ideias oriundas da antropologia e da etnologia, o autor objetivou mostrar o que a psicanálise podia oferecer a elas. Na verdade, mais do que contribuir para essas áreas, ele visou a dar provas de que o método de investigação psicanalítico podia, de certo modo, aceder a algo que era insondável por outros meios: o originário (*Ur*).

Totem e Tabu representa a grande incursão pública do criador da psicanálise a esse domínio recuado. A obra é o imediato “complemento antropológico e filogenético” das descobertas psicanalíticas cuja necessidade, conforme vimos, o autor noticiava no início da década de 10. São elas, pois, que o conduzem a uma hipótese sobre os primórdios da hominização, aventada após o estabelecimento de correspondências (*Übereinstimmungen*) – conforme anuncia o subtítulo da obra – entre a vida mental dos selvagens, dos neuróticos e das crianças. Tal hipótese e suas consequências – a cena de assassinato do pai da “horda primeva” (*Urhorde*), narrada no último ensaio do livro, e a subsequente emergência da religião, da moral e do sentimento social, que teriam promanado da culpa dos homicidas – são por demais conhecidas e foram, além disso, repetidas vezes aludidas por Freud desde

¹ Sobre a suposta incapacidade de se considerar essa especificidade, cf., por exemplo, MEZAN, 1985/2006, p. 376, 481-484, 601-654.

então. Menos notada, parece-nos, foi a maneira como ele chegou a elas – e é para isso que desejamos atentar.

As primeiras linhas do prefácio já assinalam a “*oposição metodológica*” (SA, IX, p. 291, grifos meus) estabelecida entre a abordagem proposta no livro e às de Wilhelm Wundt e da “escola de Zurique” (isto é, de Jung em especial). Diferentemente de Wundt, Freud não se restringiu ao domínio da consciência na investigação dos determinantes psicológicos do totem e do tabu. Ainda que tenha construído suas hipóteses a partir de alguns desenvolvimentos presentes na obra wundtiana, o criador da psicanálise julgou que os “pressupostos e modos de trabalho da psicologia não-analítica” (p. 291) dos quais o fundador da psicologia experimental se serviu não revelaram a raiz do problema, posto que se ataram a categorias psicológicas provisórias, as quais, no fundo, atuam “como biombos que impedem [*abwehrenden*] a compreensão [...]” (p. 385). De outra parte, indo de encontro a Jung e seus adeptos, Freud considerou o estudo dos caminhos ontogenéticos da libido soberano na determinação dos conteúdos filogenéticos. Para o psiquiatra de Zurique, pelo contrário, os primeiros eram sempre efeito dos últimos, razão pela qual estes deviam ser enfocados primeiramente, mediante o estudo de formações culturais arcaicas como a mitologia.² *Totem e Tabu* era a primeira resposta de fôlego do mestre vienense às concepções nutridas pelo pupilo suíço, e externava um dos pontos do desacordo entre os dois autores, o qual vinha se desenhando desde o final dos anos 1900.³ Em síntese, o objetivo era iluminar alguns aspectos da psicologia dos povos (*Völkerpsychologie*) mediante os inauditos achados acerca do inconsciente, mas não à maneira de Jung.

Assim, a ontogênese é que deveria ser a via régia de acesso à filogênese também nessa nova empreitada. Com efeito, tal orientação metodológica é sinalizada ainda no

² Em carta de 30 de novembro de 1909, Jung deixou claro esse ponto de vista a Freud ao confessar crer que a psique só podia ser compreendida em sua totalidade por meio do recurso à história, “assim como a anatomia e a ontogênese só podem ser compreendidas *a partir [auf Grund]* da filogênese e da anatomia comparada” (BFJ, p. 296, grifos meus).

³ Numa reunião da Sociedade Psicanalítica de Viena em 8 de novembro de 1911, Freud já havia externado sua insatisfação relativamente ao recurso de Spielrein e de Jung ao filogenético ao defender que a explicação das semelhanças entre a vida anímica dos neuróticos e dos selvagens deveria buscada antes na regressão do que na transmissão filogenética de conteúdos: “O que permanecer inexplicável após essa análise do fenômeno psíquico da regressão pode então ser considerado uma recordação filogenética” (FREUD apud NUNBERG; FEDERN, 1979, p. 209). No ano seguinte, Freud leu o manuscrito de *Transformações e símbolos da libido*, o que deixou o autor ainda mais descontente com a abordagem jungiana da questão e o impeliu à redação de *Totem e Tabu* (JONES, 1953-1957/1980, v. 2, p. 393).

prefácio: tratava-se de “*inferir [erraten]* o sentido originário do totemismo *a partir dos seus vestígios deixados na infância*, dos seus indícios que *ressurgem no desenvolvimento* de nossos próprios filhos” (SA, IX, p. 292, grifos meus). Noutros termos, tratava-se de aceder ao originário por meio do atual, outorgando o privilégio epistêmico ao domínio ontogenético, que se oferecia mais imediatamente não apenas ao psicanalista como também a todo aquele que se dispunha a deter-se sobre o desenvolvimento infantil. Cabe retomar o modo como tal empreitada se desenvolveu, porquanto a referida orientação parece determinar a própria ordem de sucessão dos ensaios, fato sem dúvida pouco evidente.

O primeiro ensaio visa a chamar a atenção para as raízes infantis e neuróticas do horror ao incesto – sentimento que os etnólogos admitiam como sendo universal entre os selvagens e que fundamentava a exogamia totêmica, isto é, a proibição de relações sexuais entre membros de um mesmo clã. O texto assinala a intensidade desse horror entre os aborígenes e a quantidade de injunções destinadas a evitar a conduta incestuosa. Especialmente nas tribos da Oceania, as mais selvagens de que então se tinha notícia, a interdição do comércio sexual entre os indivíduos era demasiadamente ampla, suplantando em muito os critérios de consanguinidade, e as punições para a transgressão eram extremamente severas. Dessa constatação, Freud infere que o motivo dessas precauções excessivas advinha da especial suscetibilidade de tais indivíduos ao incesto (p. 302-303). Ora, a psicanálise podia lançar luz sobre esse fenômeno, uma vez que revelou serem apanágio da criança em fase de escolha objetal os desejos intensamente incestuosos para com os membros parentais e fraternos do sexo oposto. Na verdade, tais desejos se mantinham nos neuróticos, que assistiam à fixação de sua libido em uma determinada etapa do desenvolvimento ou a esta regrediam. De todo modo, os ensinamentos oriundos da investigação psicanalítica a respeito da escolha objetal eram capazes de iluminar a psicologia dos selvagens – e, concedendo-se que estes se encontram mais próximos de um estado originário do que o homem aculturado moderno, também a psicologia do homem pré-histórico.

O segundo ensaio busca mostrar que o tabu oculta uma ambivalência de origem inconsciente a qual a psicanálise logrou elucidar ao investigar a neurose obsessiva especialmente. Freud defende que as proibições arbitrárias e de natureza variada impostas

mediante o tabu podiam ser compreendidas se cotejadas com os sintomas obsessivos. O autor evidencia uma série de analogias – por ele longamente exploradas, ao nível tanto de seus mecanismos quanto de suas consequências para a socialização – entre o tabu e a referida neurose. Elas apontavam para a natureza ambivalente e inconsciente de ambos, isto é, para o desejo de realizar a transgressão e, ao mesmo tempo, a aversão a ela, fato com o qual os autores que se detiveram sobre o assunto – antropólogos ou psicólogos como Wundt – não atinaram. No artigo *A disposição à neurose obsessiva (uma contribuição ao problema da escolha da neurose)* [*Die Disposition zur Zwangsneurose {Ein Beitrag zum Problem der Neurosenwahl}*], publicado no mesmo ano de 1913, Freud declarou que uma ambivalência assentada sobre o mecanismo da formação reativa contra tendências anal-eróticas e sádicas jazia por detrás de atos obsessivos como a compulsão por lavar-se e a tomada de medidas protetoras extremas contra certos males que poderiam ocorrer (SA, VII, p.112). Em *Totem e Tabu*, por sua vez, o autor dá um passo além ao conceber que tais atos e os tabus eram “da mesma natureza” (SA, IX, p. 323, grifos meus), e que estes nada mais eram que “o fenômeno psicológico coletivo correspondente [*der entsprechenden völkerpsychologischen Erscheinung*]” (p. 318). Assim, por analogia, se a psicanálise instruí a buscar as raízes daqueles atos na tenra infância do indivíduo, então as raízes do tabu deveriam se fincar num tempo primevo (*uralt*), no qual as proibições teriam sido violentamente inculcadas por uma geração de homens primitivos (p. 321-323). Da mesma forma, se as proibições edípicas estavam na raiz dos desejos infantis e das neuroses, conforme o ensaio anterior indica, então elas também deviam estar na do totem, ainda mais se levando em conta que as interdições mais antigas e intensas vinculadas ao tabu eram precisamente não matar o animal totêmico e não ter relações sexuais com membros do sexo oposto do clã (p. 323-324). Todavia, ainda que Freud acene para algumas das características desse período originário, este é delineado apenas no quarto ensaio. O que o autor parece desejar que se retenha desse segundo ensaio é a correspondência que, sob o denominador comum da ambivalência – de natureza mormente anal-erótica e sádica, como nos ensinou o artigo sobre a disposição à neurose obsessiva –, estabelece-se entre o tabu e as compulsões.

O terceiro ensaio se serve novamente das descobertas psicanalíticas acerca do desenvolvimento libidinal da criança e do neurótico, mas, desta vez, para compreender o animismo dos selvagens. Freud parte da constatação de que o animismo é uma *Weltanschauung* (visão de mundo) caracterizada pela sobrevalorização do pensamento e dos desejos, a qual implica que as coisas sejam relegadas em proveito das representações delas (p. 373). Trata-se do que o autor – tomando de empréstimo uma expressão cunhada por um de seus pacientes (o “Homem dos Ratos”) – denomina “onipotência de pensamentos” (“*Allmacht der Gedanken*”). Esse traço era particularmente visível em determinados sintomas neuróticos, mas também podia ser observado em certas brincadeiras infantis. Freud sugere que tanto o sintoma e a brincadeira quanto a *Weltanschauung* animista se originam de um estágio libidinal: o narcisismo.⁴ Por conseguinte, o fenômeno em causa, isto é, o animismo dos selvagens, nada mais seria que “um *testemunho* do narcisismo [*ein Zeugnis für dem Narzißmus*]” (p. 378, grifo meu). Com efeito, o autor vai ainda mais longe, e estabelece uma correspondência entre os demais estágios libidinais e as etapas pelas quais a humanidade passou ao longo de sua evolução. Dessa maneira, a etapa animista corresponderia à narcisista, a religiosa, à da escolha objetal – em que se assiste ao apego aos pais –, e a científica, à da maturidade – em que o indivíduo escolhe a realidade em proveito do princípio do prazer e busca o objeto na realidade exterior (p. 378). Além de aplicar à tese de Comte e quejandos a perspectiva onto-filogenética⁵, o fundador da psicanálise indica a causalidade do desenvolvimento libidinal sobre as sucessivas concepções de mundo nutridas ao longo da história da humanidade. Não obstante, como no ensaio precedente, trata-se apenas de um vislumbre de algo que será abordado apenas no ensaio subsequente: o intuito parece ser a remissão da visão animista ao narcisismo.

⁴ Ainda que estivesse por receber sua conceituação fundamental – que se daria em *Sobre a introdução do narcisismo* (*Zur Einführung des Narzissmus*), publicado em 1914 –, a noção de narcisismo já possuía importante papel na teoria da libido freudiana. Ela respondia pelo estágio no qual, pela primeira vez, o indivíduo reuniria suas pulsões – até então dispersas e a serviço de atividades autoeróticas – em torno de um objeto amoroso: o próprio indivíduo e seu corpo (SA, VII, p. 184). Tal estágio se situaria, pois, entre a etapa autoerótica e a da escolha objetal. Segundo Jones (1953-1957/1980, v. 2, p. 304), Freud vinha anunciando a ideia ao menos desde o final de 1909, quando a veiculou numa reunião da Sociedade Psicanalítica de Viena.

⁵ É preciso lembrar que tal perspectiva, de acordo com Canguilhem *et al* (1962/2003, p. 51), encontra-se ausente no pensamento de Comte, uma vez que a este faltava o conceito de descendência. Assim, deve-se “evitar o contrassenso que consiste em buscar em Comte algum vago pressentimento de uma relação entre filogênese e ontogênese” (p. 51).

Notemos que, até então, a sucessão da temática dos ensaios aparenta obedecer à ordem inversa do desenvolvimento libidinal do indivíduo. Primeiramente, é estabelecida uma correspondência entre o horror do incesto e a escolha objetal; em seguida, entre a ambivalência e o erotismo e o sadismo anais; por fim, entre o animismo e o narcisismo. É como se o autor fosse penetrando em níveis mais profundos da ontogênese da libido ou, como nota Gabbi Jr. (1994, p. 176), em sistemas progressivamente mais primitivos de memória, à moda de um arqueólogo. Em cada estrato ontogenético, Freud encontra os rastros dos fenômenos arcaicos em questão. Contudo, já podemos antever que, se o objetivo final é elucidar o sentido originário do totemismo, conforme se anuncia no prefácio, a causalidade psíquica não será suficiente. Noutros termos, a tese de que aqueles fenômenos derivam de uma necessidade interna sustenta-se apenas até certo ponto. A fim de impedir que toda a argumentação pairasse no ar, como se apoiasse nos ombros de São Cristóvão, será preciso encontrar algo que fundamente essa necessidade psicológica. Sem uma referência última e externa, é possível apenas vislumbrar apenas fragmentos do originário, os quais são veiculados por Freud ao longo dos ensaios. A direção regressiva da investigação parece se pautar pela busca dessa referência.

Somente o encaminhamento do problema da origem do sistema totêmico, tratado no quarto ensaio, poderia indicar tal referência. De certas considerações do antropólogo escocês J. G. Frazer, Freud extrai ao menos três informações capitais acerca desse sistema: que os membros do clã totêmico crêem descender do totem, que este geralmente é um animal e que não matá-lo e não comê-lo (ações que, na mente selvagem, seriam equivalentes) são os tabus mais fundamentais. Frazer admite a ignorância sobre a origem do totemismo, mas advoga ser bastante provável que o membro do clã e seu totem tenham sido inseparáveis originalmente, isto é, que tenha havido um período no qual o indivíduo pensava ser da mesma espécie que a do totem e se comportava diante deste e de outro membro do clã de maneira indistinta (SA, IX, p. 391). Conforme nota Gabbi Jr. (1994, p. 176), tais informações remetem a reflexão freudiana a um nível ainda mais primitivo da organização libidinal, o qual será formalizado na teoria psicanalítica apenas dois anos mais tarde – a fase oral. Nesse nível, Freud busca o fundamento de um fenômeno cuja compreensão é determinante para o entendimento da relação que o selvagem

estabelece com o totem: a identificação.⁶ Ao julgar que tal relação e aquela que a criança estabelece com o animal fóbico são da mesma natureza, o autor se encaminha para a solução psicológica do enigma acerca da natureza do totemismo. Visto que a análise dos casos de zoofobia infantil masculina invariavelmente apontava para a existência de uma identidade entre o animal fóbico e a figura paterna, seguia-se que o animal totêmico era o substituto do pai; e, se isso era verdade, então as duas proibições do totemismo – não matar o animal totêmico e, no caso dos homens, não ter relações com as mulheres do clã – coincidem com as proibições do complexo de Édipo, verdadeiro núcleo das neuroses. A partir dessas concordâncias, Freud conclui que “o sistema totêmico *resultou* das condições do complexo de Édipo [...]” (p. 417, grifos meus). Em outras palavras, assim como as fobias infantis, tal sistema se originava do complexo de Édipo.

Não obstante, essa solução psicológica não dá conta do problema, conforme indicamos. Era preciso ainda buscar a origem da própria estrutura edípica. Freud então anuncia que um encaminhamento adequado devia ser, “ao mesmo tempo, *histórico* [*historisch*] e *psicológico*” (p. 394, grifos meus). Ora, apenas uma solução conjectural poderia tentar traçar essa origem. Bem reconhece o autor que “a elucidação do estado originário é, afinal, *sempre uma questão de construção*” (p. 389, grifos meus). Dessa forma, aliando uma hipótese de Darwin (1871, v. 2, p. 362-363) – o qual havia inferido a partir da observação dos hábitos dos macacos superiores que o homem primitivo teria vivido em pequenos grupos liderados por um macho detentor do monopólio sobre as fêmeas –, explorada por J. J. Atkinson, a outra de W. Robertson Smith – a de que refeição totêmica, caracterizada pela celebração do sacrifício do animal totêmico pelo clã, teria integrado o sistema totêmico em seu início –, nosso autor aventava que tais proibições teriam sido consequência do efeito gerado por um ato: o assassinato do pai da “horda” pelos irmãos subjugados. Com efeito, estes teriam não apenas matado o pai como também o

⁶ A formalização da fase oral ocorre numa passagem da sexta seção (acrescentada em 1915) do segundo capítulo de *Três ensaios*, na qual podemos testemunhar uma clara articulação com o conceito de identificação e, considerando-se o emprego do curioso termo “canibalesca [*kannibalische*]”, talvez também ecos das incursões antropológicas freudianas: “Uma primeira organização sexual pré-genital é a *oral* ou, se preferirmos, *canibalesca*. A atividade sexual ainda não se separou da ingestão de alimentos [...]. O objeto de uma é também o da outra, e a meta sexual consiste na *incorporação* do objeto – modelo daquilo que, mais tarde, já na qualidade de *identificação*, desempenhará papel tão importante no psiquismo” (SA, V, p. 103, grifos do autor).

tornado objeto da refeição totêmica. Todavia, algum tempo depois, premidos pelo sentimento de culpa, revertido *a posteriori* em obediência (“*nachträglichen Gehorsams*”), proibiram a morte do totem, substituto do pai, e renunciaram às mulheres do clã (SA, IX, p. 427). O complexo de Édipo e o totemismo – bem como as organizações sociais, as restrições morais e a religião, que assistiram ao seu começo a partir do festim totêmico (p. 436) – seriam, então, efeito daquele evento fundamental. Com esse arrimo histórico, a explicação se completa: ao nível da infraestrutura (histórico), tem-se o ato homicida; ao nível da superestrutura (psicológico), as universais proibições edípicas.

É apenas então que se impõe o expediente à dimensão filogenética. Ele é necessário à explicação da permanência da efetividade do complexo de Édipo e do sentimento de culpa através das inúmeras gerações subsequentes. O desconforto de Freud em recorrer à filogênese, porém, é evidente. O autor confessa pairarem “sérias dúvidas” (p. 440) sobre esse ponto. A hesitação repousa sobre a forma como se daria a transmissão daqueles operadores. Dois tipos de explicação são ventilados em momentos diferentes do texto. A alusão à hereditariedade das proibições relativas ao tabu no segundo ensaio suscita a hipótese: “Se existem ‘ideias inatas’ [*angeborene Ideen*], e se elas atuam sozinhas ou aliadas à educação para produzir a fixação do tabu nesse caso, quem poderia dizer?” (p. 323). Vimos que é uma assunção dessa espécie que guia certas as reflexões em *Leonardo*. Por outro lado, no final do quarto ensaio, uma explicação bastante diferente é aventurada: “A psicanálise nos ensinou que, de fato, cada homem possui em sua atividade anímica inconsciente um aparelho que lhe permite interpretar as reações de outros homens, isto é, a desfazer as deformações que o outro imprimiu na expressão de seus sentimentos” (p. 441). Nesse caso, a transmissão se faria à moda de uma decodificação, uma comunicação entre inconscientes. Seja como for, o recurso à filogênese parece a Freud inarredável. Somente ela permite explicar transcendência do assassinato primordial e, por conseguinte, conforme Mezan (1985/2006, p. 381) nos lembra, o liame fundamental entre a vida individual e vida social.

Conquanto muito mais evidentemente, essa mesma maneira de remontar aos primórdios da hominização a partir das etapas da ontogênese foi empregada em *Visão de conjunto sobre as neuroses de transferência*. Conforme observa Grubrich-Simitis (1987, p.

86), a estrutura do texto denota duas partes muito bem demarcadas, a primeira das quais operando a análise estritamente ao nível ontogenético, e a segunda, ao nível filogenético. A primeira parte dedica-se a analisar os fatores metapsicológicos intervenientes – tais como a repressão, a regressão e a disposição – nas chamadas neuroses de transferência – isto é, na histeria de angústia, na histeria de conversão e na neurose obsessiva. A transição para a segunda parte ocorre no momento em que Freud medita sobre a questão das disposições herdadas – o último fator analisado na primeira parte –, encaradas como “resíduos de aquisições de nossos ancestrais” (OTN, p. 10), ou seja, de aquisições fixadas filogeneticamente no patrimônio da espécie humana. Se a ontogênese recapitula a filogênese, então a ordem de aquisição das disposições à neurose deve se reproduzir no decurso do desenvolvimento do indivíduo. Destarte, “é lícito admitir que as neuroses também testemunham a evolução da psique do ser humano [*der seelischen Entwicklungsgeschichte des Menschen*]” (p. 11, tradução modificada). A fim de que se obtenha um quadro completo dessa evolução, é preciso, porém, que se considerem igualmente as demais neuroses, isto é, a demência precoce, a paranoia e a melancolia-mania, denominadas neuroses narcísicas. Visto ser possível – conforme Freud já havia indicado no artigo sobre a disposição à neurose obsessiva (SA, VII, p. 110) – determinar uma ordem de sucessão em que essas neuroses aparecem na vida do indivíduo – 1º) histeria de angústia, 2º) histeria de conversão, 3º) neurose obsessiva, 4º) demência precoce, 5º) paranoia e 6º) melancolia-mania (OTN, p. 12) –, então também seria possível encarar essa ordem como um decurso filogenético. Estimar o que teria ocorrido nesse período remoto é a tarefa da segunda parte. Assim, já se pode ver que, como em *Totem e Tabu*, Freud se serve do espelhamento entre a ontogênese e a filogênese (YOUNG, 2006, p. 177) para efetuar sua reconstrução histórica.

Não obstante, à diferença do livro de 1913, dois decursos ontogenéticos distintos – o da libido e o do eu – são considerados no rascunho de 1915, o que determina uma reconstrução mais detalhada desse período originário da humanidade. Essa distinção já havia sido anunciada e justificada no artigo *Formulações sobre os dois princípios do acontecimento psíquico* (*Formulierungen über die zwei Prinzipien des psychischen Geschehens*). A necessidade de efetuar-se devia ao fato de o investimento libidinal

permanecer afastado da realidade por um longo período do desenvolvimento, desde os primórdios do autoerotismo até a fase de latência – e por mais tempo ainda, em certas neuroses –, fato que não se verificaria no caso do eu, o qual se voltaria para a realidade e para o objeto desde muito cedo (SA, III, p. 21-23; OTN, p. 11). Além disso, o desenvolvimento libidinal se iniciaria numa etapa anterior à do desenvolvimento egoico. Daí a suposição da antecedência filogenética das neuroses de transferência relativamente às neuroses narcísicas, muito embora a eclosão destas determine a regressão do indivíduo a um período mais arcaico do que aquele ao qual ele regride quando acometido pelas primeiras. O que devia guiar a especulação filogenética era a ordem de *eclosão* destas neuroses na vida do indivíduo. A descoberta de uma sucessão cronológica mais completa permitia que mais elementos fossem mobilizados nessa especulação e que contornos mais bem delineados fossem conferidos a esta.

Munido desses pressupostos, Freud procede a seu remonte elaborado e fantástico – conforme ele próprio reconhece (p. 11) –, dividido em seis grandes períodos, os quais, por sua vez, gravitariam em torno de dois grandes acontecimentos: a era glacial e a opressão do pai da horda. O primeiro período marcaria o fim da bonança paradisíaca e o início das privações impostas pela era glacial. Suscetíveis às ameaças de um ambiente extremamente inóspito, os indivíduos teriam retido parte da libido no eu ao invés de investi-la por completo no objeto, o que os teria levado a um estado de angústia tão intenso quanto o que é verificado nas fobias infantis. No segundo período, o recrudescimento das privações ambientais teria instaurado um conflito – especialmente nas fêmeas, mais cientes das consequências do ato sexual – entre a autopreservação e o desejo de procriar. A conversão observada nas histéricas seria expressão atual desse conflito primevo. No terceiro período, tendo-se habituado à degradação de sua atividade sexual, os indivíduos – machos, sobretudo – teriam desenvolvido a inteligência e invenções com vistas a compreender e dominar aquele mundo hostil, ao mesmo tempo estando sob o jugo do todo-poderoso pai da horda. As compulsões e formações reativas assistidas no obsessivo seriam expressão da sobrevalorização do pensamento e da subordinação às leis invioláveis do patriarca vividas nessa época remota. No quarto período, ao invés de expulsar os púberes – segundo rezava uma hipótese avançada em *Totem e Tabu* –, o pai primevo os teria castrado

e os transformado em operários. A demência precoce seria a legatária desse momento cruel, na medida em que os indivíduos acometidos por ela vêm sua libido extinta e chegam até a castrar a si próprios. No quinto período, os filhos teriam logrado fugir do domínio do patriarca, desenvolver laços sociais e lutar pela vida sem ele. A paranoia parece reeditar esse estado, visto que nele se teme um perseguidor (como os filhos ao pai da horda) e se busca expurgar a homossexualidade (a base dos laços sociais criados entre os filhos). O sexto período, por fim, teria dado lugar ao parricídio. O misto de alegria triunfal e luto culposo sentido pelos filhos, proveniente da identificação com o pai, teria determinado a disposição ao humor melancólico-maníaco.

Se, como vemos, Freud se permitiu seguir a especulação filogenética até onde sua imaginação pôde levá-lo, foi porque cria piamente que o inconsciente era um repositório de experiências franqueáveis à investigação psicanalítica. Nosso exame efetuado nos capítulos anteriores revela que essa crença acompanhou as concepções do autor desde muito cedo, mas ela emerge com o estatuto de um pressuposto fundamental na obra freudiana apenas no período em questão, em plena formalização da metapsicologia. A célebre passagem do artigo metapsicológico de 1915 *O inconsciente (Das Unbewusste)* enuncia esse pressuposto: “O conteúdo do *Ics.* pode ser comparado a uma população psíquica primeva [*einer psychischen Urbevölkerung*]. Se existem certas formações psíquicas herdadas no homem, algo análogo ao instinto [*instinkt*] nos animais, elas constituem o núcleo do *Ics.*” (SA, III, p. 154). Todavia, é no texto *Ponderações atuais sobre a guerra e a morte (Zeitgemäβes über Krieg und Tod)* que Freud desenvolve melhor o pressuposto em questão:

Os desenvolvimentos anímicos possuem uma peculiaridade que não se encontra em nenhum outro processo de desenvolvimento. Quando uma aldeia cresce até virar cidade, uma criança cresce até virar homem, a aldeia ou a criança desaparecem na cidade ou no homem. [...]. Algo diferente se passa com o desenvolvimento anímico. Não se pode descrever este incomparável estado de coisas a não ser afirmando que, nesse caso, todo estágio anterior de desenvolvimento se mantém ao lado do posterior, que daquele provém; a sucessão envolve uma *coexistência*, ainda que os materiais nos quais ocorre toda a série de transformações sejam os mesmos. O estado anímico anterior pode não ter-se manifestado durante anos, mas subsiste: tanto é que um dia pode voltar a ser expressão das forças da alma [...] os estados primitivos sempre podem ser restabelecidos; o anímico primitivo é, no sentido mais pleno, *imperecível* (SA, IX, p. 45, grifos meus).

Ora, se o inconsciente possuía a propriedade incomum de reter integralmente suas transformações e de vê-las reativadas sob condições propícias – propriedade que testemunhava a “extraordinária plasticidade dos desenvolvimentos anímicos” (p. 45) –, então era lícito supor que a psicanálise, pioneira na exploração desse território psíquico especialmente pregnante, podia aceder a elas.

Notemos que esse pressuposto ontológico marcaria uma diferença capital entre as especulações filogenéticas da morfologia e as da psicanálise. Ao passo que a primeira poderia obter do desenvolvimento e da evolução de características físicas, quando muito, apenas sinais de um decurso evanescente, a última possuiria condições de restituir os estágios mais recônditos da evolução anímica em toda a sua visibilidade. Conforme Gould (1977, p. 157) nos lembra, um argumento essencial para a teoria freudiana das neuroses repousa sobre essa perenidade dos estados anímicos, cuja metáfora gráfica mais bem acabada seria elaborada alguns anos mais tarde, em *O mal-estar na cultura (Das Unbehagen in der Kultur)*, com a alegoria da Cidade Eterna. Freud então visa a ilustrar a indelebilidade dos desenvolvimentos anímicos mediante a imagem de uma Roma composta de todas as construções que nela já se fizeram, desde os tempos da *Roma Quadrata* até a dos dias atuais, como se todas elas pudessem se justapor no espaço (SA, IX, p. 201-204). A psicanálise reconheceria seu trunfo especulativo nesse caráter peculiar dos traços psíquicos. Ela teria talvez o privilégio do acesso a uma integralidade inaudita à morfologia, obrigada a vasculhar nas ruínas das transformações da matéria os caminhos da evolução.

Não obstante, todo o trabalho de exploração desse território indelével ainda estava por se fazer em 1915. De fato, tratava-se ainda de uma *terra incognita*. Se, por um lado, a especulação filogenética havia definitivamente adquirido foros de cidadania nos escritos freudianos a partir dessas primeiras reconstruções que haviam logrado divisar o originário, o estatuto desse domínio recuado, por outro lado, carecia de precisão. Freud bem reconhecia, afinal, não estar “no fim, mas, sim, no início de uma compreensão desse fator filogenético” (OTN, p. 20).

Os diferentes estatutos do filogenético e a natureza do psiquismo

Em *Conferências de introdução à psicanálise (Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse, doravante Conferências)* e *Da história de uma neurose infantil (Aus der Geschichte einer infantilen Neurose, doravante caso “Homem dos Lobos”)*, bem como nos textos metapsicológicos dos anos 1920, o horizonte filogenético se abre em toda sua multiplicidade. Dele Freud então se põe a abordar as diferentes facetas, que passam a ocupar uma posição central não somente nas reflexões sobre a cultura como também nas teorizações clínicas do autor a partir desse período. Contrariamente ao que talvez se possa inferir do celebrado estudo de Laplanche e Pontalis (1964/1988) e dos comentários dele derivados, o filogenético na teoria freudiana não se liga apenas à noção de fantasia originária (*Urphantasie*). Da mesma forma, ele não se vincula somente às meditações freudianas sobre a *Kultur*. De fato, ele assiste, conforme nota Sipos (1994), a uma diversidade de estatutos.

Nas *Conferências*, a questão é abordada sob alguns aspectos, dentre eles o da natureza da forma expressiva e do conteúdo dos sonhos. Freud supõe que a regressão verificada no ato de sonhar reanimaria um período arcaico vivido pela espécie humana, e mesmo por espécies que a antecederam. No que diz respeito a seu aspecto formal, os sonhos deveriam sua natureza figurativa à regressão do aparelho psíquico a estágios primordiais do desenvolvimento intelectual do homem, quiçá anteriores ao advento da linguagem do pensamento (*Denksprache*) (SA, I, p. 204) – isto é, anteriores à distinção entre percepções internas e sensoriais, condição que se verificaria no homem primitivo.⁷ Já no que tange ao conteúdo dos sonhos, os símbolos oníricos seriam universais acessados mediante a retrogressão psíquica a estágios que poderiam se encontrar ainda mais recuados no tempo. A água, por exemplo, seria um símbolo universal do nascimento que remeteria à fase aquática não somente pela qual todos nós passamos no início de nosso

⁷ Maiores detalhes sobre essa condição podem ser encontrados numa passagem como esta, de *Totem e Tabu*: “Sob condições que ainda não foram suficientemente estabelecidas, as percepções internas de processos emocionais e de pensamento são projetadas para o exterior, empregadas para formar o mundo exterior, ainda que devessem permanecer no mundo interior. [...]. Somente com a construção de uma *linguagem de pensamento abstrato* [*Ausbildung einer abstrakten Denksprache*], mediante a ligação dos restos sensoriais das representações de palavra [*Wortvortellungen*] aos processos internos, é que estes se tornam aptos à percepção [*wahrnehmungsfähig*] pouco a pouco. Até então, os homens primitivos, mediante a projeção de percepções internas ao exterior, haviam desenvolvido uma imagem do mundo exterior que nós, possuidores de uma percepção consciente [*Bewußtseinwahrnehmung*] reforçada, temos que retraduzir para a psicologia” (SA, IX, p. 354-355, grifos meus).

desenvolvimento como também da qual nós e os demais mamíferos descendemos (p. 169). Essa “verdade evolutiva [*entwicklungsgeschichtliche Wahrheit*]” (p. 169) deixaria suas marcas no patrimônio simbólico da espécie humana. Em suma, tanto a forma quanto o conteúdo oníricos testemunhariam o retorno do aparelho psíquico a uma “pré-história filogenética” (p. 204).

O desenvolvimento da libido, outro aspecto abordado no texto, testemunharia o reavivamento dessa pré-história no decurso da sexualidade do indivíduo. Partindo da distinção existente entre o desenvolvimento libidinal e o do eu, Freud supõe ser o primeiro muito mais antigo filogeneticamente do que o último. De fato, o autor já havia atinado com essa diferença em *Visão de conjunto sobre as neuroses de transferência* ao julgar que o decurso da libido recapitularia as condições do filo dos vertebrados, ao passo que o decurso do eu recapitularia a história da raça humana (OTN, p. 12). Todavia, como vimos, o rascunho de 1915 dedicou-se a remontar apenas ao processo de hominização, deixando de esclarecer a questão da recapitulação libidinal. Nas *Conferências*, tal aspecto é retomado sob a chancela das especulações do “precioso livro de W. Bölsche” (SA, I, p. 347), *A vida amorosa na natureza (Das Liebesleben in der Natur)*. Conforme Sulloway (1979/1992, p. 261-263) mostra, o referido livro, sob forte influxo das ideias de Haeckel, traçara a filogênese da sexualidade relacionando as etapas do desenvolvimento embriológico aos modos de reprodução dos organismos ao longo da evolução. Bölsche concluíra que a forma mais primitiva de sexualidade seria a oral, à qual se seguiria a anal e, por fim, a genital. Para Freud, ainda que não determinasse rigidamente o caminho percorrido pela libido, sempre sujeito às influências dos acontecimentos e da educação, esse decurso filogenético se configuraria como uma virtual direção para a qual as pulsões sexuais tenderiam.

Notemos que, na abordagem desses aspectos, o filogenético não possui o estatuto de evento, ocorrido nos primórdios da humanidade. Trata-se um recurso explicativo que visa a fundamentar a sucessão genética das etapas sexuais e a hierarquia de funções e estruturas do aparelho psíquico, aspectos contemplados respectivamente pelas noções de regressão temporal e regressão formal, enunciadas num acréscimo de 1914 em *A interpretação dos sonhos* (SA, II, p. 524; LAPLANCHE, PONTALIS, 1973, p. 400-402). Nesses casos, tal recurso, por mais que relido à luz dos novos desenvolvimentos então

agregados à teoria psicanalítica, ainda apresenta as ressonâncias jacksonianas e haeckelianas que vimos se manifestarem no pensamento freudiano desde os anos 1890.

É com a então nova noção de fantasia originária, na 23ª conferência, que o filogenético volta a adquirir – como em *Totem e Tabu* – precisamente esse estatuto de acontecimento (*Begebenheit*) ou de vivência pré-histórica (*Erleben der Vorzeit*). Freud engendra essa noção para dar conta do problema da universalidade e da origem dos conteúdos das fantasias. Ainda que não fosse possível decidir, unicamente pelos relatos ouvidos em análise, se as fantasias teriam sido construídas retrospectivamente pelo indivíduo ou se teriam derivado de algo realmente vivenciado, eles acusavam serem elas típicas. O autor não encontra outra explicação para essa constatação a não ser a interveniência da herança filogenética da espécie humana sobre a experiência individual. Ele não deixa de reconhecer a ousadia de sua hipótese (SA, I, p. 361). Entretanto, devemos perceber que a audácia consiste tanto em atribuir à filogênese a proveniência de conteúdos típicos das fantasias quanto em afirmar que a investigação das enfermidades deles decorrentes poderia fornecer um retrato mais fiel dos desenvolvimentos anímicos do homem:

Parece-me bastante provável que tudo o que na análise nos é narrado como fantasia – a sedução infantil, o despertar da excitação sexual pela observação do intercurso sexual parental, a ameaça de castração, ou, melhor, a castração – tenha sido realidade nos tempos primevos da família humana e que o fantasiar infantil simplesmente preencha as lacunas da verdade individual com a verdade pré-histórica. Temos sido repetidamente levados a suspeitar de que a psicologia das neuroses conserve mais relíquias [*Altertümern*] do desenvolvimento humano do que qualquer outra fonte (p. 362).

Aquilo que havíamos inferido do excerto supracitado de *Ponderações atuais sobre a guerra e a morte*, Freud o afirma claramente enfim: mediante o estudo das neuroses, a psicanálise teria o condão de vislumbrar mais completamente o passado comportamental do homem. Por outro lado, o que o autor ora enuncia pela primeira vez são as condições sob as quais esse passado reemergiria e os conteúdos por meio dos quais ele se manifestaria. A sedução, o coito parental e a castração seriam universais fantasmáticos presentes no patrimônio filogenético humano e sempre sujeitos serem reativados.

As condições de reativação desse patrimônio, subsumidas na fórmula enigmática “preencher as lacunas da verdade individual com a verdade pré-histórica”, são

elucidadas, contudo, apenas no ano seguinte (1918), com a publicação do caso “Homem dos Lobos”. No célebre epílogo de sua narrativa, Freud confere a tal patrimônio o estatuto de *esquemas* (*Schemata*), cuja função de acomodar as impressões vitais do indivíduo – e, assim, de mediar a relação deste com a experiência sensível – seria comparável à função do que se denomina “categorias” em filosofia (SA, VIII, p. 229). Embora com essa comparação o autor pareça estar aludindo ao esquematismo kantiano em particular, Monzani (1990a, p. 102-103) nos lembra de que os esquemas filogeneticamente herdados seriam de ordem distinta, visto não operarem como categorias vazias, mas dotadas de conteúdos virtuais atualizados pela experiência, o que situaria a posição de Freud entre a de Kant e a de Hume. De fato, a analogia que parece mais exata ao criador da psicanálise advém não da filosofia, mas da biologia. Ao se debruçar sobre uma questão vizinha, a espécie de saber que nortearia as reações da criança pequena ante a situação traumática, ele aventa: “Em que consistiria isso [esse saber], escapa à representação; teríamos à disposição apenas uma analogia notável com o amplo saber *instintivo* [*instinktiv*] dos animais” (SA, VIII, p. 230, grifo do autor). Como os instintos, os esquemas filogenéticos seriam suscitados a partir da ação de estímulos sensoriais. Daí a imagem de um preenchimento ancestral da vida individual.

Uma compreensão mais apurada da enigmática formulação freudiana requer, todavia, que atentemos para alguns pormenores do caso, e para a peculiar relação inaugural do “Homem dos Lobos” com a castração em particular. Freud assinala o caráter atípico do veículo da ameaça de castração nesse paciente, suscitada não pela figura paterna, mas por figuras femininas: por *Nanja* (a babá), que frustrou o então pequeno garoto ao se pôr séria frente à tentativa dele de seduzi-la mediante o ato de brincar com seu próprio pênis e ao dizer que esse ato poderia resultar em uma ferida na região peniana (p. 143-144); e por Grusha (a ama), que o repreendeu porque, excitado sexualmente e também tentando seduzi-la, ele urinou no chão ao vê-la de gatinhas, com as nádegas proeminentes, limpando o piso (p. 205-206). Ainda assim, quem acabou por tomar o lugar de castrador foi o pai, em torno de cuja figura gravitaram os avatares da neurose do garoto (a fobia do lobo, o temor dos tutores, a neurose obsessiva de conteúdo religioso). A única explicação para o fato

extraordinário seria a reemergência do patrimônio fantasmático ancestral. A filogênese deveria advir lá onde vacilava a vivência individual:

Aqui o menino tem de cumprir um esquema filogenético, e o efetiva, embora suas vivências pessoais não combinem com isso. As ameaças ou as indicações da castração experimentadas por ele partiram de mulheres, mas esse fato não poderia adiar por muito tempo o resultado derradeiro. No final das contas – e apesar de tudo –, era do pai que ele [o menino] temia vir a castração. *Nesse ponto, a herança venceu a vivência acidental*; na pré-história da humanidade, é certo que era o pai quem praticava a castração como castigo, abrandado sob a forma da circuncisão posteriormente (p. 200-201, grifos meus).

De fato, conforme nota Sipos (1994, p. 76), há que se distinguir essa acepção do filogenético, que designa o legado deixado pelo pai castrador, de outra, que se refere à regressão libidinal do “Homem dos Lobos”. Freud estima que a ameaça de castração suscitada por *Nanja* tenha provocado a regressão do paciente à fase anal, na qual este teria se fixado por um longo período (SA, VIII, p. 219). Conforme as *Conferências* já haviam frisado, tratar-se-ia de uma forma filogeneticamente mais arcaica de satisfação sexual, a qual, ademais, o paciente teria presenciado ainda na tenra infância: ele teria observado o coito entre os pais certa feita, realizado à maneira dos animais (*more ferarum*), isto é, por trás (*a tergo*). Por um lado, todas essas vivências – às quais se somaria a da cena com Grusha – teriam fomentado o encontro do paciente com a castração e, assim, propiciado o estabelecimento de uma relação totêmica com o pai, materializada nos avatares da neurose mencionados acima e tal qual foi descrita em *Totem e Tabu*; por outro, tais vivências teriam determinado o retorno a uma organização pré-genital arcaica, embora ainda presente no reino animal. Vemos o quão distintos são os recursos à filogênese na história clínica em questão: num caso, ele se presta a designar algo característico do humano; noutra, algo que remonta à origem animal do homem.

Ao mesmo tempo, essa história apresenta, ainda de acordo com as indicações de Sipos (1994), um terceiro estatuto do recurso ao filogenético. Se a tomarmos num nível metatextual – isto é, atentando para aspectos referentes à forma como a própria narrativa do caso é construída –, podemos notar que as lacunas de que fala Freud não pertencem somente à vida individual: são lacunas encontradas pelo próprio método psicanalítico no decurso da argumentação. As informações recenseadas acerca da vida do paciente não se mostram suficientes para explicar o “resultado derradeiro” (o temor da castração paterna),

motivo pelo qual se acode à filogênese. Esta se presta, conforme observa Sipos (1994, p. 174), a “introduzir um elemento esquemático para que o processo interpretativo prossiga [...]”. Com efeito, esse processo se subordina ao processo de construção da história clínica do paciente, na medida em que a elucidação desta depende da convocação de elementos que não estão presentes no material que se oferece à interpretação. Assim, o recurso à filogênese, nesse caso, relaciona-se ao “registro interpretativo-constutivo” (SIPOS, 1994, p. 175) em que a psicanálise opera.

Lembremos de que a cena da qual depende a elucidação de todo o caso – a fantasia fundamental do “Homem dos Lobos”, subsumida na chamada cena originária (*Urszene*), isto é, a do coito parental – só foi obtida mediante uma reconstrução. Ela não foi lembrada pelo paciente. Com efeito, segundo Freud, cenas capitais como essa, “via de regra, não são reproduzidas como recordações, mas devem, gradual e laboriosamente, ser *inferidas [erraten] – construídas* – a partir de um conjunto de indicações” (SA, VIII, p. 169, grifos meus). Daí o grande esforço empregado – no quarto capítulo especialmente – na realização dessa reconstrução, feita passo a passo e detalhadamente.

Nesse procedimento, o filogenético torna-se sustentáculo último. Sabemos que, na verdade, Freud oscila em relação ao estatuto da cena originária, ora insistindo que o “Homem dos Lobos” teria presenciado uma cena de fato – uma cópula (entre os pais ou entre animais), reavivada pela cena com Grusha – ora minimizando a importância e admitindo a impossibilidade de se decidir sobre essa questão. Em ambos os casos, porém, o que se torna patente, como frisa Laplanche (2006), é a discordância freudiana relativamente à solução jungiana do fantasiar retrospectivo (*das ‘Zurückphantasieren’*). Ora, se o material necessário à produção das fantasias deveria ser retirado de algum lugar, e se à criança, sobretudo à de pouca idade (o paciente teria um ano meio quando da ocorrência da cena), seria vedada a obtenção desse material pelos caminhos que se encontram à disposição do adulto (como a leitura), então ao menos algo da cena originária haveria de ter fundamento na realidade (SA, VIII, p. 172-173). Uma das evidências desse fato seria “a sensação duradoura de realidade [*das nachhaltige Wirklichkeitsgefühl*]” (p. 153) deixada no espírito do paciente após o sonho de angústia, a qual apontaria para a existência de um acontecimento real (*wirkliche Begebenheit*) por detrás das desfigurações ocasionadas pelo trabalho onírico.

Mesmo que o então infante não tivesse testemunhado a cena efetivamente, certamente circunstâncias propícias foram criadas para que a herança filogenética (*phylogenetische Erbschaft*) emergisse. O testemunho de algo real ocorreu – se não no âmbito da vida do indivíduo, então no da espécie.

Reparemos que o recurso ao filogenético permitia ao criador da psicanálise dar encaminhamento a uma questão que o apossava desde a época do abandono da versão primeira da teoria da sedução. É importante assinalar que tal abandono não determinara a renúncia da busca do núcleo de verdade escondido nas cenas trazidas pelos pacientes. A esse respeito, cabe lembrar um episódio significativo narrado a Fliess à época. Mesmo alguns dias após atinar com a necessidade de proceder àquele abandono, Freud, então no início de sua auto-análise, ao relatar uma cena onírica em que sua velha babá o lavava numa água avermelhada, concluíra que deveria se tratar de um “achado antigo” (AP, p. 191). Parecia-lhe que o fato de não poder acessar nenhuma imagem semelhante em sua cadeia de recordações posteriores teria função análoga aos *experimenta crucis*, aos quais a ciência moderna recorre para eleger uma hipótese dentre outras e atribuir a esta valor de verdade: “Um crítico severo poderia dizer que tudo isso foi fantasiado retrospectivamente ao invés de determinado desde antes. Os *experimenta crucis* o convenceriam do contrário. A água avermelhada parece ser algo dessa espécie” (p. 191). Contudo, embora a vividez da cena desse indicações decisivas de sua realidade, não seria possível dar prova de sua ocorrência na vida individual. Foi essa impossibilidade, como se sabe, que impôs a necessidade de reformulações à primeira teoria freudiana das neuroses e que manteve a questão do núcleo real das fantasias em suspenso desde então. Em contrapartida, seria lícito supor que aquela prova haveria de estar num tempo originário, em que o real, embora inverificável, poderia ser acessado por meio de construções de caráter conjectural, como havia mostrado *Totem e Tabu*. É uma suposição dessa sorte que era anunciada com todas as letras nessa segunda metade dos anos 1910. Sob “a tutela irrefutável, infalsificável da pré-história [...]” (LAPLANCHE, 2006, p. 161), a realidade da castração e da sedução podia então ser localizada finalmente.

Por conseguinte, o referido recurso tornava-se um dos pilares do próprio método psicanalítico de investigação. Se seguirmos as indicações de Laplanche (2006, p. 146-148)

e considerarmos que, para Freud, esse método gravitava em torno dos pressupostos de uma falta constitutiva dos materiais de que a psicanálise se servia – uma história, um sonho, uma sintomatologia – e, ao mesmo tempo, o de uma completude explicativa – resultado esperado do encaixe dos fragmentos de informação reunidos pelo terapeuta –, podemos visualizar a centralidade de tal recurso. Como uma peça faltante na montagem de um quebra-cabeça ou um elemento crucial na composição de uma *Gestalt*, o filogenético se destinava a preencher uma lacuna última. Daí o imperativo de não se recorrer a esse elemento fundamental antes de se ter à disposição todas as peças, isto é, antes de se ter vasculhado detidamente o domínio da ontogênese – preceito de cuja desobediência, Freud insistia, decorria o caráter “metodologicamente incorreto” (SA, VIII, p. 210) da priorização jungiana do domínio da filogênese. Vimos que essa maneira freudiana de proceder já vinha se configurando desde *Estudos sobre histeria e Leonardo*, mas o filogenético então não havia adquirido tal grau de destaque. Nesses textos, ele se manifesta como uma mirada, ao passo que, no caso clínico em questão, garante a estabilidade de toda a construção.

O exame desse que é o caso clínico mais importante publicado por Freud revela, assim, o valor que o aporte da filogênese passava a adquirir nas reflexões clínicas do autor, fenômeno que também se verificava em suas tentativas de definir, à época, o estatuto metapsicológico dos conceitos psicanalíticos. Esse aporte se tornava capital não apenas à definição da noção de inconsciente, como vimos acima, mas também à determinação do conceito de afeto, conforme testemunham as *Conferências* – em particular, a 25^a. Não seria suficiente conceber os afetos somente como inervações motoras e sensações (*Empfindungen*): a natureza deles deveria ser buscada na pré-história humana, isto é, nas vivências arcaicas e significativas (*bedeutungsvollen*) da espécie (SA, I, p. 383). Nessa caracterização, torna-se evidente o influxo dos princípios darwinianos da significação originária das expressões emocionais e da descarga de excitação. Freud, pois, tratava de incorporar às suas reflexões acerca do estatuto metapsicológico do afeto os princípios dos quais já havia se beneficiado em *Estudos sobre histeria*, conforme mostramos no primeiro capítulo. O pressuposto segundo o qual aquilo que é inato um dia foi adquirido⁸ podia

⁸ Princípio do qual, vale observar, Freud, nas mesmas *Conferências* (na 22^a), deriva o importante conceito de “séries complementares” (*Ergänzungsreihen*), que, como o nome denota, preconiza a complementaridade

iluminar a origem dos afetos: se estes habitavam o indivíduo como disposições, devem ter sido vivências num período remoto espécie humana. Isso significa que tais vivências não deixaram sua marca apenas nas representações da vida mental: também “aquilo que não se reduz à representação, ou seja, o registro da afetividade” (ASSOUN, 1996b, p. 151) se ressentem delas.

A centralidade do referido aporte se mantém durante a última grande reformulação metapsicológica, operada a partir dos anos 1920. No escrito que inaugura – *Além do princípio do prazer (Jenseits des Lustprinzips)* –, o expediente à filogênese desempenha uma função capital, porquanto contribui para a postulação do atributo fundamental de toda pulsão, isto é, sua “natureza conservadora” (SA, III, p. 246, grifo do autor). De um lado, a clínica parecia ter-se deparado com esse atributo ao atestar a existência das mais variadas formas de manifestação da compulsão à repetição (*Wiederholungszwang*) nos pacientes. De outra parte, a vida animal, a embriologia e a hereditariedade pareciam testemunhá-lo, na medida em que indicavam a “determinação histórica [*historische Bedingtheit*] da pulsão” (p. 246) e, de modo geral, dos fenômenos vitais. Noutros termos, comportamentos como o deslocamento de certas espécies de peixe durante a desova a locais muito distantes de seu habitat – lugares que teriam sido habitados por elas num período anterior, segundo certos biólogos – e fenômenos como o dos indivíduos recapitularem (*wiederholen*) as formas animais ao longo do desenvolvimento somente poderiam ser elucidados mediante uma explicação do tipo histórico (*historische Erklärung*). Todos esses elementos indicariam a tendência universal da pulsão de retornar a um estado anterior. Isso quer dizer que a regressão do indivíduo a condições fixadas filogeneticamente se relacionava, de algum modo, a esse retorno inerente à atividade pulsional.

Notemos que Freud ora explorava sob a ótica da filogênese uma temática metapsicológica que havia sido investigada apenas do ponto de vista ontogenético até então. Na primeira abordagem abrangente do assunto, realizada em *Pulsões e destinos da*

entre fatores etiológicos endógenos e exógenos, entre constituição hereditária e vivência infantil. Ora, para o autor não haveria uma oposição entre esses termos, uma vez que “as tendências constitucionais são, sem dúvida, efeitos posteriores de vivências remotas de antepassados, tendo sido também, um dia, aquisições; sem estas, não haveria nada hereditário” (SA, I, p. 353).

pulsão (Triebe und Tribschicksale), além de definir esse que é o conceito mais fundamental da metapsicologia e identificar seus atributos característicos, o autor havia se dedicado a delinear a ontogênese da vida pulsional. Numerosas, anárquicas e provindas de múltiplas fontes orgânicas no início da vida do indivíduo, as pulsões sofreriam uma síntese apenas num período posterior do desenvolvimento. Por exemplo, as pulsões sexuais, de início a serviço de vivências de prazer através da superfície corporal, somente mais tarde adquiririam seu estatuto, quando passariam a se subordinar à função reprodutiva (SA, III, p. 89). Mesmo após a maturação do indivíduo, a característica mobilidade das pulsões se manteria, de forma a conduzi-las a determinados destinos – os quais são objeto da reflexão do texto, como o título indica. *Além do princípio do prazer*, em contrapartida, aborda o que antecede o decurso de tais destinos. De fato, aquele texto inaugural sobre as pulsões já constava de uma valiosa indicação que viria a ser explorada nesse texto posterior: “Naturalmente, nada impede que suponhamos que as próprias pulsões, ao menos em parte, sejam precipitados do efeito de estímulos externos que provocaram a modificação da substância viva ao longo da filogênese” (p. 84). É precisamente esse viés filogenético da atividade pulsional que foi desenvolvido em *Além do princípio do prazer* e cuja exploração conduziu ao postulado transcendental da tendência do orgânico a retornar ao inorgânico.

O mesmo movimento parece se verificar com relação a outros aspectos importantes da metapsicologia. A investigação ontogenética do mecanismo metapsicológico da autocensura, que havia adquirido uma elucidação decisiva em *Introdução ao narcisismo (Zur Einführung der Narzißmus)*, foi completada por considerações filogenéticas em *O Eu e o Isso (Das Ich und das Es)*. No primeiro artigo, o ideal do Eu (*Ichideal* ou *Ideal-Ich*, conceito que então vinha à luz pela primeira vez) do adulto, condição da repressão, havia sido postulado como o sucedâneo do narcisismo infantil (SA, III, p. 60-61). Já no segundo artigo, o ideal do Eu foi alçado à categoria de instância psíquica fundamental com o nome de Supereu (*Über-Ich*, conceito que também era então enunciado pela primeira vez) e concebido como resultado não somente das identificações e introjeções das primeiras escolhas objetais do indivíduo como também de heranças pré-individuais, as quais, na verdade, também se verificavam noutra (então nova) instância inconsciente – o Isso (*Es*):

O que a biologia e os destinos da espécie humana criaram no Isso e a ele legaram é tomado, no decurso da formação do ideal, pelo Eu e revivido neste individualmente. Devido à história de sua formação, o ideal do Eu tem a mais profusa ligação com a aquisição filogenética, a herança arcaica do indivíduo (p. 303).

Da mesma forma, o problema do decurso da trama edípica, ao qual foram oferecidas contribuições determinantes do ponto de vista ontogenético em textos como *Três ensaios e Sobre teorias sexuais infantis*, passou a ter sua contrapartida filogenética desde *O declínio do complexo de Édipo (Der Untergang des Ödipuskomplexes)*. Este último artigo sugeriu que o ocaso edípico resultaria tanto das desilusões sofridas pela criança quanto por uma determinação endógena, como a que operava na queda dos dentes de leite (SA, V, p. 245). Destarte, o fim dessa importante etapa do desenvolvimento do indivíduo assistiria à concorrência entre fatores inatos e adquiridos: como em tantos outros aspectos do psiquismo examinados por Freud, havia “espaço para a [concepção] ontogenética ao lado da filogenética, de escopo mais vasto” (p. 245-246).

Essa profusão de aplicações do expediente à filogênese, contudo, possuía a contrapartida da concessão de um peso maior a determinantes biológicos nas investigações psicanalíticas, fenômeno que se tornou particularmente evidente nos textos finais da obra freudiana. No plano da clínica, esse peso se manifestava no reconhecimento de limitações terapêuticas à técnica psicanalítica. Num ensaio como *Análise terminável e interminável (Die endliche und die unendliche Analyse)*, Freud afirma que traços constitucionais do psiquismo, como a inveja do pênis, verificada nas mulheres, tal qual uma “rocha viva”, eram irreduzíveis e, por conseguinte, impenetráveis ao trabalho da análise (SA, Ergz., p. 392).⁹ Já no plano do estudo da cultura, aquele peso se evidenciava na admissão da impossibilidade mesma de se pensar os fenômenos culturais sem a assunção da hipótese da herança de traços mnêmicos e vivências arcaicas, ou seja, da herança de caracteres adquiridos. Em *O homem Moisés e a religião monoteísta: três ensaios (Der Mann Moses*

⁹ Notemos que então nos deparamos com uma concepção prognóstica bastante diferente daquela que investigamos no segundo capítulo do presente trabalho. A euforia nutrida por Freud ante a probabilidade de cura efetiva das neuroses nos anos 1890 se transforma em sobriedade nos anos 1930, pautada pelo preceito de um “faz-se apenas o que se pode”. Se a possibilidade de a análise exercer alguma influência sobre fatores constitucionais era cercada de dúvidas e indeterminações, restava ao menos o consolo da certeza de que foi dado ao analisando “todo o estímulo possível para revisar e modificar sua atitude [*Einstellung*] para consigo mesmo” (SA, Ergz., p. 392).

und die monotheistische Religion: Drei Abhandlungen, doravante *Moisés*), o autor se recusa – a despeito da posição contrária da própria biologia – a pôr em dúvida tal herança, já que era ela que franqueava a aplicação das descobertas clínicas a qualquer fenômeno psíquico de ordem coletiva e social (SA, IX, p. 547). Ora, sem a assunção de que determinadas vivências individuais seriam retidas no patrimônio psíquico coletivo da espécie e transmitidas aos indivíduos, as originais reflexões psicanalíticas sobre cultura que vieram na esteira de *Totem e Tabu* nunca poderiam vir a lume. Ainda que não houvesse provas efetivas dessa herança, a psicanálise devia supô-la: tratava-se, de acordo com nosso autor, de uma “ousadia inevitável” (p. 547).

O fato era que o referido expediente se consolidava na teoria freudiana, tornando-se indispensável à determinação psicanalítica da natureza da psique. Nele Freud encontrou uma maneira de aceder a essa região esquiva e misteriosa que constitui o homem. À maneira de um fóssil, conforme nota Fédida (1996, p. 218-219), o psíquico era concebido por nosso autor como um *topos* que nunca se oferecia à observação direta, embora pudesse ser inferido a partir da leitura dos efeitos silenciosos do tempo petrificado; um território indelével e que no entanto franqueava-se apenas à reconstrução. Daí a variedade de estatutos conferidos ao filogenético, destinados a captar a essência dos desenvolvimentos anímicos, e também o caráter intrinsecamente construtivo das hipóteses psicanalíticas de modo geral¹⁰; daí, enfim, o “método de fantasiar cientificamente” (MONZANI, 1990a, p. 104), característico da atividade metapsicológica e especulativa de Freud.

O lastro darwiniano das incursões filogenéticas freudianas

Se, por um lado, a constatação da centralidade das hipóteses filogenéticas reforça a percepção da presença determinante da perspectiva evolucionária no pensamento freudiano, por outro, ela levanta a questão a respeito da vertente evolucionária que as sustentaria. De fato, nossa análise mostrou que, ao longo de sua obra, Freud se serviu de

¹⁰ Caráter que não tardaria a ser admitido por Freud em *Construções em análise (Konstruktionen in der Analyse)*: “Se pouco se ouve falar das ‘construções’ nas apresentações da técnica analítica, o motivo é que, ao invés disso, fala-se em ‘interpretações’ e seus efeitos. Penso, contudo, que “construção” é, de longe, a designação mais adequada” (SA, Ergz., p. 398, grifos meus).

diferentes perspectivas para o avanço de considerações ontogenéticas e filogenéticas: jacksoniana (e, por conseguinte, spenceriana), haeckeliana, darwiniana. É certo que nem a eleurgia qualquer necessidade de fidelidade a qualquer uma delas, nem entre elas se verificava, à época, uma distinção tão nítida quanto aquela a que assistimos na contemporaneidade. Todavia, julgamos que as incursões filogenéticas de Freud se assentam sobre pressupostos que este atribuía a Darwin particularmente.

Na literatura de comentário, em contrapartida, a tese do conspícuo lamarckismo de Freud é quase onipresente. Para aqueles que a defendem, seria justamente nesse período no qual as hipóteses filogenéticas ganharam seu maior destaque que esse traço pareceria se tornar mais patente. Nenhuma delas, eles diriam, poderia se sustentar sem a herança dos caracteres adquiridos. Embora tal assunção seja correta – o próprio Freud admite-a, como indicamos –, não nos parece procedente remetê-las a Lamarck. Em que pese o fato de não haver qualquer referência ao naturalista francês nesse momento (assim como em nenhum outro, na realidade) das publicações psicanalíticas freudianas, não é essa ausência que, aos nossos olhos, aponta de maneira decisiva para a improcedência do raciocínio dos partidários da referida tese: na verdade, é a presença de indicações valiosas do próprio Freud.

Visto que boa parte daqueles que defendem o lamarckismo freudiano, seguindo a trilha aberta por Ernest Jones, costuma se valer especialmente das considerações presentes em *Moisés* aludidas acima, cabe retomá-las. Elas se encontram na última seção da primeira parte do escrito e assinalam o seguinte:

Uma reflexão mais detida nos faz admitir que, desde há muito, vimos nos comportando como se a herança dos traços mnêmicos daquilo que foi vivenciado por antepassados, independentemente [se provindos] da comunicação direta ou da influência da educação pelo exemplo, estivesse fora de questão. Quando falamos na permanência de uma tradição antiga num povo, na formação [*Bildung*] do caráter de um povo, é normalmente uma tradição herdada dessa sorte, e não uma transmitida pela comunicação, que temos em mente. [...]. É certo que nossa situação se complica em razão da atitude [*Einstellung*] da ciência biológica atual, que nada quer saber da herança dos caracteres adquiridos aos descendentes. Porém, devemos muito modestamente confessar que não podemos prescindir desse fator no desenvolvimento biológico (SA, IX, p. 547).

Eis um dos raros momentos em que Freud discorre sobre um dos pressupostos que nortearam a psicanálise desde o início. Enquanto em *Totem e Tabu* pairam certas dúvidas

quanto à forma de transmissão dos traços mnêmicos, em *Moisés* tem-se que esses são decisivamente herdados, a despeito das reticências manifestadas pela biologia da época relativamente à questão. São essas declarações firmes que servem a Jones (1953-1957/1980, v. 3, p. 336) de ilustração não apenas da posição lamarckista de longa data como também da teimosia do criador da psicanálise, opiniões que obtiveram grande acolhida entre as leituras da obra freudiana, conforme indicávamos na introdução ao presente trabalho.

Ora, uma tese como essa de Jones parece-nos carecer de fundamento. Em primeiro lugar, a despeito de serem elementos associados correntemente, a hipótese da herança dos caracteres adquiridos de maneira alguma é apanágio do lamarckismo, conforme destacamos no capítulo anterior. Ademais, e o que é mais importante aos nossos propósitos, o próprio Freud nunca pareceu efetuar essa associação. Ritvo (1992) mostrou que o interesse freudiano pela obra de Lamarck – manifestado por um curto período na época da Primeira Guerra Mundial e que pode ser acompanhando na troca de cartas com os discípulos Georg Groddeck, Abraham e, sobretudo, Ferenczi, com quem um projeto de estudo sobre psicanálise e lamarckismo chegou a ser discutido – gravitava em torno do papel dado à volição no processo de adaptação.¹¹ Em segundo lugar, a consideração da posição freudiana ante a “atitude da ciência biológica” como um ato de recalcitrância, além de demasiado ingênua, ignora completa e deliberadamente justificativas oferecidas no próprio *Moisés* – as quais, aliás, seguem-se imediatamente ao excerto reproduzido acima. Por conseguinte, uma consideração dessa espécie afigura-nos não mais que um obscurantismo.

Na verdade, além da impossibilidade, mencionada acima, de se pensar, sem a suposição de vivências herdadas, os fenômenos coletivos e sociais a partir das descobertas clínicas da psicanálise, Freud forneceu outras duas justificativas para a assunção da referida

¹¹ Além de outros documentos recenseados por Ritvo (1992), deve ser lembrada a carta a Abraham de 2 de novembro de 1917, em que Freud explica a natureza do “projeto Lamarck e Psicanálise” (cf. GRUBRICH-SIMITIS, 1987, p. 94 e segs.) de maneira especialmente clara: “Nossa intenção seria trazer L. [Lamarck] ao nosso terreno e mostrar que sua ‘vontade’, a qual cria e transforma os órgãos, não seria outra coisa que a potência exercida pela representação inconsciente sobre o próprio corpo, cujos vestígios vemos na histeria; em suma, a ‘onipotência de pensamento’. A finalidade seria, então, verdadeiramente explicada de maneira psicanalítica; ela deveria seu arremate à psicanálise” (CFA, p. 266).

posição. A primeira salienta a diferença que havia entre os modos como a biologia e a psicanálise tomavam a herança dos caracteres adquiridos: “É bem verdade que não se trata da mesma coisa nos dois casos – num, de caracteres adquiridos que são difíceis de reter, noutro, de traços mnêmicos de impressões exteriores, algo, por assim dizer, tangível” (SA, IX, p. 547). O que parece estar na base dessa distinção é o pressuposto da pregnância do inconsciente, que abordamos mais acima. A biologia podia ter demonstrado a improcedência da transmissão de caracteres *morfológicos* aos descendentes, mas não havia investigado especificamente a questão da transmissão de caracteres *psíquicos* e *inconscientes*. Dessa forma, quem havia de provar que a hereditariedade dos últimos era impossível? Ademais, se a biologia evolucionária havia evidenciado a inexistência de um fosso ontológico entre o homem e os animais, não seria plausível supor que haveria naquele algo correspondente aos instintos destes? Eis a questão que move a segunda justificativa. Vimos que esse ponto fora levantado em *O inconsciente* e no caso “Homem dos Lobos”, mas é apenas então que ele vem associado a esse outro pressuposto ontológico fundamental. Assim, supondo a herança de traços psíquicos, Freud acreditava estar reduzindo

o abismo que, em tempos antigos, a presunção humana abriu entre homem e animal. Se os chamados instintos [*Instinkte*] dos animais, que permitem que, desde o início, estes se comportem numa nova situação de vida como se ela fosse antiga, se essa vida instintiva [*instinkleben*] dos animais admite alguma explicação, só pode ser porque estes carregam consigo as experiências de sua espécie durante a existência nova e individual, isto é, porque guardam em si recordações daquilo que seus antepassados viveram. Fundamentalmente, com o animal humano não se passa outra coisa. Os instintos dos animais correspondem à herança arcaica dele, ainda que o alcance e o conteúdo desta devam ser diferentes (p. 547).

Antes de retrarmos o elo que conduz tais justificativas a Darwin, é preciso afastar um equívoco maior: a assunção de que, para o grande evolucionista britânico, o mecanismo da seleção natural era o responsável por toda e qualquer mudança evolutiva. Tal assunção encontra-se tão sedimentada hoje em dia que não se suspeita de que esse autor tenha se servido de outros recursos explicativos muito frequentemente, fato que, na verdade, ele próprio salientou. Não é preciso ir muito longe para que se constate o equívoco: basta que se atente para as palavras finais da introdução da obra magna de Darwin, *Sobre a origem das espécies por meio da seleção natural, ou a preservação das*

raças favorecidas na luta pela vida (*On the origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*, doravante *Origem das espécies*), as quais atestam: “Ademais, eu estou convencido de que a seleção natural foi o principal, mas não o exclusivo, meio de modificação” (DARWIN, 1859/1872a, p. 5) – afirmação tão importante que volta a ser repetida no final do livro, devido à renitência das falsas concepções sobre o posicionamento real do autor sobre a questão (p. 421). De fato, conforme mostraram historiadores como Bowler (1989), o mecanismo da seleção natural foi rejeitado em diversos momentos até o advento da Teoria Sintética da Evolução nos anos 1940, a qual conjurou várias disciplinas biológicas até então dispersas e superou as múltiplas dificuldades e desacordos existentes entre elas. Foi apenas então que ele foi reabilitado e alçado à condição de alicerce das explicações evolucionárias. Portanto, o vigente “fascínio pela descoberta de Darwin da seleção natural é, ao menos em parte, um artefato do compromisso da biologia moderna com a síntese entre selecionismo e genética” (BOWLER, 1989, p. 24, grifo meu).

Um dos mecanismos largamente aventados pelo célebre evolucionista inglês era exatamente a herança dos caracteres adquiridos, que ganhou destaque inaudito em *Expressão das emoções*. Com efeito, como apontou Richards (1989, p. 230, grifo meu), no livro em questão “Darwin confiou *exclusivamente* nesse preceito [isto é, na referida herança] [...]”. Ainda que apresente três princípios distintos para explicar os diferentes comportamentos emocionais, o livro se baseia em um grande pressuposto geral: “Ações que foram voluntárias de início, logo se tornaram habitais e hereditárias por fim, podendo então ser executadas mesmo em oposição à vontade” (DARWIN, 1872b, p. 357). Para o autor de *Origem das espécies*, inclusive ações hoje indubitavelmente reflexas, como o espirro e a tosse, teriam sido adquiridas num período remoto – quando, no caso do exemplo em questão, ter-se-ia visado a expelir o agente irritante das vias aéreas deliberadamente (p. 40). Ao reunir ações reflexas e manifestações complexas como o riso ou o choro, comportamentos verificados nos animais e no homem, todos esses elementos por meio de um mesmo pressuposto, Darwin fazia mais do que explicar as expressões evolutivamente: ele se embrenhava na psicologia e introduzia ao campo um novo método, próprio das ciências naturais e sobremaneira distante dos pressupostos metafísicos que dominavam a

temática até então (MAURY, 1993, p. 5-17). Por conseguinte, a herança dos caracteres adquiridos possuía um papel preponderante na incursão do autor no terreno da psicologia e, de modo mais amplo, uma grande importância “para a compreensão de sua teoria geral da evolução da mente” (RICHARDS, 1989, p. 233).¹²

Ora, vimos que foram precisamente as considerações de *Expressão das emoções* que sustentaram a mirada filogenética inaugural de Freud nos primórdios da psicanálise. Foi esse o livro ao qual ele se referiu quando intuiu que os comportamentos histéricos deviam ser revivescências de sensações originadas num passado remoto. Logo se vê que essa intuição assentava-se sobre o mesmo pressuposto essencial admitido pelo mestre inglês: o de que vivências adquiridas num passado remoto teriam sido fixadas filogeneticamente no patrimônio anímico da espécie humana. Igualmente, vê-se que as incursões filogenéticas freudianas posteriores ergueram-se a partir de tal pressuposto. Ainda que a psicanálise tenha dado estatutos bastante peculiares à filogênese, Darwin se fazia presente. Não devemos esquecer, afinal, que ele foi novamente convocado por Freud em 1913 para embasar a construção filogenética fundamental da teoria psicanalítica. A *démarche* darwiniana no terreno da psicologia parece, assim, ter repercutido profundamente no espírito do fundador da psicanálise.

Ainda, foi também a Darwin que, primordialmente, Freud se referiu para ilustrar o fim do abismo entre homens e animais de que fala *Moisés*. Essa ideia adquiriu especial destaque numa passagem célebre de *Uma dificuldade da psicanálise (Eine Schwierigkeit der Psychoanalyse)*, em que o evolucionista inglês e seus colaboradores são laureados por terem sido os responsáveis por apontar a filiação animal do homem e, conseqüentemente, por terem desferido o “golpe biológico” no narcisismo humano (GW, XII, p. 11). Sabemos que foi na seqüência desse golpe que Freud inseriu outro, de fato o derradeiro, desferido

¹² É de se notar que, mesmo em *Origem das espécies*, a importância da herança dos caracteres adquiridos através do uso e desuso dos órgãos é frisada. Em um capítulo destinado a responder a objeções, acrescentado na sexta edição da obra, e retorquindo às críticas de um de seus antagonistas mais persistentes, o zoólogo católico George J. Mivart, Darwin diz: “Ao discutir casos especiais, o sr. Mivart passa por alto os efeitos do crescente uso e desuso das partes, *que eu sempre reputei como altamente importantes* e que *abordei no meu livro ‘Variation under Domestication’ com maior extensão, creio, do que qualquer outro autor*” (DARWIN, 1859/1872a, p. 176, grifos meus). Desta última obra constatava o primeiro estudo sistemático jamais feito sobre aquela herança, no qual foram aventadas hipóteses como a da pangênese, mencionada por nós no capítulo anterior.

pela própria psicanálise e ainda mais perturbador, visto ter mostrado que o homem não era nem mesmo senhor de si. A despeito de ser sobejamente conhecida, inclusive fora dos domínios da psicanálise, essa passagem foi raramente tomada como matéria para uma reflexão acerca do estatuto da própria obra freudiana. Ora, é na esteira do darwinismo que Freud localiza o impacto de sua própria invenção no campo da cultura e do saber. Conforme nota Assoun (1996a), essa parábola de fundação da psicanálise fornece uma valiosa indicação da procedência epistemológica desta. Descontando a imodéstia freudiana, pode-se identificar em tal parábola “uma afinidade de fundo entre ‘darwinismo’ e ‘freudismo’ no que tange ao efeito sobre o saber a respeito do ‘mundo vivo’ e da psique” (p. 1749).

Não obstante a caracterização freudiana do impacto causado por Darwin tenha suas peculiaridades, deve-se observar que o grande legado deixado por este parece ter, efetivamente, sido a consolidação da ideia de uma filiação evolutiva entre os seres vivos. Bowler (1989) mostra que a teoria darwiniana, a despeito das inúmeras resistências que lhe foram oferecidas, logrou precipitar a aceitação de uma visão evolucionária do mundo, a qual algumas teorias anteriores vinham tentando estabelecer.¹³ O homem, evidentemente, deveria ser investigado a partir dessa visão. Conquanto seguidores da teoria darwiniana como Thomas Huxley e Haeckel tenham sido os primeiros a realizarem incursões no campo da antropologia munidos dos preceitos evolucionários, foi o próprio Darwin quem parece ter arrematado, desde a publicação de *A ascendência do homem e a seleção em relação ao sexo* (*The descent of man, and selection in relation to sex*), as ilusões a respeito da proveniência do homem. Conforme assinala Canguilhem (2002, p. 113), esse livro “pode ser considerado como a primeira obra de antropologia sistematicamente purgada do

¹³ Na verdade, o próprio Darwin (1859/1872a, p. 424) já podia, em alguma medida, notar esse fenômeno treze anos após ter apresentado pela primeira vez sua teoria ao mundo: “Hoje as coisas mudaram, e quase todos os naturalistas admitem o grande princípio da evolução”. Eis uma conquista primordial: afinal, era dela que dependia toda e qualquer compreensão da teoria darwiniana. Daí porque o evolucionista inglês a valorizava acima de tudo. Certa vez, ele escreveu no jornal literário *Athenaeum*: “Se o naturalista acredita na concepção fornecida por Lamarck, ou Geoffroy St.-Hilaire, pelo autor dos ‘*Vestiges*’ [o escritor escocês Robert Chambers], pelo Sr. Wallace ou por mim, ou em qualquer visão semelhante, isso significa extremamente pouco em comparação com a admissão de que as espécies descenderam de outras espécies e não foram criadas imutáveis; pois aquele que admite isso como uma grande verdade tem um campo aberto para investigações futuras” (DARWIN, 1863).

antropocentrismo”.¹⁴ Ela mostrou a ascendência animal da criatura humana de maneira radical: não apenas as estruturas físicas, como pêlos e dentes, mas também as emoções, a razão e o senso moral humanos teriam se configurado no decurso de um processo evolutivo. “A diferença mental entre o homem e os animais superiores, por maior que seja, é certamente de grau e não de gênero [...]” (DARWIN, 1871, v. 1, p. 105): eis todo um programa de estudo da psique humana pautado pelos preceitos evolucionistas. Não é de se estranhar que Freud, profundamente marcado desde sua juventude por essas diretrizes inovadoras e fascinantes, tenha considerado o livro em questão como um dos dez mais significativos já feitos (SE, IX, p. 245).

Entretanto, parece haver uma marca ainda mais profunda do legado darwiniano nas incursões filogenéticas do criador da psicanálise. Essa marca, cremos, seria o pressuposto segundo o qual o devir histórico das estruturas, sejam elas morfológicas ou anímicas, podem ser acessados somente por reconstruções de caráter conjectural. Embora não se revele associado a referências tão explícitas a Darwin, como nos casos examinados acima, esse pressuposto chave parece representar o fundamento último daquelas incursões. Noutros termos, tratar-se-ia de uma caução metodológica buscada pela psicanálise no evolucionismo darwiniano.

Conforme apontaram estudiosos como Stephen Jay Gould, o fornecimento dessa caução foi um dos grandes engenhos de Darwin. Com efeito, este não somente reuniu uma série de evidências convincentes as quais alçavam a evolução à condição de princípio organizador da história da vida como também desenvolveu uma metodologia baseada nas indicações do respeitado filósofo da ciência William Whewell, que cunhou o termo “consilência” (*consilience*) para designar a indução obtida pela concorrência de uma série de dados (GOULD, 1991, p. 282). Em *Origem das espécies*, pode-se ver essa metodologia operar de modo exemplar, a partir da apresentação de uma torrente de dados oriundos de

¹⁴ É necessário observar, contudo, que, conforme bem nota o filósofo francês, foi ao preço de antropomorfizar o animal que Darwin pode destronar o antropocentrismo: “O esboço da evolução psicológica na *Descendence* [*The descent of man...*] consiste muito mais em reencontrar o homem no animal do que em examinar, a partir de experiências autenticamente reconstituídas, aquilo que elas permitem – e eventualmente não permitem – explicar na experiência do homem” (CANGUILHEM, 2002, p. 120). Em outras palavras, o evolucionista inglês pôde conquistar seu objetivo no livro atribuindo faculdades humanas aos animais. Coube à etologia que se seguiu erigir um método capaz de investigá-los enquanto tais.

diferentes áreas – embriologia, biogeografia, paleontologia, taxonomia, etc. –, os quais convergem para uma inferência rigorosa do fenômeno da evolução. É bastante conhecida esta designação de Darwin (1859/1872, p. 404) a respeito de seu livro: “[...] todo esse volume é um longo argumento [...]”. Eis a natureza do método ali aplicado. Tal designação, pois, “representa uma estratégia abrangente e um *compêndio de modos para a inferência histórica*” (GOULD, 2002, p. 99, grifos meus).¹⁵

Deve-se notar a particularidade de tal método e os desafios epistemológicos contidos em seu bojo. A investigação de uma história inobservável e de escalas temporais abissais, sem escribas ou crônicas, representava um enorme desafio à maneira canônica de se fazer ciência. Tudo o que se tinha à disposição eram vestígios de um devir, que poderia ser retraçado a partir deles. Porém, a verdade sobre esse devir não lhes era imanente. Era preciso tratá-los como signos a serem interpretados. Não é à toa que metáforas hermenêuticas se impõem em várias passagens da *Origem das espécies*: “[...] eu encaro o registro geológico natural como uma história do mundo guardada de forma imperfeita e escrita num dialeto cambiante” (DARWIN, 1859/1872, p. 289) – ou ainda: “Órgãos rudimentares podem ser comparados às letras de uma palavra que se tornaram inúteis à pronúncia, mas servem como uma pista para pesquisar sua derivação” (p. 402). Mesmo assim, tratava-se de uma ciência cujo objeto era, por excelência, a *physis* – portanto, de uma ciência natural. Daí o caráter híbrido da biologia evolucionária; daí ela ser considerada, como observou Mayr (1998, p. 98), “uma espécie de ponte entre as ciências físicas, de um lado, e as ciências sociais e humanidades de outro”.

A compreensão do caráter desafiador dessa empreitada torna-se ainda mais ampla se atinarmos com as concepções inovadoras acerca do próprio tempo e do devir natural que são veiculadas na obra magna de Darwin. Concepções, portanto, que não constam dos pioneiros escritos de um Lamarck. A esse respeito, assinala Canguilhem (1977, p. 95):

Não há dúvida de que Lamarck já anteriormente atribuía à imensidade da duração cósmica o poder de produzir sucessivamente para a existência a série a contínua e progressiva, ainda que por vezes irregular, dos corpos organizados, ‘desde os mais perfeitos aos mais perfeitos’. Mas a novidade radical da *Origem*

¹⁵ Esse aspecto metodológico da empresa darwiniana foi esquadrihado nos vários artigos do instrutivo volume organizado por Bahona & Martinez (1998), ao qual remetemos o leitor.

das espécies consistia em que o tempo da vida não era entendido como um poder, mas considerava-se que ele podia ser percebido diretamente em seus efeitos, que, aparentemente distintos, eram na realidade unificados por sua complementaridade.

Ao passo que para Lamarck o tempo era uma espécie de elã vital que unia os seres numa escala linear, para Darwin se tratava de algo que evidenciava a heterogeneidade radical entre eles.¹⁶ O mundo darwiniano é caracterizado pela contingência e pela divergência. Nele, os efeitos do tempo são distintos e, por isso, podem e devem ser inferidos.

Daí que a obra darwiniana tenha imediatamente fomentado a reconstrução dos caminhos que constituíram esse decurso ramificado. Efetivamente, parece ser comum, sobretudo em nossa época, imaginar que Darwin tenha impulsionado os naturalistas a identificarem adaptações, e não a buscarem genealogias. Todavia, conforme Caponi (2011) mostra, a procura de adaptações tornou-se hegemônica somente a partir dos anos 1950, um século, portanto, após a publicação de *Origem das espécies*. Foi apenas então que aquilo que esse autor denomina de “*programa adaptacionista*”, isto é, “uma agenda de investigação empírica orientada à determinação das pressões seletivas que se presume serem responsáveis por grande parte das estruturas biológicas” (CAPONI, 2011, p. 152), consolidou-se no âmbito teórico e prático da biologia evolucionária. Antes disso e subsequente ao advento do celebrado livro de 1859, o que se instaurou foi o que o mesmo autor chama de “*programa filogenético*”. Podemos imaginar o grau de expectativa gerado pela conquista de uma convergência, pela tese da descendência comum, entre campos tão díspares até então quanto podiam ser a embriologia e a geografia. A arrojada tarefa de construir nada menos que a árvore da vida despontava no horizonte. Assim, na aurora do darwinismo, “a ordem mais ouvida e acatada foi, sem dúvida, ‘*tracem filogenias*’, e não ‘*identifiquem adaptações*’” (p. 4, grifos do autor).

¹⁶ Do mirante de sua concepção inovadora, Darwin podia enxergar os problemas da perspectiva lamarckiana: “Mas pode ser objetado que, se todos se todos os seres orgânicos tendem, pois, a ascender na escala, como uma multidão de formas inferiores através do mundo continua a existir, e como há formas mais desenvolvidas que outras em cada grande classe? Por que as formas mais desenvolvidas em todo lugar não suplantaram e exterminaram as inferiores? Lamarck, que acreditava numa tendência inata e inevitável de todos os seres orgânicos em direção à perfeição, parece ter sentido tão agudamente essa dificuldade que foi levado a supor que formas simples e novas são continuamente geradas espontaneamente. [...]. Em nossa teoria, a existência contínua de formas inferiores não oferece dificuldades; pois a seleção natural, ou a sobrevivência do mais apto, não significa necessariamente desenvolvimento progressivo” (DARWIN, 1859/1872a, p. 98).

“Tracem filogenias”: eis um imperativo que parece não ter deixado de ecoar na produção de Freud de algum modo. Isso sem dúvida nas primeiras investigações especialmente, conforme vimos, as quais se ocuparam da filogenia que de fato foi a apontada por Darwin primordialmente e a que seguidores deste como Haeckel dedicaram toda uma vida: a filogenia das estruturas morfológicas. É certo, porém, que, desde o momento em que passou a explorar o domínio da psique e a desbravar o inconsciente, Freud se viu diante de exigências e interesses completamente diversos. O estudo dos animais não estava mais em questão e muito menos a investigação comparativa entre estruturas zoológicas e humanas. Por conseguinte, não se tratava de reconstituir efetivamente o devir evolutivo do homem a partir dos animais, como fez Darwin em suas obras antropológicas. Ainda assim, as reflexões psicanálise não deixaram de aludir a esse devir e tomá-lo como um pressuposto fundamental.

Na verdade, o efeito mais amplo, sobre a produção freudiana, do advento desse programa metodológico pautado pela reconstrução de filogenias parece ter sido, conforme dizíamos, a maneira de acessar por conjecturas o devir do tempo. Nesse sentido, devemos atentar para o adjetivo “*historisch*”, que, como vimos, apareceu em momentos capitais das incursões filogenéticas freudianas. Em *Moisés*, esse adjetivo adquire grande destaque e precisão terminológica. Freud se serviu da distinção entre os termos “*Geschichte*” e “*Historie*” – duas formas de designar “história” no idioma alemão – para diferenciar, respectivamente, o acontecimento histórico daquilo que apenas podia ser conjecturado. Para esse autor, há menos uma hierarquia do que uma complementaridade necessária entre esses termos. Inevitavelmente, a *Geschichte* possui lacunas que devem ser preenchidas pela *Historie*. Desse modo, ao se referir à sequência hipotética dos eventos iniciais do processo de estabelecimento do judaísmo, ele afirma: “Tudo isso, porém, é história conjectural (*Historie*), e visa a preencher as lacunas de nosso conhecimento histórico (*Geschichtskennntnis*) [...]” (SA, IX, p. 510). Noutra passagem que evidencia essa distinção fundamental, ele salienta importância da maneira de operar por conjecturas, graças à qual a psicanálise pode fornecer suas contribuições a respeito da vida do “homem Moisés” e da origem do judaísmo:

Deve-se admitir que essa conjectural visão de conjunto da história [*historische Übersicht*] é lacunar e incerta em muitos pontos. Porém, aquele que declara fantástica nossa construção da história primordial [*Urgeschichte*] incorre em deplorável subestimação da riqueza e do poder probatório do material que ela encerra (p. 532).

A harmonia da construção e o encaixe de suas peças deporiam a favor de sua veracidade. Chama-nos a atenção que Freud, a certa altura, designe como “fóssil-guia [*Leifossil*]” (p. 489) uma daquelas peças de grande poder probatório, o que denuncia a proximidade concebida por ele entre a natureza de sua tarefa e a da paleontologia. Ambas sabiam que a única maneira de reconstituir o tempo era se valendo de conjecturas erigidas a partir da reunião de dados fragmentários.

Ora, esse aspecto evidencia um laço íntimo entre as teorias da prova que operam na psicanálise e no darwinismo. Conforme nota Mezan (2007, p. 346), as estratégias argumentativas de Freud e de Darwin “enfrentam o mesmo problema: a impossibilidade de comprovar, por meio de ‘evidências imediatas e conclusivas’, a veracidade das inferências que extraem dos seus dados”. Apenas a coerência da construção e a eleição de casos exemplares poderiam servir de caução à procedência das hipóteses avançadas. Não seria possível experimentá-las, como reza o cânone das ciências naturais. Nem por isso seria o caso de abraçar um método puramente hermenêutico, como aquele que norteia as ciências humanas. Nesse sentido, cabe lembrar que, como mostrou Simanke (2009), Freud recusou sistematicamente a dualidade entre ciências naturais (*Naturwissenschaften*) e humanas (*Geisteswissenschaften*). Para este, a psicanálise era indubitavelmente uma ciência natural. Ainda que ele concebesse a física como modelo de ciência, o modo como ele efetivamente ergueu a sua própria revela-se tributária da forma como Darwin erigiu a sua. De fato, mesmo que as referências a este atravessem toda a obra freudiana¹⁷, poderíamos dizer, secundando as conjecturas de Mezan (2007, p. 348) e Simanke (2009, p. 233-234), que talvez o criador da psicanálise não tenha se dado conta de quão próxima era a sua tarefa da assumida pelo grande evolucionista inglês.

É verdade que a comprovação desse laço íntimo exigiria uma investigação mais detida, a qual excederia em muito o escopo do presente trabalho. Todavia, cremos que

¹⁷ Tomamos a liberdade de remeter o leitor a um trabalho anterior (FERRETTI; LOFFREDO, 2013), no qual analisamos as referências a Darwin contidas em cada um dos dezesseis textos da obra freudiana.

nosso estudo das hipóteses filogenéticas avançadas na obra freudiana madura forneça elementos que apontam a existência de um “parentesco [*cousinage*] epistemológico significativo” (ASSOUN, 1996a, p. 1745) entre as teorias de Darwin e Freud, bem como indique que grande parte da literatura de comentário enxergou Lamarck onde, na verdade, Darwin parecia estar.

Considerações finais

Iniciemos o momento conclusivo deste trabalho resumizando o percurso realizado até então. Primeiramente, buscamos evidenciar que a verificação dos aspectos ontogenético e filogenético dos fenômenos em causa foi um objetivo comum de etapas distintas e aparentemente não relacionáveis das investigações inaugurais de Freud, isto é, as pesquisas laboratoriais e os estudos sobre a afasia e a histeria. Em particular, vimos que o abandono do referente anatômico e da hipótese da degenerescência, passo decisivo dado por esses estudos em direção ao nascimento da psicanálise, foi marcado pela introdução da consideração não apenas da história do indivíduo como também da história da espécie na etiologia das doenças. Em seguida, procuramos indicar que aqueles aspectos foram sistematizados no pensamento de Freud no *Projeto* e nas cartas com Fliess. O esboço, realizado no *Projeto*, de uma diretriz metodológica que condicionava o avanço de hipóteses filogenéticas ao esgotamento das explicações ontogenéticas serviu de base a conquistas teóricas capitais de Freud que se deram nos anos subsequentes. Por fim, examinamos as grandes incursões à filogênese operadas na obra freudiana a partir dos anos 1910 tentando mostrar, por um lado, que elas se fundaram sobre aquela diretriz e, por outro, que elas parecem não ter deixado de seguir, em certa medida e a seu modo, a diretriz de traçar filogenias estabelecida imediatamente após o advento da teoria darwiniana da evolução.

Acreditamos que esse percurso tenha fornecido subsídios à confirmação de nossas hipóteses iniciais – isto é: que um enfoque genético e evolucionário dos fenômenos psíquicos e culturais é constitutivo da teoria freudiana; que, no decurso desta, a diretriz metodológica avançada no *Projeto* baliza a articulação entre os domínios da ontogênese e da filogênese; enfim, que o influxo darwiniano no referido enfoque torna-se proeminente, sobretudo, no período das grandes incursões filogenéticas da obra freudiana.

Ainda que tal enfoque deva muito à biologia evolucionária de modo geral, ele adquiriu contornos absolutamente particulares na teoria freudiana. Daí por que nos parece injustificado considerá-lo como algo exógeno e extrínseco à psicanálise. Na

contemporaneidade, grande parte dos psicanalistas pode encará-lo como estranho, distante, indesejável ou mesmo inútil, sobretudo na prática clínica, mas eles devem ter em mente que ele contribuiu para nada menos que o surgimento do campo do saber no qual trabalham. Por outro lado, parece-nos igualmente indevido conceber a teoria de Freud como uma biologia ou mesmo como uma psicologia evolucionária. As acepções próprias que ele deu às noções de ontogênese – não o desenvolvimento de estruturas morfológicas, mas os destinos da libido e das pulsões – e de filogênese – não apenas o devir evolutivo dos órgãos sexuais mas também a permanência de conteúdos simbólicos e fantasmáticos na alma da espécie – marcam uma diferença que não pode ser ignorada. Dizer que o enfoque mencionado constitui a teoria freudiana não é o mesmo que dizer que ela se submete – e muito mal, por sinal – ao campo de conhecimento de origem dele – isto é, à biologia.

Surpreende-nos que um aspecto tão conspícuo da teoria de Freud tenha suscitado tão pouco interesse. Embora possamos conceber que isso se deva em parte ao efeito duradouro de certas leituras tradicionais da obra freudiana, ainda assim se nos mostra enigmático o motivo da baixíssima frequência com que são retomadas tantas outras leituras consagradas que salientaram aquele aspecto. De fato, pensamos especialmente no caso do Brasil, onde a produção psicanalítica é tão profícua, e no entanto onde tão pouco, em comparação com outras temáticas, aprecia-se a importância da doutrina evolucionária nos estudos de epistemologia da psicanálise. De todo modo, cremos que o esquecimento do referido aspecto possa ser considerado geral em alguma medida e que seria de grande valia não apenas retomá-lo mais frequentemente como também usá-lo como matéria para a reabertura de um diálogo com os desenvolvimentos da biologia contemporânea.

Todavia, talvez o próprio Freud tenha tido certa parcela de responsabilidade nesse esquecimento. Embora ele tenha se reconhecido filho de sua época, ele parece não ter se dado conta do quanto – ou parece ao menos ter se furtado a assinalar o quanto (quicá para salientar a independência da psicanálise em relação a outros saberes) – a sua própria invenção se inseria na esteira da *Aufklärung* evolucionista e, em particular, darwiniana.

Referências *

ABRAHAM, H. C.; FREUD, E. L. (Orgs.). *Correspondance: 1907-1926 – Sigmund Freud et Karl Abraham*. Tradução Fernand Chambon e Jean-Pierre Grossein. Paris: Gallimard, 1969. 410 p

ADES, C. Freud, as enguias e a ruptura epistemológica. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 125-136, 2001.

AMACHER, P. *Freud's neurological education and its influence on psychoanalytic theory*. Nova York: International University Press, 1965. 93 p. (Psychological Issues, v. 4, n. 4, Monograph 16).

ANDERSSON, O. *Freud Precursor de Freud: estudos sobre a pré-história da psicanálise*. Tradução Luiz Carlos Uchoa Junqueira Filho. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. 362 p.

ASSOUN, P.-L. Freudisme et Darwinisme. In: TORT, P. (Org.). *Dictionnaire du Darwinisme et de l'évolution*. Paris: PUF, 1996a, p. 1741-1763.

_____. *Metapsicologia Freudiana: uma introdução*. Tradução Dulce Duque Estrada. São Paulo: Jorge Zahar, 1996b. 292 p.

BAHONA, A.; MARTINEZ, S. (Orgs.). *Historia y explicación en biología*. México: Universidad Nacional Autónoma de México; Fondo de Cultura Económica, 1998. 510 p.

BENHAÏM, D. La phylogenèse et la question du transgénérationnel. *Le Divan familial*, Paris, v. 1, n. 18, 2007, p. 11-25. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-le-divan-familial-2007-1-page-11.htm>. Acesso em: 23 de jun. 2013.

BERCHERIE, P. *Fundamentos da clínica: história e estrutura do saber psiquiátrico*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989. 332 p.

BERNFELD, S. Sigmund Freud, M. D., 1882-1885. *International Journal of Psycho-Analysis*, Londres, v. 32, n. 3, 1951, p. 204-217.

BOEHLICH, W. (Org.). *As cartas de Sigmund Freud para Eduard Silberstein*. Rio de Janeiro: Imago, 1995. 252 p.

* Baseadas na norma NBR 6023, de 2002, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

BONAPARTE, M; FREUD, A.; KRIS, E. (Orgs.). *Aus den Anfängen der Psychoanalyse: Brief an Wilhelm Fliess, Abhandlungen und Notizen aus den Jahren 1887-1902*. Frankfurt: Fischer, 1962. 455 p.

BOWLER, P. J. *Evolution: the history of an idea*. Berkeley: University of California Press, 1989. 432 p.

BREUER, J.; FREUD, S. (1895). *Studien über Hysterie*. 7 ed. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2011. 322 p.

CANGUILHEM, G. *Le normal et le pathologique*. 3 ed. Paris: PUF, 1975. 224 p.

_____. *Ideologia e racionalidade nas ciências da vida*. Tradução Emília Piedade. Lisboa: Edições 70, 1977. 126 p.

_____. *Estudes d'histoire et de philosophie des sciences*. 7 ed. Paris: Vrin, 2002. 430 p.

CANGUILHEM, G. et al. (1962). *Du développement à l'évolution au XIXe siècle*. Paris: PUF, 2003. 119 p.

CAPONI, G. *La segunda agenda darwiniana: contribución preliminar a una historia del programa adaptacionista*. México: Centro de Estudios Filosóficos y Sociales Vicente Lombardo Toledano, 2011. 198 p. (Colección Eslabones en el Desarrollo de da Ciencia).

CHARCOT, J-M. *Leçons sur les maladies du système nerveux: faites à la Salpêtrière*. Paris: A. Delahaye, 1887. 3 t. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr>. Acesso em: 23 jun. 2013.

_____. *Leçons du mardi à la Salpêtrière: policlinique 1887-1888*. Notes de cours de MM. Blin, Charcot et H. Colin. Paris: Progrès médical, 1892. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr>. Acesso em: 23 jun. 2013.

CONRY, Y. *L'Introduction du darwinisme en France au XIXe siècle*. Paris: Vrin, 1974. 477 p. (L'histoire des sciences: Textes et études).

DARWIN, C. R. (1859). *On the origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life*. 6 ed. London: John Murray, 1872a. Disponível em: <http://darwin-online.org.uk> . Acesso em: 23 de jun. 2010.

_____. Origin of species. *Athenæum*, Londres, n. 1854, p. 617, 9 mai. 1863. Disponível em: <http://darwin-online.org.uk> . Acesso em: 23 de jun. 2013.

_____. *The variation of animals and plants under domestication*. Londres: John Murray, 1868. 2 v. Disponível em: <http://darwin-online.org.uk> . Acesso em: 23 de jun. 2013.

_____. *The descent of man, and selection in relation to sex*. Londres: John Murray, 1871. 2 v. Disponível em: <http://darwin-online.org.uk> . Acesso em: 23 de jun. 2013.

_____. *The expression of the emotions in man and animals*. Londres: John Murray, 1872b. Disponível em: <http://darwin-online.org.uk>. Acesso em: 23 de jun. 2013.

_____. A biographical sketch of an infant. *Mind*, Oxford, v. 2, n. 1, p. 285-294, 1877. Disponível em: <http://psychclassics.yorku.ca/Darwin/infant.htm>. Acesso em: 23 de jun. 2013.

DIDI-HUBERMAN, G. *Invention de l'hysterie: Charcot et l'iconographie photographique de la Salpetriere*. Paris: Macula, 1982. 303 p.

DOWBIGGIN, I. R. *Inheriting madness: professionalization and psychiatric knowledge in nineteenth-century France*. Berkeley: University of California Press, 1991. 217 p.

DUNKER, C. I. L. *Estrutura e constituição da clínica psicanalítica*. Uma arqueologia das práticas de cura, psicoterapia e tratamento. São Paulo: Annablume, 2011. 658 p.

ELLENBERGER, H. F. *The discovery of the unconscious: the history and evolution of dynamic psychiatry*. New York: Basic Books, 1970. 932 p.

FÉDIDA, P. *O sítio do estrangeiro: a situação analítica*. Tradução Eliana Borges Pereira Leite, Martha Gambini e Monica Seincman. São Paulo: Escuta, 1996. 239 p.

FERRETTI, M. G.; LOFFREDO, A. M. A temática darwiniana em Freud: um exame das referências a Darwin na obra freudiana. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 109-130, 2013.

FREUD, S. (1877). Observations de la conformation de l'organe lobé de l'anguille décrit comme glande germinale male. Tradução Max Kohn. In: FÉDIDA, P.; WIDLÖCHER, D. *Les évolutions: phylogenèse de l'individuation*. Paris: PUF, 1994, p. 9-20. (Colloque de la Revue Internationale de Psychopathologie)

_____. (1887). Referat über Averbek, Die Akute Nerastenie. Frankfurt: S. Fischer Verlag, 1987, p. 67-68. (*Gesammelte Werke*, Nachtragsband).

_____. (1888a). Hysterie. Frankfurt: S. Fischer Verlag, 1987, p. 72-90. (*Gesammelte Werke*, Nachtragsband).

_____. (1888b). Vorrede des Übersetzers zu H. Bernheim, Die Suggestion und ihre Heilwirkung. Frankfurt: S. Fischer Verlag, 1987, p. 109-120. (*Gesammelte Werke*, Nachtragsband).

_____. (1892-1894). Auzüge aus Freuds Anmerkungen zu seiner Übersetzung von Charcots *Leçons du mardi*. Frankfurt: S. Fischer Verlag, 1987, p. 158-164. (*Gesammelte Werke*, Nachtragsband).

_____. (1893a). Charcot. Londres: Imago, 1952, p. 21-35. (*Gesammelte Werke*, v. 1).

_____. (1893b). Quelques considérations pour une étude comparative des paralysies motrices organiques et hystériques. Londres: Imago, 1952, p. 39-55. (*Gesammelte Werke*, v. 1).

_____. (1894). Die Abwehr-Neuropsychosen. Londres: Imago, 1952, p. 57-74. (*Gesammelte Werke*, v. 1).

_____. (1895a). Über die Berechtigung, von der Neurasthenie einen bestimmten Symptomenkomplex als 'Angstneurose' abzutrennen. Londres: Imago, 1952, p. 315-342. (*Gesammelte Werke*, v. 1).

_____. (1895b). Zur Kritik der 'Angstneurose'. Londres: Imago, 1952, p. 357-376. (*Gesammelte Werke*, v. 1).

_____. (1896a). L'hérédité et l'étiologie des névroses. Londres: Imago, 1952, p. 407-422. (*Gesammelte Werke*, v. 1).

_____. (1896b). Zur Ätiologie der Hysterie. Londres: Imago, 1952, p. 422-459. (*Gesammelte Werke*, v. 1).

_____. (1897a). *Infantile cerebral paralysis*. Tradução Lester M. Russin. Miami: University of Miami Press, 1968. 376 p.

_____. (1897b). Inhaltsangaben der wissenschaftlichen Arbeiten des Privatdozenten Dr. Sigm. Freud, 1877-1897. Londres: Imago, 1952, p. 463-488. (*Gesammelte Werke*, v. 1).

_____. (1900). Die Traumdeutung. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 21-588. (*Studienausgabe*, v. 2).

_____. (1905a). Drei Abhandlungen zur Sexualtheorie. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 43-145. (*Studienausgabe*, v. 5).

_____. (1905b). Three essays on the theory of sexuality. Tradução James Strachey. Londres: Vintage, 2001, p. 136-246. (*The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, v. 7).

_____. (1906a). Meine Ansichten über die Rolle der Sexualität in der Ätiologie der Neurosen. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 147-157. (*Studienausgabe*, v. 5).

_____. (1906b). Contribution to a Questionnaire on Reading. Tradução James Strachey. Londres: Vintage, 2001, p. 245-247. (*The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, v. 9).

_____. (1908). Über infantile Sexualtheorien. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 171-184. (*Studienausgabe*, v. 5).

_____. (1910). Eine Kindheitserinnerung des Leonardo da Vinci. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 91-160. (*Studienausgabe*, v. 10).

_____. (1911a). Formulierungen über die zwei Prinzipien des psychischen Geschehens. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 17-24. (*Studienausgabe*, v. 3).

_____. (1911b). Psychoanalytische Bemerkungen über einen autobiographisch beschriebenen Fall von Paranoia (Dementia paranoides). Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 140-205. (*Studienausgabe*, v. 7).

_____. (1912). Zur Dynamik der Übertragung. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 157-168. (*Studienausgabe*, Ergänzungsband).

_____. (1912-1913). Totem und Tabu. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 291-444. (*Studienausgabe*, v. 9).

_____. (1913a). Das Interesse an der Psychoanalyse. Londres: Imago, 1952, p. 390-420. (*Gesammelte Werke*, v. 8).

_____. (1913b). Die Disposition zur Zwangsneurose (Ein Beitrag zum Problem der Neurosenwahl). Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 109-117. (*Studienausgabe*, v. 7).

_____. (1914). Zur Einführung der Narzißmus. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 41-68. (*Studienausgabe*, v. 3).

_____. (1915a). Das Unbewußte. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 125-162. (*Studienausgabe*, v. 3).

_____. (1915b). Triebe und Tribschicksale. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 81-102. (*Studienausgabe*, v. 3).

_____. (1915c). Zeitgemäßes über Krieg und Tod. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 35-60. (*Studienausgabe*, v. 9).

_____. (1916-1917). Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 37-445. (*Studienausgabe*, v. 1).

_____. (1917). Eine Schwierigkeit der Psychoanalyse. Londres: Imago, 1952, p. 3-12. (*Gesammelte Werke*, v. 12).

_____. (1918). Aus der Geschichte einer infantilen Neurose. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 129-232. (*Studienausgabe*, v. 8).

_____. (1920). Jenseits des Lustprinzips. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 217-272. (*Studienausgabe*, v. 3).

_____. (1923). Das Ich und das Es. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 283-325. (*Studienausgabe*, v. 3).

_____. (1924). Der Untergang des Ödipuskomplexes. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 245-251. (*Studienausgabe*, v. 5).

_____. (1925). Selbstdarstellung. 1925. Londres: Imago, 1952, p. 33-96. (*Gesammelte Werke*, v. 14).

_____. (1930). Das Unbehagen in der Kultur. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 197-270. (*Studienausgabe*, v. 9).

_____. (1937a). Die endliche und die unendliche Analyse. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 357-392. (*Studienausgabe*, Ergänzungsband).

_____. (1937b). Konstruktionen in der Analyse. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 395-406. (*Studienausgabe*, Ergänzungsband).

_____. (1939). Der Mann Moses und die monotheistische Religion: Drei Abhandlungen. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000, p. 459-581. (*Studienausgabe*, v. 9).

_____. (1950). Entwurf einer Psychologie. Frankfurt: S. Fischer Verlag, 1987, p. 373-483. (*Gesammelte Werke*, Nachtragsband).

_____. (1956). Bericht über meine mit Universitäts-Jubiläums-Reisestipendium unternommene Studienreise nach Paris und Berlin Oktober 1885–Ende März 1886. Frankfurt: S. Fischer Verlag, 1987, p. 34-44. (*Gesammelte Werke*, Nachtragsband).

_____. (1987). XII Overview of the Transference Neuroses. In: GRUBRICH-SIMITIS, I. (Ed.). *A Phylogenetic Fantasy: Overview of the Transference Neuroses*. Tradução Axel Hoffer e Peter T. Hoffer. Cambridge, MA, e Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 1987, p. 5-20.

FREUD, E.; FREUD, L. (Orgs.). *Briefe 1873-1939*. Frankfurt: S. Fischer Verlag, 1968. 538 p.

FORRESTER, J. *Language and the origins of psychoanalysis*. Londres: Macmillan, 1980. 285 p.

FOUCAULT, M. *O poder psiquiátrico*. Curso dado no Collège de France (1973-1974). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 511 p.

GABBI JR., O. F. *Freud: racionalidade, sentido e referência*. Campinas: Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência, 1994. 236 p. (Coleção CLE, v. 13).

_____. *Notas a Projeto de uma psicologia: as origens utilitaristas da psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 2003. 264 p.

GELFAND, T. Charcot's response to Freud's rebellion. *Journal of the History of Ideas*, Filadélfia, v. 50, n. 2, apr.-jun. 1989, p. 293-307.

GEYSKENS, T. Freud's letter to Fliess: from seduction to sexual biology, from psychopathology to clinical anthropology. *International Journal of Psychoanalysis*, Londres, v. 82, n. 5, p. 861-876, 2001.

GLIBOFF, S. *H.G. Bronn, Ernst Haeckel, and the origins of German Darwinism: a study in translation and transformation*. Cambridge: MIT Press, 2008. 259 p.

GOULD, S. J. *Ontogeny and Phylogeny*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 1977. 501 p.

_____. *Wonderful life: the Burgess Shale and the natural history*. Londres: Penguin Books, 1991. 347 p.

_____. *The Structure of evolutionary theory*. Cambridge, MA: Belknap Press of Harvard University Press, 2002. 1433 p.

GOETZ, C.G; BONDUELLE, M.; GELFAND, T. *Charcot: constructing neurology*. Nova York: Oxford University Press, 1995. 392 p.

GOLDSTEIN, J. *Console and classify: the French psychiatric profession in the nineteenth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. 414 p.

GREENBERG, V. D. *Freud and his aphasia book: Language and the Sources of Psychoanalysis*. Ithaca: Cornell University Press, 1997. 207 p.

GRIMM, J.; GRIMM, W. (1854). *Deutsches Wörterbuch*. Leipzig: Verlag von S. Hirzel. 16 v. Disponível em: <http://woerterbuchnetz.de/DWB/>. Acesso em: 23 jun. 2013.

GRUBRICH-SIMITIS, I. Metapsychology and Metabiology. In: _____. (Ed.). *A Phylogenetic Fantasy: Overview of the Transference Neuroses*. Tradução Axel Hoffer e Peter T. Hoffer. Cambridge, MA, e Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 1987, p. 74-107.

HACKING, I. Memory Sciences, Memory Politics. In: ANTZE, P.; LAMBEK, M. (Eds). *Tense past: cultural essays in trauma and memory*. New York: Routledge, 1996, p. 67-87.

HARTMANN, H.; KRIS, E. The genetic approach in psychoanalysis. *The Psychoanalytic Study of the Child*, Nova York, v. 1, 1945, p. 11-30.

HAECKEL, E. H. P. A. *Generelle Morphologie der Organismen*. Allgemeine Grundzüge der organischen Formen-Wissenschaft, mechanisch begründet durch die von Charles Darwin reformirte Descendenz-Theorie von Ernst Haeckel. Berlim: Verlag von Georg Reimer, 1866. 2 v. Disponível em: <http://archive.org> . Acesso em: 23 de jun. 2013.

HOFFER, P. T. The concept of phylogenetic inheritance in Freud and Jung. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, Nova York, v. 40, 1992, p. 517-530.

HOUAISS, A; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1ª reimpressão com alterações. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. 2922 p.

JACKSON, J. H. The Croonian Lectures on Evolution and Dissolution of the Nervous System. *The British Medical Journal*, Londres, v. 1, n. 1213, 29 mar. 1884, p. 591-593. Disponível em: <http://www.jstor.org>. Acesso em: 23 jun. 2013.

JACOB, F. *A lógica da vida: uma história da hereditariedade*. Tradução Ângela Loureiro de Souza. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. 328 p.

JONES, E. (1953-1957). *Sigmund Freud: life and work*. Londres: Hogarth Press, 1980. 3 v.

LACAN, J. (1956). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: _____. *Escritos*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 238-324.

_____. (1966). A ciência e a verdade. In: _____. *Escritos*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 869-892.

LAÍN ENTRALGO, P. *Historia de la medicina*. Barcelona: Masson, 2006. 722 p.

LANTERI-LAURA, G. *Leitura das perversões: história de sua apropriação médica*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 180 p.

LAPLANCHE, J. *Novos fundamentos para a psicanálise*. Tradução Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 174 p.

_____. *Problématiques VI: L'après-coup*. Paris: PUF, 2006. 175 p.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. (1964). *Fantasia originária, fantasias das origens, origens da fantasia*. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. 99 p.

_____. *Vocabulaire de la psychanalyse*. Paris: Presses Universitaires de France, 1973. 525 p.

LEUSCHNER, W. Einleitung. In: FREUD, S. *Zur Auffassung der Aphasien: Eine kritische Studie*. 2 ed. Frankfurt: Fischer Taschenbuch Verlag, 2001, p. 7-31.

LÉVI-STRAUSS, C. (1949). *As estruturas elementares do parentesco*. Tradução Mariano Ferreira. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 537 p.

LÓPEZ BELTRÁN, C. De perfeccionar el cuerpo a limpiar la raza: sobre la sangre e la herencia (C. 1750 – C.1870). *Relaciones*. Estudios de historia y sociedad, México, v. 23, n. 91, 2002, p. 235-278.

MACGUIRE, W.; SAUERLÄNDER, W. (Orgs.). *Briefwechsel – Sigmund Freud/C. G. Jung*. Frankfurt am Main: S. Fischer, 1974. 721 p.

MAYR, E. Cause and effect in biology. *Science*, New Series, Washington, v. 134, n. 3489, nov. 1961, p. 1501-1506. Disponível em: <http://www.jstor.org>. Acesso em: 23 jun. 2013.

_____. *O desenvolvimento do pensamento biológico: diversidade, evolução e herança*. Tradução Ivo Martinazzo. Brasília: Editora da UNB, 1998. 1107 p.

MASSON, J. M. (Ed.) *A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess – 1887-1904*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1986. 538 p.

MAURY, L. *Les émotions de Darwin à Freud*. Paris: PUF, 1993. 128 p.

MEYER, D; EL-HANI, C. N. *Evolução: o sentido da biologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2005. 132 p.

MEYERS, S. The cryptomnesic origins of Jung's dream of the multi-storeyed house. *Journal of Analytical Psychology*, Oxford, v. 54, 2009, p. 513-531.

MEYNERT, T. (1884). *Psychiatrie: clinique des maladies du cerveau antérieur, basée sur sa structure, ses fonctions et sa nutrition*. Tradução Georges Cousot. Bruxelas: A. Manceaux, 1888. 2 v. Disponível em : <http://www.unz.org/Pub/MeynertTheodor-1884>. Acesso em: 23 de jun. 2013.

MEZAN, R. (1985). *Freud, pensador da cultura*. 7 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2006. 756 p.

- _____. *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Companhia das letras, 2002. 585 p.
- _____. Que tipo de ciência é, afinal, a psicanálise? *Natureza Humana*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 319-359, jul-dez 2007.
- MONTGOMERY, W. M. Germany. In: GLICK, T. F. (Ed.). *The Comparative Reception of Darwinism*. Chicago: University of Chicago Press, 1988, p. 81-116.
- MONZANI, L. R. *Freud – O movimento de um pensamento*. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1989. 340 p.
- _____. A “Fantasia” Freudiana. In: PRADO JR., B. (Org.), *Filosofia da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1990a, p. 73-107.
- _____. Discurso filosófico e discurso psicanalítico: balanço de perspectivas. In: PRADO JR. B. (Org.), *Filosofia da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1990b, p.109-138.
- NUNBERG, H.; FEDERN, P. (Eds.). *Les premiers psychanalystes – Minutes de la société psychanalytique de Vienne: 1910-1911*. Paris: Gallimard, 1979. 364 p.
- PESKIN, M. M. Drive theory revisited. *Psychoanalytic Quarterly*, Albany, v. 66, n. 5, 1997, p. 377-402.
- PEREIRA, M. E. C. De uma hereditariedade não-fatalista: o "endógeno" e o *typus melancholicus*, segundo Tellenbach. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 159-163, dez. 1999.
- RAPAPORT, D. (1960). *A estrutura da teoria psicanalítica: uma tentativa de sistematização*. Tradução Mauro Hegenberg. São Paulo: Perspectiva, 1982. 146 p.
- RICHARDS, R. J. *Darwin and the emergence of evolutionary theories of mind and behavior*. Chicago: University of Chicago Press, 1989. 700 p.
- RITVO, L. B. *A influência de Darwin sobre Freud: um conto de duas ciências*. Tradução Júlio César Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1992. 340 p.
- ROSSI, P. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. Tradução Nilson Moulin. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 238 p.
- SERPA JR., O. D. O degenerado. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 17, supl. 2, dez. 2010, p. 447-473.

SIMANKE, R. T. *Mente, cérebro e consciência nos primórdios da metapsicologia freudiana* : uma análise do Projeto de uma psicologia (1895). São Carlos: EDUFSCar, 2007. 148 p. (Série Apontamentos, v. 1).

_____. A psicanálise freudiana e a dualidade entre ciências naturais e ciências humanas. *Scientiae Studia*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 221-236, abr.-jun. 2009.

SIPOS, J. Le motif évolutionniste freudien. In: FÉDIDA, P.; WIDLÖCHER, D. *Les évolutions*: phylogenèse de l'individuation. Paris: PUF, 1994, p. 67-82. (Colloque de la Revue Internationale de Psychopathologie)

SLAVET, E. Freud's "Lamarckism" and the Politics of Racial Science. *Journal of the History of Biology*, Dordrecht, v. 41, n. 1, p. 37-80, mar. 2008.

SOLMS, M. Une introduction aux travaux neuroscientifiques de Sigmund Freud. In: GEERARDYN, F.; VAN DE VIJVER, G. (Eds) *Aux sources de la psychanalyse*: une analyse des premiers écrits de Freud (1877-1900). Paris: L'Harmattan, 1998, p. 23-42.

SOLMS, M.; SALING, M. Significance of 'Gehirn' for psychoanalysis. In: _____ (Eds.). *A Moment of transition*: Two Neuroscientific Articles by Sigmund Freud. Londres: Karnac Books; The Institute of Psycho-Analysis, 1990, p. 91-120.

STEWART, L. Freud before Oedipus: race and heredity in the origins of psychoanalysis. *Journal of the History of Biology*, Dordrecht, v. 9, n. 2, 1976, p. 215-228.

SULLOWAY, F. J. (1979). *Freud, Biologist of the Mind* – beyond the psychoanalytic legend. Massachusetts: Harvard University Press, 1992. 612 p.

TAINÉ, H. *De L'Intelligence*. Paris: Librairie Hachette, 1870. 2 v. Disponível em: <http://archive.org/>. Acesso em: 23 de jun. 2013.

TRILLAT, E. *Histoire de l'hysterie*. Paris: Seghers, 1986. 282 p. (Collection Medicine et histoire).

YOUNG, A. Remembering the evolutionary Freud. *Science in Context*, Tel Aviv, v. 19, n. 1, 2006, p. 175-189.

YOUNG, R. M. *Mind, brain, and adaptation in the nineteenth century*: cerebral localization and its biological context from Gall to Ferrier. Nova York: Oxford University Press, 1990. 304 p.

ZIRKLE, C. The early history of the idea of inheritance of acquired characters and of pangenesis. *Transactions of the American Philosophical Society*, New Series, Filadélfia, vol. 35, n. 2, jan. 1946, pp. 91-151.